

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2024

Prezados,

Encaminho aqui as atividades acompanhadas por mim como representante da câmara Temática do Patrimônio do CAU/RJ.

Meus relatos se restringem as reuniões do dia 10 de abril, 06 de maio e 17 de junho de 2024, que ocorreram após minha nomeação.

Em anexo apresento os seguintes documentos:

- ATA OFICIAL DA 08ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR DIA 10 de abril de 2024
- ATA OFICIAL DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR DIA 06 de maio de 2024
- ATA OFICIAL DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR DIA 17 de junho de 2024
- RESUMO DA 08ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR DIA 10 de abril de 2024 (Mariana Vaz)
- RESUMO DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR DIA 06 de maio de 2024 (Mariana Vaz)
- RESUMO DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR DIA 17 de junho de 2024 (Mariana Vaz)
- Relatório Rio de Janeiro (Produzido a pedido da Câmara Temática)
- Programação do Seminário da Câmara Temática do Patrimônio
- Relatório Conclusivo da Câmara gestão 2023-2024

Att.

---

Mariana Vaz De Souza  
CAU A113297-0

**SÚMULA DA 08ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR**

DATA	10 de abril de 2024	HORÁRIO	09h às 13h
LOCAL	Videoconferência		

PARTICIPANTES	Graciete Guerra da Costa	Coordenadora
	Ricardo Soares Mascarello	Coordenador-adjunto
	Ian Soares de Oliveira Gomes	Representante do CAU/AC
	Edith Maria Nogueira de Araújo	Representante do CAU/AL
	Dinah Reiko Tutyia	Representante do CAU/AP
	Ernesto Regino Xavier de Carvalho	Representante do CAU/BA
	Gerson Amaral	Representante do CAU/CE
	Talita Alves Moraes e Rabelo	Representante do CAU/DF
	Aracelly Moreira Magalhães	Representante do CAU/PI
	Claudio Forte Maiolino	Representante do CAU/PR
	Mariana Vaz de Souza	Representante do CAU/RJ
	Cíntia Camila Liberalino Viegas	Representante do CAU/RN
	Antonio Lopes Balau Filho	Representante do CAU/RO
	Nayhandra Cristhine Vieira Magalhães	Representante do CAU/RR
	José Daniel Craidy Simões	Representante do CAU/RS
	Suzana de Souza	Representante do CAU/SC
	Viviane Oliveira de Jesus	Representante do CAU/SE
	Bruna Coelho Alves Meneses	Representante do CAU/TO
João Eduardo Martins Dantas	Representante da CPP-CAU/BR	
Flávio de Lemos Carsalade	Representante do CEAU-CAU/BR	
Inês Martina Lersch	Representante do Fórum de Entidades	
ASSESSORIA	Sergio Amadeus Leon Lopes	
	Assistente Técnico-Administrativo CAU/SP	

**Leitura e aprovação das súmulas da 07ª Reunião Ordinária**

<b>Encaminhamento</b>	Súmula lida e aprovada pelos membros.
-----------------------	---------------------------------------

**ORDEM DO DIA**

<b>1</b>	<b>Plano de trabalho da Câmara</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Graciete Guerra da Costa
Encaminhamento	A coordenadora Graciete Guerra da Costa preparou uma versão inicial do plano de trabalho e o encaminhou à CPUA-CAU/BR à espera de contribuições. Quando retornar com as sugestões da comissão, o plano de trabalho será compartilhado com os membros da Câmara para ser pautado na próxima reunião.



2	<b>Notícias do 2º Seminário TOPOS – Acervos e arquivos de Urbanismo: saberes, manejos e feitos</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	José Daniel Craidy Simões e Inês Martina Lersch
Encaminhamento	<p>Os membros da Câmara que estiveram presentes no Seminário TOPOS relataram as suas impressões, destacando a relevância do evento e da visita técnica ao centro de memória da Câmara dos Deputados. Também propuseram algumas reflexões.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• José Daniel Craidy Simões lembrou que um arquivo de arquitetura e urbanismo não se resume a documentos textuais e pode ser mais amplo, contendo outros tipos documentais, como fotografias; e que o objetivo dos arquivos não se limita apenas a um aspecto museológico de exposição, pois também possui um peso documental de prova.</li><li>• Inês Martina Lersch citou o debate sobre a permanência dos acervos de arquitetura e urbanismo no Brasil e argumentou que os acervos, como produção cultural, devem ter relação com seu o território. Ainda destacou a importância que teria a existência de mais editais de pesquisa no tema.</li></ul>
3	<b>Calendário de reuniões</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Membros da Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Encaminhamento	<p>Foram definidas novas datas para as próximas reuniões da Câmara.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 06 de maio, segunda-feira, das 09h às 13h, virtual</li><li>• 17 de junho, segunda-feira, das 09h às 13h, virtual</li></ul>
4	<b>Apoio ao corpo técnico de arquitetos e urbanistas do IPHAN em defesa de conjunto tombado na cidade de Recife</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Membros da Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Encaminhamento	<p>Deferida a nota elaborada pelo CAU/PE em apoio ao corpo técnico de arquitetos e urbanistas do IPHAN em defesa de conjunto tombado na cidade de Recife.</p> <p>Por unanimidade dos presentes, foi aprovada proposta que seguirá à CPUA-CAU/BR para aprovação e encaminhamento à Plenária, a fim de buscar apoio oficial do CAU/BR.</p> <p><a href="#">Proposta nº 001/2024-CTP-CAU/BR</a> - Apoio ao corpo técnico de arquitetos e urbanistas do IPHAN em defesa de conjunto tombado na cidade de Recife</p>
5	<b>Editais em acervos e em apoio para eventos na área de Patrimônio</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Ricardo Mascarello
Encaminhamento	<p>Ricardo Soares Mascarello defendeu a ideia de que a Câmara de Patrimônio deve apoiar e participar (com a sugestão de diretrizes) da construção de um edital na questão dos acervos e de outro para apoio a eventos na área de</p>



	<p>Patrimônio. Destacou que o momento é oportuno para construir um edital em acervos que possa privilegiar as cinco regiões do Brasil, talvez com o objetivo de um dia constituir ao menos um centro de memória por região do país. Por unanimidade, os membros presentes aprovaram que estão de acordo com o incentivo à existência desses editais.</p>
<b>6</b>	<b>Data e proposta para o Seminário de Patrimônio da CTP/CPUA-CAU/BR</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Ricardo Mascarello
Encaminhamento	<p>O coordenador adjunto Ricardo Soares Mascarello explicou qual era o intuito da Câmara ao colocar as habitações de interesse social nos centros históricos como tema do Seminário que pretende organizar, destacando o objetivo de convidar autoridades do governo federal e outras instituições para aproximar e estimular o governo em relação ao assunto.</p> <p>Ressaltou que seria importante definir em breve o mês de realização do evento, a fim de que o tema possa ser definido pela nova composição da Câmara e o Seminário organizado com tranquilidade.</p> <p>A coordenadora Graciete Guerra da Costa informou que, no momento, existem três propostas para eventos na área de Patrimônio que estão na CPUA e na Presidência do CAU/BR, para serem aprovados.</p>
<b>7</b>	<b>ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) Simpósio científico: “Revisitando a Carta de Veneza: Perspectivas críticas e desafios contemporâneos”; Ouro Preto, novembro de 2024</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Flávio Carsalade
Encaminhamento	<p>Foi aprovado, por unanimidade dos presentes, o apoio ao evento do ICOMOS, que será realizado na cidade de Ouro Preto, nos dias 13 a 15 de novembro. Trata-se de um simpósio científico com o tema <i>Revisiting the Venice Charter: Critical Perspectives and Contemporary Challenges</i>. Como ilustrado por Flavio Carsalade, o evento propõe, por ocasião dos <i>60 anos da Carta de Veneza</i>, uma leitura crítica da Carta, em conjunto com outras convenções internacionais, incorporando visões e epistemologias do Sul global.</p>
<b>8</b>	<b>Informes</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Membros da Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Encaminhamento	<p>Claudio Forte Maiolino, representante do CAU/PR, fez uma apresentação em que destacou o amplo desconhecimento que existe, entre os profissionais, da legislação referente ao Patrimônio e às atribuições de arquitetos e urbanistas. Afirmou que o seu projeto é compartilhar em todas as instâncias, que as ferramentas para fiscalizar a arquitetura, impedindo todos os não arquitetos de exercerem a arquitetura, já existem, notadamente a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, a partir da Resolução 1.010/2005 e da Lei Federal 12.378/2010, em recurso movido pelo CAU/PR, definiu que a realização de</p>



obras de restauro em Patrimônio Histórico é atribuição privativa de arquitetos e urbanistas. O representante da Bahia, Ernesto Regino Xavier de Carvalho debateu com Claudio Forte Maiolino acerca da atribuição privativa de arquitetos e urbanistas.

**SÚMULA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR**

DATA	06 de maio de 2024	HORÁRIO	09h às 13h
LOCAL	Videoconferência		

PARTICIPANTES	Graciete Guerra da Costa	Coordenadora Representante da CPUA-CAU/BR
	Ricardo Soares Mascarello	Coordenador-adjunto Especialista do CAU/BR
	Ian Soares de Oliveira Gomes	Representante do CAU/AC
	Edith Maria Nogueira de Araújo	Representante do CAU/AL
	Dinah Reiko Tutyia	Representante do CAU/AP
	Ernesto Regino Xavier de Carvalho	Representante do CAU/BA
	Gerson Amaral	Representante do CAU/CE
	Genildo Coelho Hautequestt Filho	Representante do CAU/ES
	Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar	Representante do CAU/MS
	Sérgio Marcelino da Motta Lopes	Representante do CAU/PE
	Aracelly Moreira Magalhães	Representante do CAU/PI
	Claudio Forte Maiolino	Representante do CAU/PR
	Mariana Vaz de Souza	Representante do CAU/RJ
	Cíntia Camila Liberalino Viegas	Representante do CAU/RN
	Antonio Lopes Balau Filho	Representante do CAU/RO
	Nayhandra Cristhine Vieira Magalhães Costa	Representante do CAU/RR
	José Daniel Craidy Simões	Representante do CAU/RS
	Suzana de Souza	Representante do CAU/SC
	Viviane Oliveira de Jesus	Representante do CAU/SE
	Maíra de Camargo Barros	Representante do CAU/SP
Bruna Coelho Alves Meneses	Representante do CAU/TO	
João Eduardo Martins Dantas	Representante da CPP-CAU/BR	
CONVIDADOS	Nivaldo Vieira de Andrade Junior	Coordenador Geral da Comissão Organizadora do ArquiMemória 6
	Samantha Nahon Bittencourt	Conselheira do CAU/PA
	Vanessa Gayego Bello Figueiredo	Coordenadora-adjunta da Câmara Temática de Patrimônio em 2023
ASSESSORIA	Sergio Amadeus Leon Lopes	
	Assistente Técnico Administrativo – CAU/SP	

**Leitura e aprovação das súmulas da 08ª Reunião Ordinária**

<b>Encaminhamento</b>	Súmula lida e aprovada pela maioria dos membros.
-----------------------	--

**Comunicações**

<b>Responsável</b>	Graciete Guerra da Costa
<b>Comunicado</b>	A coordenadora da Câmara iniciou a reunião prestando solidariedade aos membros e convidados oriundos do Rio Grande do Sul. Foi realizado um minuto de silêncio em homenagem às vítimas das tragédias climáticas no estado.

**ORDEM DO DIA**

<b>1</b>	<b>Apresentação do diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN, Andrey Schlee</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Graciete Guerra da Costa
Encaminhamento	Não ocorreu a apresentação. A coordenadora Graciete Guerra da Costa tentará uma reaproximação com o convidado para que a apresentação possa ocorrer em uma nova data, posta a importância da parceria com o IPHAN.
<b>2</b>	<b>Apoio ao ArchiMemória 6 – Encontro Internacional sobre preservação do patrimônio edificado – Salvador, Bahia</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Nivaldo Vieira de Andrade Junior
Encaminhamento	<p>O Coordenador Geral da Comissão Organizadora do ArchiMemória 6 fez uma breve exposição sobre o evento, salientando que se trata de um evento misto que congrega profissionais e acadêmicos que versam sobre a questão da preservação do patrimônio edificado. Falou sobre os eixos do evento e as formas de participação e discorreu, sobretudo, acerca do tema da 6ª edição, “Democracia, diversidade e reconstrução”, ressaltando a centralidade da defesa da democracia para que o patrimônio seja preservado na sua diversidade, após diversos ataques e retrocessos nos anos recentes, e para que seja confrontada a questão, ainda pendente no país, dos lugares de memória da ditadura; mostrou que esse apelo à diversidade está expresso no próprio símbolo escolhido para o evento; e destacou que se trata de um momento de debater a reconstrução (tanto do patrimônio, em virtude de guerras, incêndios e eventos climáticos, como das políticas públicas, após o sucateamento nos últimos anos).</p> <p>Foi aprovado, por unanimidade, que a Câmara de Patrimônio apoie o evento de todos os modos possíveis.</p>
<b>3</b>	<b>Aprovação do Plano de Trabalho</b>
Fonte	CPUA-CAU/BR
Relator	Graciete Guerra da Costa
Encaminhamento	<p>A tabela do plano de trabalho elaborado pela CPUA-CAU/BR, que já havia sido enviada para conhecimento dos membros, foi projetada na reunião. A coordenadora Graciete Guerra da Costa explicou que o plano buscou seguir ao máximo o que já havia sido sugerido pela composição da Câmara de Patrimônio em 2023 e que, se por um lado a Câmara não pode aprovar nem inserir no plano de trabalho temas que ainda não estejam consolidados, por outro lado, o plano é um documento dinâmico, que pode sofrer alterações ao longo do tempo, na medida das necessidades e das demandas da Câmara de Patrimônio.</p> <p>Diante disso, o plano de trabalho foi aprovado pela maioria dos presentes. Registra-se que o conselheiro José Daniel Craidy Simões expressou voto contrário,</p>



	por considerar que a relevância do tema mereceria um debate mais aprofundado e mais participativo.
<b>4</b>	<b>Composição dos grupos de trabalho da Câmara Temática de Patrimônio</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Membros da Câmara de Patrimônio
Encaminhamento	<p>Os membros presentes que ainda não o haviam feito se inscreveram nos cinco grupos de trabalho organizados a partir dos eixos prioritários para agilizar as discussões da Câmara – Assistência técnica em patrimônio cultural, Acervos e centros de documentação e memória, Formação continuada (para os arquitetos), Educação patrimonial (para a sociedade) e Articulação política. Após debate, foi decidido que a coordenação de cada GT será definida internamente em cada grupo conforme eles se encontrem e definam as suas dinâmicas.</p> <p>Composição atual – <a href="#">Composição dos GTs - 2024.xlsx</a></p>
<b>5</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ <b>Data e proposta para o Seminário de Patrimônio da CTP/CPUA-CAU/BR</b></li><li>▪ <b>SEMINÁRIO – LEGADOS E LIÇÕES: UM OLHAR SOBRE 60 ANOS DA CARTA DE VENEZA, Câmara Temática com o CAU/PE</b></li></ul>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Graciete Guerra da Costa
Encaminhamento	<p>Todos os membros presentes nesse momento da reunião aprovaram o apoio ao evento em Pernambuco. As datas pré-definidas para o evento são 13/08 e 14/08, dentro da programação da Semana de Patrimônio da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE).</p> <p>Foi aprovada proposta para o seminário da Câmara, mas foi acordado que sejam reunidos mais dados antes da aprovação definitiva de uma data. A conselheira Maíra de Camargo Barros destacou que é importante que as datas sejam escolhidas com cuidado para que eventos não coincidam, considerando a realização do evento anual, organizado pela Comissão de Patrimônio Cultural do CAU/SP, em agosto, mês do Patrimônio.</p>
<b>6</b>	<b>Informes</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Membros da Câmara de Patrimônio
Encaminhamento	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Suzana de Souza</li></ul> <p>Apresentou uma demanda que o CAU/SC solicitou que fosse debatida pela Câmara, e gostaria de pautar em uma futura reunião uma apresentação sobre o tema. O objetivo da demanda é que o CAU/BR possa determinar que, na presença do conservador e do restaurador em uma obra de restauro, ele esteja devidamente filiado a uma associação profissional, na rede local.</p>



- Mariana Vaz de Souza

Perguntou sobre a possibilidade de que os membros da Câmara recebam descontos ou isenções nos eventos que estão apoiando. A representante de Sergipe, Viviane de Jesus, comprometeu-se a dar um retorno a respeito do ArquiMemória 6, no qual faz parte da comissão organizadora.

- Viviane Oliveira de Jesus

Pedi esclarecimentos sobre o documento solicitado quanto ao estado do patrimônio nos estados. Informou que, estando fora da gestão, tem dificuldades em informar-se sobre o que o CAU/UF pensa e quer do tema atualmente, e que solicitou informações ao CAU/SE que ainda não foram respondidas, a partir do que gostaria de saber se pode redigir o documento com o próprio conhecimento ou se necessita da oficialidade do Conselho. A coordenadora Graciete Guerra da Costa sugeriu que o estado da arte elaborado contenha a nota de que ela solicitou essas informações, e que o relato seja elaborado conforme o conhecimento pessoal, pois o principal é reunir os descritivos sobre a situação de momento do patrimônio nos estados, e não sobre os planos das gestões dos CAU/UF.

- José Daniel Craidy Simões

Falou sobre a situação terrível que vive o Rio Grande do Sul, especialmente o interior do estado. Salientou a importância, diante da gravidade da situação, de ter informações sobre a presença das autoridades na calamidade, o que, em sua opinião, torna a questão eminentemente política, queira-se ou não.

- Bruna Coelho Alves Meneses

Informou que, para o relatório do estado da arte do patrimônio em seu estado, solicitou informações diretamente ao IPHAN, assinando essa solicitação como integrante da Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR. E sugeriu aos demais membros que pensem em adotar a mesma ideia.

- Ian Soares de Oliveira Gomes

Sugeriu que a reunião de agosto ocorra em formato híbrido, nos 12 ou 13, para ser realizada em data próxima ao seminário em Pernambuco. A coordenadora Graciete verificará essa possibilidade com a CPUA-CAU/BR.

**SÚMULA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR**

DATA	17 de junho de 2024	HORÁRIO	09h às 13h
LOCAL	Videoconferência		

PARTICIPANTES	Graciete Guerra da Costa	Coordenadora Representante da CPUA-CAU/BR
	Ian Soares de Oliveira Gomes	Representante do CAU/AC
	Ernesto Regino Xavier de Carvalho	Representante do CAU/BA
	Talita Alves Moraes e Rabelo	Representante do CAU/DF
	Genildo Coelho Hautequestt Filho	Representante do CAU/ES
	Renata Lima Barros	Representante do CAU/GO
	Grete Soares Pflueger	Representante do CAU/MA
	Rafael Leandro Rodrigues dos Santos	Representante do CAU/MT
	Ana Cristina Lopes Braga	Representante do CAU/PA
	Claudio Forte Maiolino	Representante do CAU/PR
	Mariana Vaz de Souza	Representante do CAU/RJ
	Cíntia Camila Liberalino Viegas	Representante do CAU/RN
	Antonio Lopes Balau Filho	Representante do CAU/RO
	Nayhandra Cristhine Vieira Magalhães Costa	Representante do CAU/RR
	José Daniel Craidy Simões	Representante do CAU/RS
	Suzana de Souza	Representante do CAU/SC
	Maíra de Camargo Barros	Representante do CAU/SP
	Bruna Coelho Alves Meneses	Representante do CAU/TO
João Eduardo Martins Dantas	Representante da CPP-CAU/BR	
Flávio de Lemos Carsalade	Representante do CEAU-CAU/BR	
Inês Martina Lersch	Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro	
CONVIDADOS	Ana Carla Cruz Pedrosa	Nova representante do CAU/AM
	Laura Beatriz Lage	Representante do CAU/MG
	Adriana Capretz Borges da Silva Manhas	Convidada para representação do CAU/AL
ASSESSORIA	Sergio Amadeus Leon Lopes	
	Assistente Técnico Administrativo – CAU/SP	

**Leitura e aprovação das súmulas da 09ª Reunião Ordinária**

<b>Encaminhamento</b>	Súmula lida e aprovada pela maioria dos presentes.
-----------------------	--

**ORDEM DO DIA**

<b>1</b>	<b>Apresentação do Relatório de 2023/2024, para contribuições e aprovação</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Membros da Câmara
Encaminhamento	Foi apresentada a versão inicial do relatório, referente às atividades da Câmara em 2023, e discutido quais documentos e informações principais, em relação às



	atividades em 2024, ainda devem constar para a finalização do texto, que deve ser apreciado na Plenária do CAU/BR nos dias 27 e 28 de junho, em razão do fim da vigência atual da Câmara Temática. Os membros presentes aprovaram essa versão preliminar do relatório e as inclusões sugeridas.
<b>2</b>	<b>DOCOMOMO N-NE, de 3 a 5 de outubro, em Campina Grande (PB)</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Graciete Guerra da Costa
Encaminhamento	A organização do evento solicitou o apoio da Câmara de Patrimônio, envolvendo um apoio financeiro de pequena dimensão. Os membros aprovaram a solicitação.
<b>3</b>	<b>Seminário da Câmara Temática de Patrimônio em Olinda (PE), nos dias 13 e 14 de agosto de 2024</b>
Fonte	CPUA-CAU/BR
Relator	Graciete Guerra da Costa
Encaminhamento	<p>A coordenadora expressou que a criação de eventos exige a busca de parcerias relevantes (no caso, com o CAU/PE) e que ficou a cargo da Câmara Temática o custeio de um palestrante nacional e outro internacional (respectivamente, Andrey Rosenthal Schlee e Eugenia Maria Azevedo Salomão). Também informou que, por tratar-se do evento coorganizado pela Câmara, todos os membros serão convocados, e não apenas convidados, com auxílio aos CAU/UF para que todos possam enviar os seus representantes.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Os membros aprovaram a realização do evento com o suporte técnico e financeiro da Câmara de Patrimônio</li></ul> <p>Foram feitas algumas sugestões para o evento. Suzana de Souza solicitou que possa haver um espaço (apresentação ou mural) a respeito do processo de revitalização do centro histórico de Florianópolis, posto que a questão também se relaciona ao tema do seminário, que é a revisão histórica da Carta de Veneza. Flávio Carsalade sugeriu que, ao final do evento, seja elaborado um documento de recomendações. A coordenadora Graciete Guerra da Costa informou que, além desse documento, também ambiciona que o seminário possa originar um livro contendo os artigos das apresentações (com ISBN, em formato digital e impresso), inclusive para consolidar em uma publicação as atividades da Câmara de Patrimônio.</p>
<b>4</b>	<b>Solicitação de Suzana de Souza, representante de SC, em relação aos conservadores e restauradores</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Suzana de Souza
Encaminhamento	A representante de Santa Catarina relatou que é membro da Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ACCR) e que a associação está apresentando ao CAU uma proposta de parceria, sem envolvimento de custos financeiros, para facilitar a aproximação entre os arquitetos e os conservadores e restauradores envolvidos nas atividades de conservação e restauro de bens móveis integrados às edificações. Por isso,



solicitou que a ACCR tenha um espaço para apresentar à Câmara Temática o trabalho realizado por essas associações em diversos estados do país.

A proposta foi bem acolhida pelos membros: José Daniel Craidy citou a importância de agregar conhecimento aos canteiros, pois os arquitetos precisam atuar com os campos de conhecimento complementares ofertados pelos profissionais de restauração; Flávio Carsalade elencou problemas que a questão ainda pode enfrentar, como a inexistência de amparo legal que obrigue os profissionais a participar dessas associações e a inexistência de um conselho que os abrigue, mas ressaltou, como colocado, respectivamente, por Ernesto de Carvalho e Claudio Maiolino, a importância da valorização desses profissionais de formação técnica e a necessidade dos arquitetos apararem as arestas da relação de suas atividades com a de outros profissionais, como engenheiros, restauradores e arqueólogos.

A Câmara aprovou a solicitação apresentada por Suzana de Souza. Por tratar-se da última reunião na atual vigência e pelo fato da coordenadora Graciete Guerra da Costa ter agenda prevista em Florianópolis, foi decidido que o melhor caminho seria organizar um diálogo presencial entre a coordenadora e a associação, reunião que, porventura, possa ser acompanhada virtualmente pelos demais membros que tenham interesse no tema.

5	<b>Informes</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Membros da Câmara de Patrimônio
Encaminhamento	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Inês Martina Lersch</li></ul> <p>Perguntou sobre o apoio ao ArquiMemória 6, se é somente institucional ou também financeiro e se os membros têm alguma isenção. A coordenadora Graciete respondeu que o apoio se dará com diárias e passagens, mas que ainda não é possível saber quanto. Citou a intenção de usar todo o recurso ainda disponível para a Câmara em apoios até o final de junho.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>○ Mariana Vaz de Souza</li></ul> <p>Expressou preocupação sobre a questão dos grupos de trabalho, que ainda não se reuniram para dar início às suas atividades, e sugeriu que fosse realizada a eleição dos coordenadores de cada grupo. Flávio Carsalade propôs que fossem escolhidos coordenadores provisórios, apenas para iniciar a primeira reunião. A coordenadora Graciete lembrou decisão de reunião anterior, que definiu que a eleição seria feita internamente em cada grupo, mas renovou os apelos de que os membros se inscrevam nos GTs e se reúnam, além de que enviem o relato sobre estado da arte do patrimônio em seu estado. Também esclareceu que, mesmo com o final do atual prazo de vigência, não pode ser permitida a paralisação dos trabalhos, pois a Câmara logo será renovada pela Plenária do CAU/BR.</p>



- Rafael Leandro Rodrigues dos Santos

Informou que foi aprovada a realização de um Fórum sobre o patrimônio no Mato Grosso, que as conversas para organização e escolha de palestrantes já estão bem avançadas e que a intenção é realizar um evento amplo, com participação de profissionais, gestores públicos e sociedade, com o intuito de, ao final, elaborar uma carta sobre o patrimônio mato-grossense contendo diretrizes de como as partes devem articular-se nos próximos anos para efetivamente conseguir realizar algumas ações. Solicitou que o evento, que ocorrerá em agosto, seja pautado em reunião quando a Câmara de Patrimônio for reestruturada, para que ele possa detalhá-lo melhor e solicitar o apoio da Câmara.

**ATA REUNIÃO CÂMARA TEMÁTICA DO PATRIMÔNIO em 10/04/2024 de 9h às 13h (remota)**

**Convocados:**

- Graciete Guerra da Costa;
- Ricardo Soares Mascarello;
- Ian Soares de Oliveira Gomes;
- Edith Maria Nogueira de Araújo;
- Marcos Paulo Cereto;
- Dinah Reiko Tutya;
- Ernesto Regino Xavier de Carvalho;
- Gerson Amaral;
- Talita Alves Morais e Rabelo;
- Genildo Coelho Hautequestt Filho;
- Renata Lima Barros;
- Grete Soares Pflueger;
- Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar;
- Rafael Leandro Rodrigues dos Santos;
- Ana Cristina Lopes Braga;
- Gabriella Donato de Oliveira Lima;
- Sérgio Marcelino da Motta Lopes;
- Aracelly Moreira Magalhães;
- Claudio Forte Maiolino;
- Mariana Vaz de Souza;
- Cíntia Camila Liberalino Viegas;
- Antonio Lopes Balau Filho;
- Nayhandra Cristhine Vieira Magalhães Costa;
- José Daniel Craidy Simões;
- Suzana de Souza;
- Viviane Oliveira de Jesus;
- Maíra de Camargo Barros;
- Bruna Coelho Alves Meneses;
- João Eduardo Martins Dantas;
- Inês Martina Lersch;
- Flávio de Lemos Carsalade;
- Sérgio Amadeus Leon Lopes.

**Temas tratados:**

- Solicitação de um relatório sucinto, de apenas uma lauda, acerca da situação do patrimônio em seu estado, destacando os problemas, a existência ou não de recursos, as necessidades de apoio e as ações mais prioritárias.

- A recomposição dos grupos de trabalho com base no documento de recomendações da Câmara. Cada membro pode escolher os grupos em que deseja participar: (01) Assistência técnica em patrimônio cultural; (02) Acervos e centros de documentação e memória; (03) Formação continuada (para os arquitetos); (04) Educação patrimonial (para a sociedade); (05) Articulação política.

Obs.: Os GTs são apenas uma estratégia para agilizar a discussão, portanto não há limite de participação e não estar em um grupo específico não significa que o membro ficará privado de participar das discussões do tema nas reuniões da Câmara.

- Apoio à Carta de apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU/PE) ao corpo técnico de arquitetos e urbanistas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em defesa de conjunto tombado na cidade de Recife. (EM ANEXO) **APROVADA**.

- Relatos da participação de membros da Câmara no Seminário TOPOS que aconteceu na FAU/UnB entre 04 e 05 de abril de 2024 e teve o apoio do CAU/BR.

- Solicitação de apoio da Câmara para o patrocínio do CAU/BR para o SIMPÓSIO CIENTÍFICO ICOMOS 2024 - Revisitando a Carta de Veneza: Perspectivas Críticas e Desafios Contemporâneos, que irá acontecer em Novembro em Ouro Preto. A solicitação veio através do Presidente do ICOMOS Brasil, Flávio Carsalade que é membro da Câmara. O apoio foi **APROVADO** e segundo informações no grupo de whatsapp o apoio foi homologado pelo CAU/BR.

- Uma das metas do grupo seria organizar um Seminário, ainda este ano. Foi levantada a hipótese de se fazer um evento próximo ao do ICOMOS, mas o assunto não evoluiu.

- Foi colocado, que embora a Câmara Temática estivesse prevista para finalizar em junho, a mesma seria estendida, segundo a coordenadora Graciete. Parece ter sido decisão já discutida pelo CEPUA mais ainda não homologada.

- Colocou-se a preocupação para a criação de editais para manutenção dos acervos da Arquitetura e do Urbanismo brasileiros, e abordada a preocupação com a saída desses acervos do Brasil, como recentemente aconteceu com os de Paulo Mendes da Rocha, para Portugal.

- O debate final se concentrou no problema da formação de arquitetos habilitados a trabalhar com projetos e obras de restauração. Outro ponto foi de enfatizar a importância da fiscalização em todo o Brasil para que se cumpra a decisão do STJ que determina que projetos e obras de restauração são atividades exclusivas dos arquitetos e urbanistas.

- As próximas reuniões estão agendadas para os dias: 06/05 e 17/06.

**ATA REUNIÃO CÂMARA TEMÁTICA DO PATRIMÔNIO em 06/05/2024 de 9h às 13h (remota)**

**Convocados:**

- Graciete Guerra da Costa;
- Ricardo Soares Mascarello;
- Ian Soares de Oliveira Gomes;
- Edith Maria Nogueira de Araújo;
- Marcos Paulo Cereto;
- Dinah Reiko Tutyaia;
- Ernesto Regino Xavier de Carvalho;
- Gerson Amaral;
- Talita Alves Morais e Rabelo;
- Genildo Coelho Hautequestt Filho;
- Renata Lima Barros;
- Grete Soares Pflueger;
- Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar;
- Rafael Leandro Rodrigues dos Santos;
- Ana Cristina Lopes Braga;
- Gabriella Donato de Oliveira Lima;
- Sérgio Marcelino da Motta Lopes;
- Aracelly Moreira Magalhães;
- Claudio Forte Maiolino;
- Mariana Vaz de Souza;
- Cíntia Camila Liberalino Viegas;
- Antonio Lopes Balau Filho;
- Nayhandra Cristhine Vieira Magalhães Costa;
- José Daniel Craidy Simões;
- Suzana de Souza;
- Viviane Oliveira de Jesus;
- Maíra de Camargo Barros;
- Bruna Coelho Alves Meneses;
- João Eduardo Martins Dantas;
- Inês Martina Lersch;
- Flávio de Lemos Carsalade;
- Sérgio Amadeus Leon Lopes.

**Temas tratados:**

- Entrega de relatório sucinto, acerca da situação do patrimônio em seu estado, destacando os problemas, a existência ou não de recursos, as necessidades de apoio e as ações mais prioritárias.

- Solicitação de apoio da Câmara para o patrocínio do CAU/BR para o Arquivemória 6 2024 - que irá acontecer em Novembro em Salvador. A solicitação veio através do professor da UFBA, Nivaldo Andrade. O apoio foi **APROVADO** e segundo informações no grupo de whatsapp o apoio foi homologado pelo CAU/BR.

- Solicitação de apoio do CAU/BR para ida dos membros da Câmara para o Seminário de Patrimônio da CTP/CPUA-CAU/BR (SEMINÁRIO - LEGADOS E LIÇÕES: UM OLHAR SOBRE 60 ANOS DA CARTA DE VENEZA, Câmara Temática com o CAU/PE)

- A próxima reunião está agendada para o dia: 17/06.

**ATA REUNIÃO CÂMARA TEMÁTICA DO PATRIMÔNIO em 06/05/2024 de 9h às 13h (remota)**

**Convocados:**

- Graciete Guerra da Costa;
- Ricardo Soares Mascarello;
- Ian Soares de Oliveira Gomes;
- Edith Maria Nogueira de Araújo;
- Marcos Paulo Cereto;
- Dinah Reiko Tutya;
- Ernesto Regino Xavier de Carvalho;
- Gerson Amaral;
- Talita Alves Morais e Rabelo;
- Genildo Coelho Hautequestt Filho;
- Renata Lima Barros;
- Grete Soares Pflueger;
- Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar;
- Rafael Leandro Rodrigues dos Santos;
- Ana Cristina Lopes Braga;
- Gabriella Donato de Oliveira Lima;
- Sérgio Marcelino da Motta Lopes;
- Aracelly Moreira Magalhães;
- Claudio Forte Maiolino;
- Mariana Vaz de Souza;
- Cíntia Camila Liberalino Viegas;
- Antonio Lopes Balau Filho;
- Nayhandra Cristhine Vieira Magalhães Costa;
- José Daniel Craidy Simões;
- Suzana de Souza;
- Viviane Oliveira de Jesus;
- Maíra de Camargo Barros;
- Bruna Coelho Alves Meneses;
- João Eduardo Martins Dantas;
- Inês Martina Lersch;
- Flávio de Lemos Carsalade;
- Sérgio Amadeus Leon Lopes.

**Temas tratados:**

- Entrega de relatório sucinto, acerca da situação do patrimônio em seu estado, destacando os problemas, a existência ou não de recursos, as necessidades de apoio e as ações mais prioritárias.

- Foi discutido que que na próxima reunião da CEPUA iria-se votar a renovação da Câmara Temática do Patrimônio gestão 2024-2025.
- A coordenadora Graciette comunicou que o CAU/BR iria financiar 10 passagens apenas para os membros dos CAUs com menos recurso.
- A representante de Santa Catarina relatou que é membro da Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ACCR) e que a associação está apresentando ao CAU uma proposta de parceria, sem envolvimento de custos financeiros, para facilitar a aproximação entre os arquitetos e os conservadores e restauradores envolvidos nas atividades de conservação e restauro de bens móveis integrados às edificações. O assunto foi acatado para ser discutido com calma mais para a frente por se tratar de um tema sensível.
- Cobrei uma definição dos coordenadores dos grupos de trabalho e coordenadora Graciette solicitou que os membros de cada grupo de trabalho tomassem a iniciativa entre si.
- O próximo encontro será no Seminário da Câmara do Patrimônio em Agosto de 2024 em Olinda.

## Resumo sucinto do estado da arte do Patrimônio Cultural no Rio de Janeiro\_contextualização

O papel histórico do Rio de Janeiro na formação do Brasil, fez com que, o Estado, colecionasse um vasto patrimônio cultural, representativo de períodos de relevante importância histórica e cultural do Brasil.

Ao todo o Estado possui 231 bens tombados pelo IPHAN; dentre eles: 06 jardins históricos e parques, 14 conjuntos urbanos, 62 edificações, 13 equipamentos urbanos, 12 paisagens naturais, 10 bens integrados, e 04 coleções e acervos; patrimônio cultural muito representativo do Vice-Reinado, da Corte Imperial, e da República.

“Entre a montanha e o mar” a cidade do Rio de Janeiro, “a cidade maravilhosa” agrega os valores da paisagem natural à paisagem urbana, sendo a primeira área urbana, no mundo, a ter reconhecido o valor universal da sua paisagem. Em 2012 o Rio recebeu o título de Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural Urbana, da Unesco.

Assim como a cidade do Rio, a cidade de Paraty recebeu da Unesco em 2019 o título de reconhecimento como Patrimônio Mundial pelo seu sítio misto de Cultura e Biodiversidade.

A história do atual Estado do Rio de Janeiro está diretamente ligada à formação do Estado da Guanabara, em 1960, e à construção de Brasília para ser capital federal. Sua importância se reflete no seu relevante conjunto dos bens móveis e imóveis, públicos e particulares. Com o objetivo de garantir a preservação do patrimônio cultural do Rio de Janeiro, o decreto n. 346 de 31 de dezembro de 1964 cria a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA), cujas medidas de proteção preservam o patrimônio cultural mais abrangente e com significado específico do Estado. Em 1975, o DPHA passa a se chamar Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac); isso ocorre após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

Hoje o Inepac possui aproximadamente 1677 bens tombados abrangendo o interior do estado. Foram inventariadas as fazendas do Vale do Paraíba e tombados, entre outros, o Centro Histórico de Valença, o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Sítio Histórico de São Pedro da Aldeia e o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Centro Histórico de Miracema, por exemplo. Em 2008 o Inepac ganhou os escritórios Regionais da Região Serrana, das Baixadas Litorâneas, do Norte Fluminense e do Médio Paraíba, buscando um olhar mais próximo do patrimônio fora da capital.

Atualmente o patrimônio do Rio de Janeiro vem sendo alvo de grandes discussões no que tange a preservação de seu patrimônio cultural. Projetos como: do Mirante do Pasmado, da Tirolesa do Pão de Açúcar e do Jardim de Alah levantam discussões que vão além das diretrizes e determinações do poder público, que tem se afastado de seus próprios órgãos. E envolvem, ainda, a carência de um corpo técnico mais coeso e forjado com experiências a mais longo prazo, o que impede um maior aprofundamento nos debates que somem

prática e teoria e, conseqüentemente, um maior envolvimento e discussão dos impactos e mitigações das propostas pela sociedade civil.

A falta de manutenção preventiva recentemente vitimou o Museu Histórico Nacional, retratando de forma catastrófica este problema em nosso patrimônio, seja na esfera pública e/ou privada.

Não apenas no conjunto paisagístico e nos monumentos mais emblemáticos se deparam os problemas de conservação do patrimônio no Rio de Janeiro. Nossos conjuntos urbanos e nossa arquitetura vernacular também sofrem com o abandono de seus proprietários. Frequentemente noticiamos desabamentos e/ou incêndios que provocam o arruinamento de nosso patrimônio seja nos sobrados no Centro do Rio de Janeiro, nos casarões em Vassouras, e tantos outros.

Entender o patrimônio cultural brasileiro como um instrumento de cultura, educação e memória vem sendo um desafio não exclusivo do Rio ou do Brasil, mas uma discussão global, onde especialistas lutam para que estes não sirvam de “alegorias” para intervenções que coloquem a história e a memória em risco.

Mariana Vaz

SEMINÁRIO

"LEGADOS E LIÇÕES:  
UM OLHAR SOBRE  
60 ANOS DA CARTA  
DE VENEZA"



CAU/BR Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil



CAU/MG Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais



CAU/PE Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco



CAU/RJ Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro

# INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Elaborada em 1964, na cidade de Veneza, na Itália, durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, enfatizou a necessidade de um cuidado especial na preservação dos valores históricos e artísticos do patrimônio mundial. Concebida como uma referência para guiar questões operacionais no campo da preservação, a Carta de Veneza se constitui numa espécie de base deontológica para apoiar na tomada de decisões no exercício da preservação.

O aniversário de 60 anos da Carta de Veneza é um marco visto como uma oportunidade para reavaliar e reafirmar os princípios da Carta à luz dos desafios contemporâneos enfrentados na conservação cultural, como as mudanças climáticas, o turismo massivo, os conflitos urbanos e o avanço tecnológico. O Seminário será realizado nos dias **13 e 14 de agosto**, durante a **Semana do Patrimônio de Pernambuco** (Semana do dia 17 de agosto, quando é comemorado o Dia Nacional do Patrimônio Cultural) e contará com a participação de especialistas convidados, nacionais e internacionais, para se debater o legado e a atualidade da Carta de Veneza na preservação do patrimônio cultural.

O resultado desse encontro resultará numa publicação comemorativa contendo as mensagens/artigos de modo a compartilhar de maneira a mais ampla as ideias e reflexões sobre a evolução das práticas de conservação e do restauro do patrimônio cultural construído nessas seis décadas da Carta de Veneza.

O Seminário **"LEGADOS E LIÇÕES: UM OLHAR SOBRE 60 ANOS DA CARTA DE VENEZA"** é uma correalização do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco -CAU-PE e da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais - CAU/MG, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU/RJ e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, por meio da Câmara Temática de Patrimônio da Comissão Especial de Política Urbana e Ambiental - CPUA.

Essa parceria entre as instituições busca somar esforços/recursos disponíveis, além de interesses específicos de cada parte envolvida. A chave é celebrar a Carta de Veneza de uma maneira que possa contribuir para formação e inspiração das próximas gerações de conservacionistas e entusiastas da cultura no país. Durante o Seminário será lançado o **Edital Tripartite do Concurso de Ideias "INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM BENS PROTEGIDOS"**, promovidos pelos CAU/UF de MG, PE e RJ, com o apoio do CAU/BR. O Seminário será transmitido pelo canal do Youtube do CAU/PE.

**1. TEXTO BASE ELABORADO PELO ARQUITETO E URBANISTA JORGE EDUARDO LUCENA TINOCO, ADAPTADO.**

# PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR DO SEMINÁRIO "LEGADOS E LIÇÕES: UM OLHAR SOBRE 60 ANOS DA CARTA DE VENEZA"

Evento de lançamento do EDITAL TRIPARTITE DO PATRIMÔNIO (CAU/MG-CAU/PE-CAU/RJ)

Local: Teatro Fernando Santa Cruz / Centro Cultural Mercado Eufrásio Barbosa (Olinda/PE)

## PRIMEIRO DIA – TERÇA-FEIRA – DIA 13 DE AGOSTO

**8H30** Acolhimento dos Participantes  
Equipe de Apoio / Realizadores

**9H00** Abertura  
Fala dos realizadores

**9H30** Palestra 1:  
REVISÃO HISTÓRICA DA CARTA  
DE VENEZA NUMA PERSPECTIVA  
CONCEITUAL



Palestrante: EUGÊNIA MARIA  
AZEVEDO SALOMÃO

Doutora em Arquitetura pela UNAM, México. Professora e pesquisadora da Universidade Michoacana de San Nicolás de Hidalgo (UMSNH), México. Membro do Sistema Nacional de Pesquisadores do Conselho Nacional de Humanidades, Ciência e Tecnologia.

**10H15** Palestra 2:  
REVISÃO HISTÓRICA DA CARTA  
DE VENEZA NUMA PERSPECTIVA  
APLICADA



Palestrante: ANDREY  
ROSENTHAL SCHLEE

Doutor em Arquitetura e Urbanismo (USP). Atualmente é professor Titular da Universidade de Brasília. Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN.

**11H00** Intervalo

## 11H30 Painel 1: AVALIAÇÃO DE IMPACTO E ESTUDO(S) DE CASO

Apresentações de estudo(s) de caso destacando projetos de conservação bem-sucedidos de âmbito nacional e ou internacional.



Palestrante: ISABEL ROCHA

Arquiteta e Urbanista. Especialista em História da Arte (PUC/RJ) e Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Urbano (IBAM). Mestre e Doutora em Restauração e Gestão do Patrimônio (PROARQ/UFRJ, 2012). Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo (UGB/FERP). Atuação como Arquiteta do IPHAN/RJ durante 35 anos. Conselheira do CAU/RJ (2024/26) e do CET/INEPAC a partir de 2022. Com diversos artigos publicados. Profissional autônoma em exercício.

## 12H15 Intervalo

## 14H15 Painel 2: TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA PRESERVAÇÃO

O uso de tecnologias emergentes na conservação, como realidade aumentada, digitalização 3D e análise de materiais.



Palestrante: MARINA RUSSELL  
BRANDÃO CAVALCANTI

Arquiteta e Urbanista (UFPE), pós-graduação em Turismo e Patrimônio e Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural. Atualmente é servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan/PE. Atua em projetos na área de restauro e preservação de bens culturais, retrofit de imóveis e arquitetura contemporânea; elabora maquetes digitais, com ênfase na reconstrução virtual em 3D de bens culturais perdidos e ministrou diversos cursos nas áreas de educação patrimonial, preservação/conservação e arquitetura. / Associada do Comitê Brasileiro do ICOMOS (International Council of Monuments and Sites) / Membro do CIPA Heritage Documentation (International Committee of Architectural Photogrammetry).

## 15H00 MESA-REDONDA sobre os Painéis 1 e 2



Moderadora: LEILA MARQUES DA SILVA

Arquiteta e Urbanista (UFF); Licenciatura em construção civil pela Faculdade Bethencourt da Silva; Pós graduação em Administração Pública (FIJ). Doutora em desenvolvimento Local (UNISUAM). Servidora pública federal; arquiteta do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Conselheira Federal do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil pelo Rio de Janeiro - CAU/RJ.



Debatedor: JORGE EDUARDO LUCENA TINOCO

Arquiteto e Urbanista (UFPE). Especialista em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (UFMG). Profissional atuante na área do patrimônio cultural com mais de 40 anos de experiência em obras e serviços do patrimônio cultural construído. É o especialista conservador responsável técnico do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), e da TINOCO - Obras, Serviços & Restauração Ltda.



Debatedor: PEDRO HENRIQUE CABRAL VALADARES

Arquiteto e Urbanista (UFPE), Mestre e Doutor em Desenvolvimento Urbano (UFPE). Desde 1995 atuando na área de Arquitetura (contemporânea e patrimônio histórico). Trabalhos na área da teoria e história da arquitetura, patrimônio construído, projeto de arquitetura e desenho arquitetônico. Professor adjunto no curso de Engenharia Civil da Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco (UPE) (Recife/PE). Professor no curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Damas da Instrução Cristã (Recife/PE).

## 16H00 Intervalo

---

**16H30** Apresentação do Acordo de  
Cooperação / Lançamento  
do Edital Tripartite (CAU/MG,  
CAU/PE e CAU/RJ)

Representantes do CAU/MG; CAU/PE;  
CAU/RJ; C.T.P./CPUA-CAU/BR

---

**17H00** Término primeiro dia

# SEGUNDO DIA – QUARTA-FEIRA – DIA 14 DE AGOSTO

**8H30** Acolhimento dos Participantes /  
Café com bolo de rolo

**9H00** Painel 3 (cont.)  
**ESTUDO DE CASO: PRESERVAÇÃO DIGITAL DO MUSEU IPIRANGA**



Palestrante: FERNANDA MACHADO

Executiva de Indústria Sr. e Líder de Sustentabilidade na Autodesk e Coordenadora Geral do Comitê Científico e Técnico do BIM Fórum Brasil. É mestre em Arquitetura, Tecnologia e Cidade pela UNICAMP, especialista em Gerenciamento BIM pelo SENAI CIMATEC. Com formação em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA, possui expertise em projeto e planejamento de empreendimentos com uso da Modelagem da Informação da Construção (BIM). Certificada em openBIM pela buildingSMART Brasil e na ISO 19650 pela Operam, integra a BIM e Initiative como coeditora de traduções do BIM Dictionary e colaboradora de pesquisas de inovação.

**9H45** Painel 3: POLÍTICAS PÚBLICAS E ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO)

O papel das políticas públicas na proteção do patrimônio cultural. Estratégias para envolver comunidades locais na conservação.



Palestrante: ANIELLE FREITAS

Arquiteta e Urbanista e Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atua como arquiteta na Diretoria de Patrimônio Cultural da Prefeitura de Belo Horizonte e na Paspertú Arquitetura Urbanismo e Patrimônio Cultural. Membro associada do ICOMOS-Brasil nos comitês de Documentação e de Patrimônio Industrial. Professora colaboradora para a PUC Minas, UFGM, Rede Doctum de Ensino e UNA. Atuação na área do patrimônio cultural, com ênfase em patrimônio industrial, paisagem cultural e planejamento urbano e regional.

### 11H00 MESA-REDONDA sobre o Painel 3



Moderador: FREDERICO FARIA NEVES ALMEIDA

Engenheiro Civil (UFPE). Especialista em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos (UFBA). Curso de Tecnologia da Conservação da Pedra - ICCROM em Veneza/Itália (1995). Mestre em Gestão Pública (UFPE). Foi servidor do IPHAN-PE, onde exerceu durante quase 13 anos o cargo de Superintendente do Iphan em Pernambuco. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Obras e Projetos Especiais da Fundarpe.



Debatedora: RENATA DUARTE BORBA

Arquiteta e Urbanista (UFPE), Bacharel em Administração pela Universidade de Pernambuco (FCAP) e com MBA em Gestão da Qualidade das Construções, pela Universidade de Salvador. Especialista em Conservação e Restauração do Patrimônio Edificado (EIPP/DI-FOR/FUNDAJ). No setor público, desempenhou a função de Gerente de Habitação do município do Cabo de Santo Agostinho e de Superintendente do Iphan em Pernambuco. Atualmente é a presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - Fundarpe.



Debatedora: MÁRCIA MARIA VIEIRA HAZIN

Historiadora (UNICAP), Arquiteta e Urbanista (UFPE), Mestre em Design (UFPE). Especialista em Gestão e Prática de Obras de Conservação e Restauo do Patrimônio Cultural (CECI/UFPE). Atualmente ocupa o cargo de chefe do Escritório Técnico do Parque Histórico Nacional dos Guararapes e Fernando de Noronha/PE. Doutora em Conservação e Restauo pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

**12H00** ESTUDO DE CASO: "PARTICIPAÇÃO POPULAR: 40 ANOS DA ATUAÇÃO DA SOCIEDADE OLINDENSE DE DEFESA DA CIDADE ALTA".



Palestrante: JULIANA CUNHA BARRETO

Arquiteta e Urbanista (UFPE), Doutora em Arquitetura, na Universidade de Lisboa(ULisboa), na linha de pesquisa de Conservação e Reabilitação. Membro do Laboratório de Urbanismo e Patrimônio Cultural - LUP/MDU/UFPE. Atualmente é coordenadora do Curso de "Conservação e Restauração em Patrimônio Cultural Edificado" da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

**12H45** Intervalo

**14H45** Painel 4: FUTURO DA PRESERVAÇÃO CULTURAL

Os desafios futuros da preservação, incluindo mudanças climáticas e urbanização.



Palestrante: NATÁLIA VIEIRA-de-ARAÚJO

Pós-doutorado na Università di Roma La Sapienza (Ago 19-Jul 20) sob a supervisão do Prof Giovanni Carbonara, incluindo um período de pesquisa na Università degli Studi Gabriele dAnnunzio di Chieti e Pescara sob a tutoria do professor Claudio Varagnoli. Doutora em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2007) na área de concentração de Conservação Integrada e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (2000). Professora Associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo-UFPE e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano-UFPE (que atualmente coordena), além de colaboradora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo-UFRN. Pesquisadora do Laboratório de Urbanismo e Patrimônio Cultural - LUP-UFPE e Bolsista de Produtividade do CNPq. Coordenadora do ICOMOS Brasil em Pernambuco. Autora dos livros "Gestão de Sítios Históricos: valor econômico x valor cultural" e "Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: diálogos entre Brasil e Itália" (Ed UFPE, 2007 e 2022) e de vários artigos sobre preservação patrimonial com ênfase em aspectos de gestão e teórico-projetuais.

**15H30** MESA-REDONDA  
do Painel 4



Moderadora: GRACIETE  
GUERRA DA COSTA

Doutora em Arquitetura e Urbanismo (UNB). Atualmente é membro da entidade da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, coordenadora do curso de arq./urb.- UFRR, da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo-SP, vice-presidente do departamento/RR do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Roraima, conselheira federal do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Roraima, membro do comitê científico nacional de DOCUM do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, presidente do departamento/RR do Conselho Internacional dos Arquitetos de Língua Portuguesa. Profissional, com larga experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento Urbano, atuando principalmente nos seguintes temas: Amazônia, arquitetura, Boa Vista-RR, arquitetura moderna e planejamento e ordenamento territorial.



Debatedor: SILVIO  
OKSMAN

Doutor em Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP) com pós doutorado pela mesma instituição. Atualmente é coordenador do curso de Arquitetura e urbanismo do IBMEC SP. Sócio do escritório Metrôpole Arquitetos onde desenvolve projetos com foco na preservação de patrimônio cultural. Foi representante do IAB SP no CONDEPHAAT (2013-2016) e no CONPRESP (2017). É coordenador do Comitê Científico para patrimônio do Século XX do ICOMOS Brasil e vice presidente do Comitê Internacional para Preservação do Patrimônio do Sec. XX do ICOMOS.

## 15H30 MESA-REDONDA do Painel 4



Debatadora: AMELIA MARIA  
DE OLIVEIRA REYNALDO

Doutora pela Universitat Politècnica de Catalunya. Professora assistente IV do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco (2002-2021). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Projeto do Espaço Urbano, atuando principalmente nos seguintes temas: intervenção urbana, desenvolvimento regional, desenvolvimento urbano, preservação e intervenção em áreas históricas, com inúmeros trabalhos publicados sobre esses temas.

## 16H30 DEBATE SOBRE O EDITAL DO PATRIMÔNIO – TIRA DÚVIDAS PROXIMAS ETAPAS

Representantes dos Realizadores:  
Moderadora: FERNANDA BASQUES (CAU/BR)

ROBERTO SALOMÃO (CAU/PE)  
CECÍLIA FRAGA (CAU/MG)  
SYDNEI MENEZES (CAU/RJ)  
CARLOS FERNANDO ANDRADE (CONSULTOR)

## 17H30 ENCERRAMENTO

Fala dos Realizadores

# CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR

## RELATÓRIO CONCLUSIVO DAS ATIVIDADES

### Sumário

<b>Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR</b> .....	<b>1</b>
Membros .....	1
Apresentação .....	5
Justificativa .....	7
Objetivos .....	11
Prazos .....	11
Cronologia das atividades da Câmara de Patrimônio do CAU/BR .....	12
<b>Anexos</b> .....	<b>15</b>
Proposta nº 001/2023 – Recomendações para orientar futuros investimentos .....	16
Sistematização dos investimentos em patrimônio por CAU/UF .....	27
Compilação dos dados da sistematização .....	61
Relatórios – Estado da arte do patrimônio nos estados .....	63
Proposta nº 001/2024 – Apoio ao corpo técnico do IPHAN .....	75
Súmulas das reuniões .....	77

**CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR****MEMBROS DA CÂMARA EM 2023**

Ricardo Soares Mascarello – Coordenador

Representante da CUPA-CAU/BR

Vanessa Gayego Bello Figueiredo – Coordenadora adjunta

Representante do CAU/SP

Pedro Grilo

Representante do CAU/DF

Maria Ester de Souza

Representante do CAU/GO

Leonardo Barci Castriota

Representante do CAU/MG

Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar

Representante do CAU/MS

Ricardo Silveira Castor

Representante do CAU/MT

Ana Cristina Lopes Braga

Representante do CAU/PA

Fabiano Melo

Representante do CAU/PB

Sérgio Marcelino da Motta Lopes

Representante do CAU/PE

Jeferson Dantas Navolar

Representante do CAU/PR

Noemia Lucia Barradas Fernandes

Representante do CAU/RJ

Rogério da Silva

Representante do CAU/RO

José Daniel Craidy Simões

Representante do CAU/RS

Anne Elise Rosa Soto

Representante do CAU/SC

Viviane Oliveira de Jesus

Representante do CAU/SE

Maria Elisa Baptista

Representante do CEAU-CAU/BR

Ana Cristina Lima Barreiros da Silva

Representante da CPP-CAU/BR

Márcio Coelho de Carvalho

Especialista indicado pelo CAU/BR

Inês Martina Lersch

Representante do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro

#### **MEMBROS DA CÂMARA EM 2024**

Graciete Guerra da Costa – Coordenadora

Representante da CPUA-CAU/BR

Ricardo Soares Mascarello – Coordenador adjunto

Especialista indicado pelo CAU/BR

Ian Soares de Oliveira Gomes

Representante do CAU/AC

Edith Maria Nogueira de Araújo

Representante do CAU/AL

Ana Carla Cruz Pedrosa (em substituição a Marcos Paulo Cereto)

Representante do CAU/AM

Dinah Reiko Tutytia

Representante do CAU/AP

Ernesto Regino Xavier de Carvalho

Representante do CAU/BA

Gerson Amaral (em substituição a Lucas Ribeiro Rozzoline Muniz)

Representante do CAU/CE

Talita Alves Morais e Rabelo

Representante do CAU/DF

Genildo Coelho Hautequestt Filho

Representante do CAU/ES

Renata Lima Barros

Representante do CAU/GO

Grete Soares Pflueger

Representante do CAU/MA

Laura Beatriz Lage (em substituição a Ânderson José de Castro Agostinho)

Representante do CAU/MG

Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar

Representante do CAU/MS

Rafael Leandro Rodrigues dos Santos

Representante do CAU/MT

Ana Cristina Lopes Braga

Representante do CAU/PA

Gabriella Donato de Oliveira Lima

Representante do CAU/PB

Sérgio Marcelino da Motta Lopes

Representante do CAU/PE

Aracelly Moreira Magalhães

Representante do CAU/PI

Claudio Forte Maiolino (em substituição a Maugham Zaze)

Representante do CAU/PR

Mariana Vaz de Souza (em substituição a Carlos Fernando de Souza Leão Andrade)

Representante do CAU/RJ

Cíntia Camila Liberalino Viegas

Representante do CAU/RN

Antonio Lopes Balau Filho

Representante do CAU/RO

Nayhandra Cristhine Vieira Magalhães Costa

Representante do CAU/RR

José Daniel Craidy Simões

Representante do CAU/RS

Suzana de Souza

Representante do CAU/SC

Viviane Oliveira de Jesus

Representante do CAU/SE

Maíra de Camargo Barros

Representante do CAU/SP

Bruna Coelho Alves Meneses

Representante do CAU/TO

Flávio de Lemos Carsalade

Representante do CEAU-CAU/BR

João Eduardo Martins Dantas

Representante da CPP-CAU/BR

Inês Martina Lersch

Representante do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro

Assessoria técnica:

Sergio Amadeus Leon Lopes

Assistente Administrativo – CAU/SP

Suporte:

Giuliana de Freitas – CAU/BR

Pedro Martins Silva – CAU/BR

## **Apresentação – Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR (CTP-CAU/BR)**

A Câmara Temática de Patrimônio (CTP) foi instituída pela [Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023 CAU/BR](#) e iniciou seus trabalhos a partir desta premissa e das trocas e acúmulos dos debates realizados em eventos promovidos pelo CAU/BR, a exemplo do 1º e 2º Seminário Nacional de Patrimônio realizados em Ouro Preto e São Luís do Maranhão em 2022 e 2023, respectivamente.

A Câmara Temática de Patrimônio (CTP) no âmbito do CAU/BR tem como objetivo geral de “Estimular a salvaguarda, a preservação e o fomento da produção da Arquitetura e Urbanismo do Patrimônio Cultural, material e imaterial, como parte da Política de Estado” e tem se reunido mensalmente desde 10 de agosto de 2023.

A partir das experiências diversas já praticadas pelos CAU/UF na área de patrimônio cultural e da Recomendação de Ouro Preto de 2022 aprovada em plenário do CAU/BR, que sugeria fixar um percentual mínimo de investimentos obrigatórios na valorização e qualificação do exercício profissional do arquiteto e urbanista na área do patrimônio cultural, a Câmara recomenda que tais investimentos sejam realizados pelos CAU/UF em 5 eixos prioritários:

- 1.Assistência técnica em patrimônio cultural;**
- 2.Acervos e centros de documentação e memória;**
- 3.Formação continuada [para os arquitetos];**
- 4.Educação patrimonial [para a sociedade]; e**
- 5.Articulação política.**

A primeira reunião, realizada em 10 de agosto de 2023 na sede do CAU/SP e via *MS Teams*, a Câmara Temática de Patrimônio, no dia seguinte do III Encontro Arquitetura e Patrimônio do CAU/SP, endossou o indicativo das Recomendações de Ouro Preto em fixar um percentual mínimo de investimentos obrigatórios na valorização e qualificação do exercício profissional do arquiteto e urbanista na área do patrimônio cultural e propôs estabelecer um Plano de Trabalho a partir de 5 eixos considerados prioritários para ação do CAU nesta área. Em anexo estão as deliberações e as diretrizes do CAU/BR para implementação dos investimentos nos cinco eixos prioritários em patrimônio cultural.

A proposta tramitou pelo CAU/BR, a CPUA-CAU/BR também endossou estas determinações aprovando as sugestões da Câmara Temática, e o Plenário do CAU/BR aprovou a recomendação de **investimentos mínimos de 2% nas 5 áreas prioritárias sugeridas.**

A recém aprovada [DELIBERAÇÃO N° 039/2023 – CPP-CAU/BR](#), QUE PROPÕE DIRETRIZES PARA AS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO CAU–ATHIS/PATRIMÔNIO define: “determinação da inclusão, de modo permanente, nas diretrizes orçamentárias das autarquias do CAU, de verba especificamente destinada à aplicação em ações voltadas para a preservação do Patrimônio, no percentual mínimo de 2% (dois por cento) do total dos recursos oriundos das receitas de arrecadação (anuidades, RRT e taxas e multas), deduzidos os valores destinados ao Fundo de Apoio e ao CSC”.

### **Vanessa G. Bello Figueiredo**

Coordenadora- adjunta da Câmara Temática de Patrimônio Cultural CAU/BR 2023

Coordenadora da Comissão Especial de Patrimônio Cultural CAU/SP 2021/23



Os membros presentes no CAU/SP na primeira reunião da Câmara em 10/08/2023

**Justificativa** (Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023)

O direito ao patrimônio cultural tem natureza de direito humano, nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e de direito fundamental, nos termos da Constituição da República de 1988. Considerando a necessidade de estabelecer um diálogo dentro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, algumas ações pontuais foram evidenciadas ao longo dos anos.

Dentre os campos de atuação do profissional de arquitetura e urbanismo, conforme Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, está o campo do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, restauro, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades (Art. 2º, §IV do Parágrafo único). E no Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, nas Obrigações Gerais, diz que o profissional de arquitetura e urbanismo deve “reconhecer, respeitar e defender as realizações arquitetônicas e urbanísticas como parte do patrimônio socioambiental e cultural, devendo contribuir para o aprimoramento deste patrimônio” (item 1.1.3.) e completa no item 2.2.2 ao 2.2.4:

“O arquiteto e urbanista deve respeitar os valores e a herança natural e cultural da comunidade na qual esteja prestando seus serviços profissionais. O arquiteto e urbanista deve, no exercício das atividades profissionais, zelar pela conservação e preservação do patrimônio público. O arquiteto e urbanista deve respeitar o conjunto das realizações arquitetônicas e urbanísticas do patrimônio histórico e artístico nacional, estadual, municipal, ou de reconhecido interesse local.”

Em 2018, em São Paulo, na Universidade Mackenzie, o CAU/BR, nos encaminhamentos definidos pelo Seminário ‘Gestão Inovadora de Bairros Históricos – Fábrica de Restauro’, com organização pela CRI-CAU/BR, do CAU/SP, da Universidade Presbiteriana Mackenzie e com apoio do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ficam indicados:

1. Criação da REDE BRASIL PATRIMONIO (RBP), ONG de entidades da sociedade civil em defesa do patrimônio;
2. Proposta do CAU/SP de criação de ASSESSORIA TÉCNICA DO PATRIMÔNIO;
3. Criação de Portal de boas práticas com vistas a constituição de um modelo de gestão de Patrimônio Histórico com inclusão social;
4. Realização de Conferência Nacional de Patrimônio Cultural pelo CAU;
5. Criação de frente parlamentar para o Patrimônio Histórico;
6. Capacitação continuada para mão de obra especializada em projetos de Restauro;

7. Debate sobre aprimoramento e utilização da transferência do potencial construtivo nas cidades brasileiras;
8. Proposta de criação de Conselhos de Defesa do Patrimônio nas cidades brasileiras, CAU elaborar PL;
9. Propor loteria especial para financiamento de Habitação e Patrimônio Histórico.

Em 2021, o CAU/BR, por meio da CPUTA-CAU/BR, encaminhou Ofício aos CAU/UF, objetivando apoiar, regulamentar e estabelecer agendas conjuntas que fortaleçam as ações dos CAU/UF com foco nos “conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (Art. 216,V,CF/88) e nos instrumentos e parcerias possíveis dentro do tema, o CAU Brasil solicitou que cada CAU/UF indicasse um representante para acompanhamento do tema nacionalmente. Foram recebidas indicação de membros dos: CAU/BA, CAU/DF, CAU/ES, CAU/GO, CAU/MA, CAU/MG, CAU/MS, CAU/PA, CAU/PB, CAU/PE, CAU/PR, CAU/RJ, CAU/RO, CAU/SE.

Durante a 105ª Reunião Ordinária da CPUTA-CAU/BR, ocorrida em 27 de outubro de 2021, por meio de videoconferência, que contou com a presença da convidada Vanessa Gayego, coordenadora do ICOMOS à época, foi apresentada a proposta de criação de Fórum de Patrimônio, considerando histórico de articulações entre os CAU dos Estados: CAU/SP, CAU/RS, CAU/MG, CAU/PE, CAU/RJ, CAU/DF e CAU/SE. Sendo que as pautas são de interesse nacional, tais como normas específicas de patrimônio. Reunião em que foi comentado sobre a enorme dificuldade de encontrar profissionais qualificados e por este motivo surge o Edital Pátio Cultural para assistência técnica na área de patrimônio para comunidades que não são atendidas, exemplo Jongo Dito Ribeiro em Campinas.

Surge, então, a ideia da criação de uma Câmara Temática de Patrimônio no CAU/BR, que foi inserida tanto no Plano de Trabalho da CPUTA-CAU/BR, bem como no plano da CPP-CAU/BR 2022, aprovados por meio da Deliberação CPUTA nº 002/2022 e Deliberação CPP nº005/2022, e que previram um Seminário para este processo, na cidade de Ouro Preto, MG, em julho de 2022.

O Seminário Nacional de Patrimônio do CAU Brasil em 2022, realizado na cidade de Ouro Preto, retomou as problemáticas do seminário de 2018 e elaborou a primeira Carta de Ouro Preto, complementada por representantes de entidades ligadas à proteção e salvaguarda do Patrimônio Cultural em suas mais diversas possibilidades, representantes de órgãos públicos com atribuições voltadas à eleição e gestão dos bens culturais, agentes da estrutura judiciária e legislativa brasileira, pesquisadores, especialistas, conselheiros, detentores de saberes tradicionais e sociedade civil organizada, atuantes na pesquisa, difusão e valorização do patrimônio cultural.

No ano seguinte, durante a participação no Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural realizado nos dias 04 e 05 de abril de 2023, na mesma cidade de Ouro Preto, o presidente do

IPHAN, Leandro Grass reforçou a proposta para a implementação de Habitação de Interesse Social nos Centros Históricos. Em reunião realizada no IPHAN com a participação do CAU Brasil, o Diretor de Patrimônio do IPHAN reforçou a criação de um projeto em parceria com as Universidades para a Assessoria Técnica em Patrimônio.

A Carta de Ouro Preto de 2022 foi reestruturada e passa a apontar para o aperfeiçoamento da legislação brasileira de patrimônio cultural, com a garantia de manutenção de todas as conquistas históricas havidas com a legislação pátria já existente. A Carta, considerando que os bens culturais devem ser compreendidos a partir da indissociabilidade integral das suas dimensões material e imaterial, bem como que a proteção e salvaguarda de bens culturais materiais e imateriais deve se voltar sempre para a diversidade das expressões culturais, valorizando a pluralidade étnica e regional, com especial atenção às manifestações culturais historicamente vulneráveis em nosso país e que, em razão do princípio participativo, deve ser assegurada a legitimidade dos atos, processos e normas voltadas à proteção e salvaguarda do patrimônio cultural, seja por consulta direta à população ou à entidade ou órgão com representatividade da sociedade civil.

O sistema normativo de proteção e salvaguarda ao patrimônio cultural no Brasil, representado por diplomas de diversas épocas, é testemunho dos esforços empreendidos em prol da preservação de nossos bens culturais e constitui conquista incorporada ao patrimônio jurídico do povo brasileiro, não admitindo retrocessos. Os diferentes comandos previstos constitucionalmente a respeito do patrimônio cultural, por sua superior hierarquia, preponderam e orientam a aplicação dos dispositivos infraconstitucionais, convenções e acordos internacionais sobre patrimônio cultural e natural, dada sua vinculação aos Direitos Humanos, que têm eficácia jurídica imediata no Brasil.

A preservação de acervos possui lacunas legislativas que margeiam diferentes categorias do patrimônio cultural, entre elas o que tange a regulamentação do inventário, o patrimônio espeleológico, paleontológico e os espaços territoriais especialmente protegidos (especialmente áreas de povos indígenas, de comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais) e os patrimônios sensíveis e dolorosos.

A necessidade de se identificar e consolidar a principiologia de regência do Direito do Patrimônio Cultural, como elemento basilar da produção normativa e ação administrativa, a necessidade de valorização e a garantia de autonomia financeira e funcional dos órgãos de proteção e salvaguarda ao Patrimônio Cultural. E considerando a necessidade de existência de múltiplos instrumentos de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural material que sejam acionados e manejados de modo harmônico e capaz de resguardar e compatibilizar as múltiplas possibilidades de expressão e funções do patrimônio cultural.

Neste contexto, o CAU Brasil tem sido chamado à discussão tanto da preservação do patrimônio material e imaterial consolidado nas nossas cidades brasileiras, bem como à discussão da

preservação dos acervos de profissionais de arquitetura e urbanismo, para a sua adequada salvaguarda. Neste ano de 2023, em parceria com a Casa da Arquitetura e a Embaixada de Portugal, foi organizado o ciclo de debates “Memória, Projectos, Obras, Patrimônio e Acervos”, sobre o Arquiteto Eduardo Souto de Moura, e paralelamente a exposição do acervo do arquiteto. O último encontro “Acervos e Patrimônio”, previsto para ocorrer no dia 25 de maio, na Embaixada de Portugal em Brasília, discutirá o papel de cada um dos órgãos nesse processo de salvaguarda de acervos de arquitetura, como parte da preservação da memória urbana e da identidade histórica.

Como pré-evento do Fórum Internacional do Patrimônio Arquitetônico Brasil/Portugal, o CAU Brasil, com apoio do CAU Maranhão, estará realizando um Seminário no dia 13 de junho na cidade São Luis. O objetivo do evento é apresentar ao amplo público as discussões sobre as perspectivas para a preservação do patrimônio cultural no Brasil: acervos arquitetônicos (mesa 1), promovendo um debate acerca da salvaguarda de bens patrimoniais considerando conjuntos urbanos, edificações, sítios e acervos de valor arquitetônico, suas possibilidades de modo a contribuir para com o alcance do 11o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, Cidades e comunidades sustentáveis, com foco no ODS 11.4 : Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo; e sobre a atuação profissional em Patrimônio e a assistência técnica (mesa 2), que terá exposição e debate sobre práticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, no âmbito da Arquitetura e Urbanismo, com ênfase na ação interinstitucional da promoção da Assistência Técnica para as intervenções no ambiente construído em bens culturais acautelados e da atuação profissional.

Neste momento, o CAU Brasil está organizando a Câmara Temática de Patrimônio, formato já aprovado pelo plenário, cuja proposta específica deverá ser apresentada no plenário de maio de 2023 para que os trabalhos fiquem consolidados em um programa que abarque diferentes representantes institucionais.

**Objetivos** (Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023)

## Objetivo Geral:

Estimular a salvaguarda, a preservação e o fomento da produção da Arquitetura e Urbanismo do Patrimônio Cultural, material e imaterial, como parte da Política de Estado.

## Objetivos Específicos:

- Acompanhar e impulsionar a Política do CAU para Patrimônio com vistas a apoiar uma Política Nacional de Patrimônio;
- Promover a profissão da(o) Arquiteta(o) e Urbanista no âmbito de atuação do Patrimônio;
- Contribuir para com o alcance do 11º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, Cidades e comunidades sustentáveis, com foco no ODS 11.4 : Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo;
- Estabelecer agendas conjuntas com outros órgãos e entidades que fortaleçam ações com foco nos conjuntos urbanos, edificações, sítios e acervos de valor arquitetônico, histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (patrimônio material e imaterial), bem como a valorização dos profissionais que atuam na área em questão;
- Promover um olhar especial para a salvaguarda para os bens patrimoniais dos povos indígenas, quilombolas e da produção popular.

Objetivo estratégico: Valorizar a arquitetura e urbanismo

**Prazos**

Para o ano de 2023, a câmara teve o prazo de vigência de 7 meses, de junho a dezembro de 2023. A deliberação [PLENÁRIA DPOBR Nº 0141-10/2023](#) prorrogou a Câmara até junho de 2024.

## Cronologia das atividades da Câmara de Patrimônio do CAU/BR

### Início dos trabalhos

A primeira reunião da Câmara Temática de Patrimônio ocorreu em 10/08/2023, em formato híbrido, por videoconferência e na sede do CAU/SP, na esteira do evento anual de patrimônio organizado anualmente, no mês de agosto, pela Comissão de Patrimônio Cultural da instituição. Simbolicamente, a abertura dos trabalhos da primeira Câmara Temática do CAU/BR coube à presidente Nadia Somekh, presencialmente no CAU/SP.

A Câmara fora instituída em 15 de junho de 2023 pela [Deliberação Plenária DPOBR nº 0137-04/2023](#) e os nomes dos integrantes, homologados a partir da [Deliberação nº 014/2023 da CUPA-CAU/BR](#). A assessoria das reuniões, conforme solicitação de apoio expressa pela [Deliberação nº 018/2023 da CUPA-CAU/BR](#), ficou sob responsabilidade do CAU/SP, que indicou inicialmente o assessor de relações institucionais Felipe Garófalo Cavalcanti e posteriormente o assistente administrativo Sergio Amadeus Leon Lopes.

### Reuniões em 2023

- Na primeira reunião, foi definida a coordenação e a coordenação adjunta da Câmara de Patrimônio – respectivamente, Ricardo Soares Mascarello (CUPA-CAU/BR) e Vanessa Gayego Bello Figueiredo (CAU/SP) – e organizado, para agilidade das discussões, um plano de trabalho com a divisão dos membros em cinco grupos de trabalho focados nos eixos prioritários – assistência técnica em patrimônio cultural, acervos e centros de documentação e memória, formação continuada (para os arquitetos), educação patrimonial (para a sociedade) e articulação política.
- Na segunda reunião, em 18/09/23, foi aprovado o principal documento da Câmara no ano, a Proposta nº 001/2023 (anexo I, p. 16) que solicitava a prorrogação das atividades em 2024 e, sobretudo, encaminhava as “Recomendações para orientar os futuros investimentos em patrimônio cultural pelo CAU/BR e CAUs/UF”.
  - As diretrizes recomendadas, depois de deferidas pela [Deliberação nº 030/2023 da CUPA-CAU/BR](#), seriam aprovadas pelo Plenário do CAU/BR em 19/10/2023 pela [DPOBR Nº 0141-10/2023](#), que estabeleceu:
 

*Aprovar a inclusão, de modo permanente, nas diretrizes orçamentárias das autarquias do CAU, de verba especificamente destinada à aplicação em ações voltadas para a preservação do Patrimônio, no percentual mínimo de 2% (dois por cento) do total dos recursos oriundos das receitas de arrecadação (anuidades, RRT e taxas e multas), deduzidos os valores destinados ao Fundo de Apoio e ao CSC.*
- Na terceira reunião, em 27/10/23, foram apresentados os resultados das sistematizações das ações desenvolvidas por cada CAU/UF na área de patrimônio. A compilação desses dados, com as informações orçamentárias disponibilizadas nos Portais da Transparência dos CAUs/UF seria apresentada na reunião de dezembro (anexos II e III, pp. 27-62).
- Na quarta (21/11/23) e na quinta (11/12/23) reuniões foram apresentados os acordos de cooperação firmados pelo CAU/BR de interesse para a questão do patrimônio, além de delineadas propostas e estratégias de ação a serem continuadas pela nova composição da Câmara em 2024, em especial as ideias para estruturar a realização de um Seminário de Patrimônio promovido pela própria Câmara.



A presidente Nadia Somekh (ao centro) inaugurou a primeira reunião da Câmara de Patrimônio

### Reuniões em 2024

- Na sexta reunião, em 29/02/24, os membros definiram a conselheira Graciete Guerra da Costa como nova coordenadora. O conselheiro Ricardo Soares Mascarello – eleito coordenador adjunto para que a Câmara mantivesse as diretrizes apresentadas pela composição anterior – efetuou um relato dos trabalhos realizados em 2023 para conhecimento dos novos integrantes.
  - Em 2024, a Câmara de Patrimônio foi recomposta e os novos membros foram definidos pela deliberação [nº 001/2024 da CPUA-CAU/BR](#), de 31/01/2024, e pelas deliberações plenárias [nº 0145-003/2024](#), de 22/02/2024, e [nº 0146-005/2024](#), de 22/03/2024. Em 2024, todos os CAU/UF indicaram representantes e estiveram presentes em ao menos uma reunião da Câmara.
- Na sétima reunião, em 11/03/24, o conselheiro Ricardo Soares Mascarello voltou a apresentar um relato sobre a atuação da Câmara em 2023, desta vez destacando as parcerias na área de Patrimônio firmadas pelo CAU/BR com o IPHAN e com o Arquivo Nacional. Foi solicitado que os membros começassem a ingressar nos cinco grupos de trabalho, cujos temas foram mantidos, e que preparassem um relatório sucinto, de apenas uma lauda, acerca da situação do patrimônio em seu estado (relatórios elaborados no primeiro semestre de 2024, no anexo IV, pp. 63-74).
- Na oitava reunião, em 10/04/24, José Daniel Craidy Simões e Inês Martina Lersch discorreram sobre a sua participação em evento apoiado pela Câmara, o 2º Seminário TOPOS – Acervos e arquivos de Urbanismo: saberes, manejos e feitos. Também foi aprovado apoio ao simpósio do ICOMOS – “Revisitando a Carta de Veneza: Perspectivas críticas e desafios contemporâneos” e à existência de mais editais em acervos e para

- eventos na área de Patrimônio; além de deferida manifestação do CAU/PE com a Proposta nº 001/2024-CTP-CAU/BR (anexo V, p. 75) de apoio ao corpo técnico de arquitetos e urbanistas do IPHAN em defesa de conjunto tombado na cidade de Recife.
- Em 06/05/24, nona reunião, foram aprovados o Plano de Trabalho de Câmara e o apoio ao ArquiMemória 6 – Encontro Internacional sobre preservação do patrimônio edificado. Também foi expressa a solidariedade com a situação enfrentada pela população do Rio Grande Sul, reforçando a necessidade de pensar a questão das mudanças climáticas nos debates e nas ações sobre o patrimônio.
  - Na décima reunião, em 17/06/24, foi deferido o suporte técnico e financeiro ao Seminário da Câmara Temática de Patrimônio, que ocorrerá em Olinda (PE), nos dias 13 e 14 de agosto de 2024, em parceria com o CAU/PE, com o tema de revisão histórica da Carta de Veneza. Também foram acordados apoio financeiro ao DOCOMOMO N-NE, em Campina Grande (PB), e reunião com a Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ACCR).



Inês Martina Lersch e José Daniel Craidy Simões em mesa do seminário Topos

**Anexos**

Anexo I – Proposta nº 001/2023 – Recomendações para orientar futuros investimentos

Anexo II – Sistematização dos investimentos em patrimônio por CAU/UF

Anexo III – Compilação dos dados da sistematização dos investimentos em patrimônio

Anexo IV – Relatórios do estado da arte do patrimônio nos estados

Anexo V – Proposta nº 001/2024 – Apoio ao corpo técnico do IPHAN

Anexo VI – Súmulas das reuniões



PROCESSO	00146.000732/2023-40
INTERESSADO	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
ASSUNTO	Prorrogação da vigência e recomendações da Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR

**PROPOSTA Nº 001/2023 – CTP-CAU/BR**

A CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO (CTP-CAU/BR), reunida ordinariamente, de forma virtual, no dia 18 de setembro de 2023, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023, que Institui a Câmara Temática de Patrimônio no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR);

Considerando o Objetivo Geral de “Estimular a salvaguarda, a preservação e o fomento da produção da Arquitetura e Urbanismo do Patrimônio Cultural, material e imaterial, como parte da Política de Estado” e os objetivos específicos estabelecidos no anexo da Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023;

Considerando que o patrimônio arquitetônico é uma expressão da cultura, da memória e da identidade de um povo, parte integrante do ambiente construído e da paisagem urbana que deve ser preservado, valorizado e transmitido às futuras gerações;

Considerando os acúmulos das experiências já realizadas nos CAUs/UF na valorização e qualificação da atuação profissional na área do patrimônio cultural, restauro, conservação, planejamento, assistência técnica, acervo e documentação, sensibilização e difusão para a sociedade;

Considerando as trocas e os acúmulos dos debates realizados em eventos promovidos pelo CAU, a exemplo do 1º e 2º Seminário Nacional de Patrimônio realizados em Ouro Preto e São Luís do Maranhão em 2022 e 2023, respectivamente;

Considerando as Recomendações de Ouro Preto, elaboradas a partir do 1º Seminário Nacional de Patrimônio realizados em Ouro Preto em 2022 e aprovadas em plenário do CAU/BR;

Considerando que em sua primeira reunião, realizada em 10 de agosto de 2023 na sede do CAU/SP e via MS Teams, a Câmara Temática de Patrimônio endossou o indicativo das Recomendações de Ouro Preto em fixar um percentual mínimo de investimentos obrigatórios na valorização e qualificação do exercício profissional do arquiteto e urbanista na área do patrimônio cultural;

Considerando que a Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR propôs estabelecer um Plano de Trabalho a partir de 5 eixos considerados prioritários para a ação do CAU nesta área, sobretudo para o direcionamento desses investimentos, sendo eles: 1. Assistência técnica em patrimônio cultural, 2. Acervos e centros de documentação e memória, 3. Formação continuada (para os arquitetos), 4. Educação patrimonial (para a sociedade) e 5. Articulação política; e

Considerando a recém aprovada DELIBERAÇÃO Nº 039/2023 – CPP-CAU/BR, que propõe DIRETRIZES PARA AS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO CAU – ATHIS/PATRIMÔNIO: “determinação da inclusão, de modo permanente, nas diretrizes orçamentárias das autarquias do CAU, de verba especificamente destinada à aplicação em ações voltadas para a preservação do Patrimônio, no percentual mínimo de 2% (dois por cento) do total dos recursos oriundos das receitas de arrecadação (anuidades, RRT e taxas e multas), deduzidos os valores destinados ao Fundo de Apoio e ao CSC”.

**PROPÕE:**

1 – Em razão da agenda e do volume de trabalho propostos, que a Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR seja

prorrogada por mais 6 meses para que possa dar andamento às atividades no primeiro semestre de 2024; e

2 – Que sejam observados, pelos demais setores e órgãos colegiados que possuem convergência com o assunto, os objetivos e diretrizes contidos nos temas prioritários definidos pela Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR nas recomendações anexas, que visam orientar o CAU/BR e os CAUs/UF acerca dos futuros investimentos obrigatórios em patrimônio cultural.

Com **13 votos favoráveis** dos membros Ricardo Soares Mascarello, Vanessa Gayego Bello Figueiredo, Leonardo Barci Castriota, Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar, Fabiano Melo, Sérgio Marcelino da Motta Lopes, Jeferson Dantas Navolar, Noemia Lucia Barradas Fernandes, José Daniel Craidy Simões, Anne Elise Rosa Soto, Viviane Oliveira de Jesus, Inês Martina Lersch e Márcio Coelho de Carvalho; **00 votos contrários** dos membros; **00 abstenções** dos membros e **07 ausências** dos membros Pedro Grilo, Maria Ester de Souza, Ricardo Silveira Castor, Ana Cristina Braga, Rogério da Silva, Ana Cristina Lima Barreiros da Silva e Maria Elisa Baptista.

Brasília-DF, 02 de outubro de 2023

---

Setor de Edifícios Públicos Sul (SEPS), Quadra 702/902, Conjunto B, 2º Andar Edifício General Alencastro | CEP 70.390-025 - Brasília/DF

---

00146.000732/2023-40

0087954v4

## **CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR**

### **GRUPOS DE TRABALHO (GTs)**

Definidos na primeira reunião, realizada em 10 de agosto de 2023, com a finalidade de agilizar a organização de objetivos e diretrizes para os 5 eixos prioritários da Câmara.

#### **A) Assistência técnica em patrimônio cultural**

Vanessa Gayego Bello Figueiredo - coordenação  
Sérgio Marcelino da Motta Lopes  
Ricardo Soares Mascarello  
Márcio Coelho de Carvalho

#### **B) Acervos e centros de documentação e memória**

José Daniel Craidy Simões - coordenação  
Ana Cristina Lima Barreiros da Silva  
Ana Cristina Braga  
Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar  
Leonardo Barci Castriota

#### **C) Formação continuada (para os arquitetos)**

Noemia Lucia Barradas Fernandes - coordenação  
Vanessa Gayego Bello Figueiredo  
Anne Elise Rosa Soto

#### **D) Educação patrimonial (para a sociedade)**

Ana Cristina Lima Barreiros da Silva - coordenação  
Ana Cristina Braga  
Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar  
Viviane Oliveira de Jesus  
Leonardo Barci Castriota

#### **E) Articulação política**

Jeferson Dantas Navolar - coordenação  
Ricardo Soares Mascarello  
José Daniel Craidy Simões  
Inês Martina Lersch

Na segunda reunião, realizada em 18 de setembro de 2023 de forma virtual, os GTs trouxeram propostas de objetivos e diretrizes para cada um dos 5 eixos prioritários que foram debatidas e sistematizadas pelos presentes.

Logo, os objetivos e diretrizes abaixo definidos pela Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR para cada um dos 5 eixos prioritários constituem recomendações ao CAU/BR e aos CAUs/UF, visando orientar os futuros investimentos obrigatórios em patrimônio cultural.

## RECOMENDAÇÕES

PARA ORIENTAR OS FUTUROS INVESTIMENTOS  
EM PATRIMÔNIO CULTURAL PELO CAU/BR E CAUS/UF:

### 1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM PATRIMÔNIO CULTURAL

#### Objetivos:

1. Promover a produção de conhecimento que oriente o exercício profissional e o seu aperfeiçoamento na área do patrimônio cultural;
2. Ampliar a valorização profissional por meio de fomentos do CAU para um conjunto diversificado de projetos de assistência técnica, com ênfase nas dimensões cultural, social e ambiental de Arquitetura e Urbanismo;
3. Fazer o trabalho do arquiteto e urbanista chegar à sociedade, especialmente às populações de baixa renda, diminuindo o estigma elitista da profissão;
4. Ampliar o conceito de direito à assistência técnica pública e gratuita para além de HIS – Habitação de Interesse Social, abrangendo outros usos e outras importantes áreas de interesse público e social e do exercício profissional no campo de arquitetura e urbanismo;
5. Ampliar o reconhecimento social da profissão, a visibilidade institucional e fortalecer a imagem do CAU na sociedade;
6. Sensibilizar, informar, educar e difundir conhecimentos e/ou troca de experiências com vista ao desenvolvimento e fortalecimento da Arquitetura e do Urbanismo e da preservação do patrimônio cultural.

#### Diretrizes:

DOS OBJETOS – A assistência técnica à preservação do patrimônio cultural poderá abranger:

- I. Todos os trabalhos de estudo urbanístico, paisagístico e arquitetônico, pesquisa, inventário, diagnóstico, planos e projetos em diversas escalas;
- II. Trabalhos de conservação, restauração, zeladoria, atualização tecnológica, adequação às normas vigentes, especialmente as de acessibilidade universal, eventuais ampliações e novas edificações necessárias ao uso compatível;
- III. Formação e atualização profissional nas áreas de preservação e conservação do patrimônio cultural, visando especialmente a assistência técnica e a inclusão social, cultural e econômica, sobretudo voltada à economia criativa, ao turismo cultural e ao ecoturismo;
- IV. Busca de inovação tecnológica na conservação e restauro, na formulação de metodologias de diagnóstico, prognóstico e projeto, assim como de métodos de caráter inclusivo que ampliem o processo participativo na elaboração e implementação de planos, projetos e atividades;

- V. Formação da comunidade usuária para preservação, conservação e manutenção do patrimônio cultural;
- VI. Diversidade de usos, tais como usos culturais, rurais, urbanos, habitação social, habitação, infraestruturas urbanas, mobilidade, saúde, educação, esportes, espaços livres, institucionais, religiosos, industriais, comerciais, de serviços e usos mistos;
- VII. Diversidade tipológica ou de linguagens da arquitetura, tais como patrimônio colonial, eclético, neocolonial, neogótico, industrial, ferroviário, moderno, pós-moderno;
- VIII. Conhecimento, difusão e formação para a diversidade de técnicas construtivas tradicionais, vernáculas, populares, pré-fabricadas ou modulares, com ênfase na experiência de canteiro de obras, canteiro-escola e detentores do saber;
- IX. Direitos humanos, inclusão social e diversidade étnica, contemplando povos originários e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, imigrantes e migrantes, assim como o patrimônio ligado ao trabalho e ao(a) trabalhador(a);
- X. Apoio às municipalidades e aos conselhos municipais na preservação e promoção do patrimônio cultural.

DO PÚBLICO-ALVO – Os projetos deverão considerar a não disposição de renda suficiente dos proprietários ou responsáveis legais pelo bem cultural, e/ou usuários, beneficiários ou público-alvo, para acesso aos serviços de assistência técnica à preservação do patrimônio cultural. Entende-se por não disponibilidade de renda suficiente:

- I. Proprietários ou responsáveis legais (permissionários, concessionários, locatários ou outras formas jurídicas de posse) pessoa física com renda familiar até 6 (seis) salários mínimos;
- II. Pessoa jurídica (proprietários, permissionários, concessionários, locatários ou outras formas jurídicas de posse) com renda ou faturamento mensal até 30% do valor geral dos serviços pleiteados para a assistência técnica;
- III. À propriedade pública de municípios com menos de XX mil habitantes (a ser definido conforme as diferentes realidades dos estados brasileiros) não será necessária qualquer declaração pública que comprove a falta de recursos, pois entende-se que estes municípios já dispõem de arrecadação insuficiente para atuação na preservação do patrimônio cultural;
- IV. No caso de bens de propriedade pública de municípios acima de 100 mil habitantes, estadual ou federal, a declaração de insuficiência de recursos deste proprietário público, acompanhada da devida justificativa diante do planejamento orçamentário do setor, departamento ou secretaria responsável.

DAS ESTRATÉGIAS PARA VALORIZAR E APRIMORAR O EXERCÍCIO PROFISSIONAL:

- I. Garantir que as equipes executoras dos projetos de assistência técnica sejam coordenadas por arquitetos e urbanistas;

- II. Garantir que as equipes executoras dos projetos de assistência técnica tenham ao menos 1 (um) profissional arquiteto e urbanista com, no mínimo, 5 anos de experiência em patrimônio cultural (coordenadores, consultores e/ou integrantes da equipe);
- III. Oferecer oportunidades de estágio remunerado para estudantes de graduação em AU e/ou bolsas de pós-graduação a arquitetos e urbanistas por meio dos projetos de assistência técnica na área de preservação do patrimônio cultural;
- IV. As equipes executoras dos projetos de assistência técnica podem ser multidisciplinares.

**Observações:**

A partir da experiência do CAU/SP que já executou 3 editais do PAT-Cultural, reforçamos que a assistência técnica em patrimônio cultural deve ter como público-alvo a baixa renda e contemplar também usos não residenciais, para além de HIS, pois os usos de habitação social em patrimônios culturais são escassos (infelizmente) na maioria das cidades brasileiras, enquanto usos culturais, institucionais, comerciais e de serviços aparecem com maior demanda e frequência. Deve-se incentivar os usos de HIS em patrimônios, mas não restringir os investimentos do CAU apenas a essa demanda, colaborando para ampliar a atuação do CAU em diferentes demandas de interesse público e social.

## 2. ACERVOS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA

**Objetivos:**

1. Contribuir para preservar a história da produção da arquitetura e urbanismo no Brasil;
2. Promover a elaboração de acervos de arquitetura e urbanismo nos CAUs/UF;
3. Sistematizar a interligação dos acervos dos CAUs/UF de forma coordenada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR);
4. Contribuir para a criação de uma política nacional de salvaguarda da memória da arquitetura e do urbanismo brasileiros presente nos acervos de campo.

**Diretrizes:**

Diretrizes gerais para a elaboração de acervos de arquitetura e urbanismo nos CAUs/UF:

- I. Integrar a Rede Nacional de Acervos e o Sistema Nacional de Acervos de Arquitetura e Urbanismo;
- II. Discutir e elaborar diretrizes para as situações de saída de acervos do país;
- III. Viabilizar a cooperação técnica entre o CAU e o Arquivo Nacional, visando a capacitação técnica;

- IV. Investir na conservação de acervos físicos, assim como na digitalização de documentos, aplicando normas técnicas nacionais e internacionais;
- V. Normatizar a gestão dos acervos do CREA, estabelecendo uma parceria entre a Câmara Temática de Patrimônio e a COA – Comissão de Organização e Administração do CAU/BR;
- VI. Estabelecer relações entre o CAU/BR, os CAUs/UF e a RELARQ – Rede Latinoamericana de Acervos de Arquitetura;
- VII. Compor equipes técnicas capacitadas em arquivologia, museologia e história para atuar nos acervos de arquitetura e urbanismo de cada CAU/UF;
- VIII. Estruturar ambientes (espaços físicos) que atendam as atividades de recepção e triagem de acervos, higienização técnica, recuperação, restauração de documentos, digitalização, guarda, disponibilização à pesquisa e exposições;
- IX. Organizar, disponibilizar e interligar os acervos dos CAUs/UF utilizando o software livre Tainacan, ferramenta capaz de catalogar, organizar, armazenar e compartilhar informações de forma adaptável às necessidades de cada CAU/UF.

**Observações:**

Os processos que envolvem recepção, aquisição, organização, reconhecimento, conservação, exposição e disponibilização de acervos podem servir de referência para a difusão de conhecimentos desenvolvidos em pesquisas, projetos, estudos, levantamentos e execuções de arquitetura e urbanismo reunidos sobre estes documentos.

Os objetivos e diretrizes deste documento constituem parâmetros para a formação de centrais de acervos nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo das unidades federativas (CAUs/UF). Busca-se estabelecer uma estratégia para a organização desses espaços, oferecendo apontamentos que permitam o conhecimento e a difusão desse importante patrimônio documental da arquitetura e urbanismo brasileiros.

A partir da experiência do CAU/RS, reconhece-se no Software livre Tainacan uma importante ferramenta para organização, disponibilização e interligação de todos os acervos dos CAUs/UF. Por ser um software livre, o Tainacan não tem custos de instalação ou atualização, podendo ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído sem nenhuma restrição. O Tainacan contribui para a preservação e comunicação da produção cultural na Internet, por meio da gestão e compartilhamento de acervos. Além de catalogar, organizar, armazenar e compartilhar informações, é adaptável às necessidades de cada CAU/UF, permitindo a personalização de coleções, pois oferece uma série de recursos customizáveis, como a criação de coleções, metadados, itens, filtros e outros.

### 3. FORMAÇÃO CONTINUADA (PARA OS ARQUITETOS)

**Objetivos:**

1. Promover a formação continuada, a atualização e a especialização que orientem e aperfeiçoem o exercício profissional na área do patrimônio cultural, atendendo a uma demanda objetiva para atualização dos arquitetos e urbanistas;
2. Promover novos conhecimentos e experiências aos arquitetos e urbanistas;
3. Promover maior contribuição de arquitetos e urbanistas para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural;
4. Reforçar o exercício ético da profissão, sua importância e seu interesse público;
5. Promover e reforçar a relevância do profissional arquiteto e urbanista na esfera pública (municipal, estadual e federal), no campo da preservação do patrimônio cultural.

**Diretrizes:**

DOS OBJETOS – A formação continuada em patrimônio cultural poderá abranger:

- I. As diversas escalas de atuação do arquiteto e urbanista, desde a escala territorial à edificação e aos bens móveis;
- II. Patrimônios urbanos, ambientais, paisagísticos, arquitetônicos, naturais, imateriais e paisagens culturais;
- III. Pesquisa, inventário, diagnóstico, planos, projetos e obras;
- IV. Fomento de publicações, tais como manuais, guias ou cartilhas de orientação e aperfeiçoamento profissional na área de patrimônio cultural;
- V. Trabalhos de conservação, restauração, atualização tecnológica, canteiro de obras, técnicas construtivas tradicionais, adequação às normas vigentes, especialmente as de segurança das edificações e as de acessibilidade universal.

DO PÚBLICO-ALVO – O público-alvo serão arquitetos e urbanistas formados.

DAS ESTRATÉGIAS PARA IMPLEMENTAR AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA:

- I. Promover cursos de extensão, com carga horária mínima de 30h;
- II. Promover cursos de aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 120h;
- III. Promover cursos de especialização *latu sensu* ou residência em AU, com carga horária mínima de 360h;
- IV. Os cursos de aperfeiçoamento, especialização e/ou residência em AU devem desenvolver atividades teóricas, práticas, visitas técnicas e *in loco*;
- V. Garantir que as equipes executoras dos projetos de formação continuada sejam coordenadas por arquitetos e urbanistas;
- VI. As equipes executoras dos projetos de formação continuada podem ser multidisciplinares;

- VII. Viabilizar parcerias com IES públicas ou privadas, instituições públicas, fundações, OSCs ou ONGs;
- VIII. O CAU poderá empenhar recursos financeiros para viabilizar parcerias com a finalidade da formação continuada para arquitetos e urbanistas;
- IX. O CAU poderá oferecer oportunidades de bolsas de pós-graduação a arquitetos e urbanistas em parceria, em projetos de formação continuada.

**Observações:**

Estas ações devem ser articuladas às Comissões de Ensino e Formação do CAU/BR e de cada CAU/UF.

No Estado de São Paulo, apenas 43% dos profissionais realizaram alguma formação após concluída a graduação (CAU/BR, 2020).

#### **4. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL (PARA A SOCIEDADE)**

**Objetivos:**

1. Diminuir a distância entre a educação formal e o cotidiano das pessoas, levando em consideração as especificidades da dinâmica cultural local e as necessidades do seu público-alvo, reforçando a ideia de que o binômio cultura-educação é indissociável;
2. Ampliar o conceito de Patrimônio para além do bem material, abrangendo questões sociais, ambientais e econômicas e valorizando as diversidades locais, o sentido de pertencimento e a identidade cultural;
3. Valorizar a atuação do profissional arquiteto e urbanista na preservação patrimonial, aproximando suas ações das demandas da sociedade em todos os níveis;
4. Ampliar o conhecimento sobre os patrimônios culturais (arquitetônico, urbanístico, paisagístico) para a sociedade;
5. Fortalecer os vínculos das comunidades com seu patrimônio cultural, incentivando a participação social em todas as etapas da preservação dos bens;
6. Fomentar a articulação entre educação patrimonial e projetos de intervenções em suas diversas escalas;
7. Assegurar que as ações de educação patrimonial com foco na sociedade permitam a valorização e a consequente preservação do patrimônio e a aproximação da sociedade com os profissionais arquitetos e urbanistas, diminuindo o estigma elitista da profissão.

**Diretrizes:**

DO PÚBLICO-ALVO – O público-alvo será a sociedade em geral, em especial crianças e jovens.

#### DAS ESTRATÉGIAS EM AÇÕES EDUCACIONAIS:

- I. Realização de cursos, oficinas, palestras e seminários sobre temas relacionados ao patrimônio arquitetônico, abordando aspectos históricos, estéticos, técnicos, legais e sociais;
- II. Promoção de visitas guiadas, exposições, publicações e materiais audiovisuais que divulguem e valorizem o patrimônio arquitetônico existente no território nacional, regional e local;
- III. Estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas que atuam na área do patrimônio cultural, como o IPHAN, as universidades, os museus e as organizações da sociedade civil;
- IV. Apoio e incentivo a projetos e iniciativas de educação patrimonial que envolvam a participação da comunidade na identificação, no reconhecimento e na apropriação do patrimônio arquitetônico;
- V. Criação e manutenção de um canal de comunicação e informação sobre o patrimônio arquitetônico no site e nas redes sociais do Conselho de Arquitetura, disponibilizando conteúdos educativos, notícias, eventos e oportunidades na área;
- VI. Fomentar a Educação Patrimonial por meio do CAU Educa, destacando o tema do Patrimônio Cultural no programa já existente no CAU e tê-lo como referência para elaboração de ações e publicações voltadas à Educação Patrimonial.

#### DAS ESTRATÉGIAS PARA VALORIZAR E APRIMORAR O EXERCÍCIO PROFISSIONAL:

- I. Garantir que as equipes executoras dos projetos de educação patrimonial sejam coordenadas por arquitetos e urbanistas;
- II. Garantir que as equipes executoras dos projetos de educação patrimonial tenham ao menos 1 (um) profissional arquiteto e urbanista com, no mínimo, 5 anos de experiência em patrimônio cultural (coordenadores, consultores e/ou integrantes da equipe);
- III. Oferecer oportunidades de estágio remunerado para estudantes de graduação em AU e/ou bolsas de pós-graduação a arquitetos e urbanistas por meio dos projetos de educação patrimonial a serem propostos na área de preservação do patrimônio cultural;
- IV. Formar equipes multidisciplinares na execução dos projetos de educação patrimonial.

#### **Observações:**

Entende-se Cultura como:

*“[...] processo global em que não se separam as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem, em que não se deve privilegiar o produto – habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra – em detrimento das condições históricas, socioeconômicas, étnicas e ecológicas em que tal produto se encontra inserido”.*  
(BRANDÃO, 1996, p.47).

## 5. ARTICULAÇÃO POLÍTICA

### Objetivos:

1. Aproximar o CAU/BR e os CAUs/UF de instituições públicas do executivo, legislativo e judiciário em todo o Brasil;
2. Promover ações, projetos, planos e instrumentos de gestão e financiamento articulados às políticas públicas na área de patrimônio cultural de forma articulada com instituições públicas do executivo, legislativo e judiciário em todo o Brasil;
3. Viabilizar instrumentos legais articulados às instituições públicas do executivo, legislativo e judiciário em todo o Brasil visando orientar o exercício profissional e a fiscalização na área do patrimônio cultural.

### Diretrizes:

DO PÚBLICO-ALVO – O público-alvo serão as instituições públicas do executivo, legislativo e judiciário nas diferentes esferas governamentais.

DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS – As ações prioritárias são:

- I. Formalização, por parte do CAU/BR, da decisão judicial, transitada e julgada em última instância, que define como atribuição privativa dos AUs a atividade sobre o patrimônio edificado (origem no CAU/PR);
- II. Ação junto ao Ministério das Cidades para apoio e efetivação da financeirização da proposta aprovada no novo programa 'Minha Casa, Minha Vida' que prevê incentivo às ações nos Centros Históricos;
- III. Ação junto ao Ministério da Fazenda de apoio e efetivação da proposta de isenção tributária para ações e atividades junto aos Centros Históricos;
- IV. Regulamentação do artigo 24 da Lei Federal 12.378/2012;
- V. Regulamentação, por parte da COA/BR, sobre o recebimento e tratamento dos acervos de AU e documentos recebidos pelos CAUs oriundos dos CREAs;
- VI. Articulação junto ao Ministério da Cultura, IPHAN e Comissão de Cultura do Congresso Nacional;
- VII. Articulações do CAU junto ao Ministério Público;
- VIII. Mobilização junto aos CAUs/UF para que atuem em conjunto com os órgãos de preservação estaduais e municipais, especialmente quanto à ampliação de representação do CAU nesses colegiados.

### Observações:

Estas ações devem ser articuladas às Comissões de Relações Institucionais do CAU/BR e de cada CAU/UF.

## **Câmara Temática de Patrimônio Cultural CAU/BR**

### **Sistematização de ações nos CAU/UF**

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023 que Institui a Câmara Temática de Patrimônio Cultural no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR);

Considerando o Objetivo Geral de “Estimular a salvaguarda, a preservação e o fomento da produção da Arquitetura e Urbanismo do Patrimônio Cultural, material e imaterial, como parte da Política de Estado” e os objetivos específicos estabelecidos no anexo da Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023;

Considerando que o patrimônio arquitetônico é uma expressão da cultura, da memória e da identidade de um povo, parte integrante do ambiente construído e da paisagem urbana que deve ser preservado, valorizado e transmitido às futuras gerações;

Considerando os acúmulos das experiências já realizadas nos CAU/UF na valorização e qualificação da atuação profissional na área do patrimônio cultural, restauro, conservação, planejamento, assistência técnica, acervo e documentação, sensibilização e difusão para a sociedade;

Considerando as trocas e os acúmulos dos debates realizados em eventos promovidos pelo CAU, a exemplo do 1º e 2º Seminário Nacional de Patrimônio realizados em Ouro Preto e São Luís do Maranhão em 2022 e 2023, respectivamente;

Considerando as Recomendações de Ouro Preto, elaboradas a partir do 1º Seminário Nacional de Patrimônio realizados em Ouro Preto em 2022 aprovada em plenário do CAU/BR;

Considerando que em sua primeira reunião, realizada em 10 de agosto de 2023 na sede do CAU/SP e via MS Teams, e a segunda reunião, realizada em 18 de outubro de 2023, a Câmara Temática de Patrimônio Cultural, endossou o indicativo das Recomendações de Ouro Preto em fixar um percentual mínimo de investimentos obrigatórios na valorização e qualificação do exercício profissional do arquiteto e urbanista na área do patrimônio cultural e propôs estabelecer um Plano de Trabalho a partir de 5 eixos considerados prioritários para ação do CAU nesta área.

Após o diálogo, foram definidos 5 (cinco) GT - GRUPOS DE TRABALHO, com a finalidade de agilizar a organização de objetivos e diretrizes para os 5 eixos prioritários:

#### **A) Assistência técnica em patrimônio cultural**

Vanessa Gayego Bello Figueiredo - coordenação

Sérgio Marcelino da Motta Lopes

Ricardo Soares Mascarello

Márcio Coelho de Carvalho

#### **B) Acervos e centros de documentação e memória**

José Daniel Craidy Simões - coordenação

Ana Cristina Lima Barreiros da Silva

Ana Cristina Braga

Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar

Leonardo Barci Castriota

**C) Formação continuada [para os arquitetos]**

Noemia Lucia Barradas Fernandes - coordenação  
Vanessa Gayego Bello Figueiredo  
Anne Elise Rosa Soto

**D) Educação patrimonial [para a sociedade]**

Ana Cristina Lima Barreiros da Silva – coordenação  
Ana Cristina Braga  
Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar  
Viviane Oliveira de Jesus

**E) Articulação política**

Jeferson Dantas Navolar - coordenação  
Ricardo Soares Mascarello  
José Daniel Craidy Simões  
Inês Martina Lersch

Levantamento sistematizado das ações já realizadas ou em realização pelos CAU/UF na área do patrimônio cultural. Para tanto, sugerimos que cada representante dos CAU/UF organize as informações nos quadros abaixo, identificando, quando houver, os valores investidos para o desenvolvimento destas ações.

<b>CAU</b>  <b>Estado:</b> CE	<b>Responsável pela informação:</b>  Guilherme Vila Nova
<b>No seu CAU o tema do patrimônio cultural é tratado em que estrutura?</b>  Grupo de Trabalho do CAU/CE sobre Patrimônio Histórico, criado em 17 de agosto de 2021 e encerrado em 17 de abril de 2022.	( ) Comissão Especial ( ) Comissão Temporária ( ) Câmara Temática (X) GT – Grupo de Trabalho ( ) Vinculado à Comissão Ordinária. Qual? ( ) Vinculado à Comissão Especial. Qual? ( ) Outros. Qual?
<b>Programa, Projeto, Atividade...</b>  Ações do GT de Patrimônio do CAU/CE:  - Pesquisar e avaliar as ações públicas e privadas relacionadas ao Patrimônio Histórico Material do estado do Ceará;  - Produzir diagnóstico das responsabilidades dos agentes públicos e privados;	<b>Investimento em R\$ 2021/2023 (agosto) –</b> N/A.

- Produzir sugestões direcionadas para ações dos agentes públicos e privados.	
<b>1.ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>	
N/A	
<b>2.ACERVOS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA</b>	
N/A	
<b>3.FORMAÇÃO CONTINUADA [PARA OS ARQUITETOS]</b>	
N/A	
<b>4.EDUCAÇÃO PATRIMONIAL [PARA A SOCIEDADE]</b>	
N/A	
<b>5. ARTICULAÇÃO POLÍTICA</b>	
- Inclusão de servidores do Ministério Público do Estado do Ceará – MPCE no GT de Patrimônio, fortalecendo os laços entre o CAU/CE e a referida instituição.	
- Canal direto de comunicação com o MPCE para realização de denúncias relacionadas ao descumprimento da legislação referente à preservação do patrimônio histórico e arquitetônico do estado do Ceará. O MPCE, então, tomava as medidas necessárias contra o Município onde se localizava o bem imóvel, ou o Estado, caso necessário.	
- Reuniões com a Secretaria de Cultura de Fortaleza – SECULTFOR sobre transparência nos processos de tombamento; conclusão dos processos de tombamento; restauro e conservação dos equipamentos; respostas e solicitações / requisições do MPCE.	
<b>Outras ações</b>	

**Ricardo Mascarello**

Coordenador da Câmara Temática Nacional de Patrimônio Cultural CAU/BR

**Vanessa G. Bello Figueiredo**

Coordenadora adjunta da Câmara Temática Nacional de Patrimônio Cultural CAU/BR

## **Câmara Temática de Patrimônio Cultural CAU/BR**

### **Sistematização de ações nos CAU/UF**

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023 que Institui a Câmara Temática de Patrimônio Cultural no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR);

Considerando o Objetivo Geral de “Estimular a salvaguarda, a preservação e o fomento da produção da Arquitetura e Urbanismo do Patrimônio Cultural, material e imaterial, como parte da Política de Estado” e os objetivos específicos estabelecidos no anexo da Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023;

Considerando que o patrimônio arquitetônico é uma expressão da cultura, da memória e da identidade de um povo, parte integrante do ambiente construído e da paisagem urbana que deve ser preservado, valorizado e transmitido às futuras gerações;

Considerando os acúmulos das experiências já realizadas nos CAU/UF na valorização e qualificação da atuação profissional na área do patrimônio cultural, restauro, conservação, planejamento, assistência técnica, acervo e documentação, sensibilização e difusão para a sociedade;

Considerando as trocas e os acúmulos dos debates realizados em eventos promovidos pelo CAU, a exemplo do 1º e 2º Seminário Nacional de Patrimônio realizados em Ouro Preto e São Luís do Maranhão em 2022 e 2023, respectivamente;

Considerando as Recomendações de Ouro Preto, elaboradas a partir do 1º Seminário Nacional de Patrimônio realizados em Ouro Preto em 2022 aprovada em plenário do CAU/BR;

Considerando que em sua primeira reunião, realizada em 10 de agosto de 2023 na sede do CAU/SP e via MS Teams, e a segunda reunião, realizada em 18 de outubro de 2023, a Câmara Temática de Patrimônio Cultural, endossou o indicativo das Recomendações de Ouro Preto em fixar um percentual mínimo de investimentos obrigatórios na valorização e qualificação do exercício profissional do arquiteto e urbanista na área do patrimônio cultural e propôs estabelecer um Plano de Trabalho a partir de 5 eixos considerados prioritários para ação do CAU nesta área.

Após o diálogo, foram definidos 5 (cinco) GT - GRUPOS DE TRABALHO, com a finalidade de agilizar a organização de objetivos e diretrizes para os 5 eixos prioritários:

#### **A) Assistência técnica em patrimônio cultural**

Vanessa Gayego Bello Figueiredo - coordenação

Sérgio Marcelino da Motta Lopes

Ricardo Soares Mascarello

Márcio Coelho de Carvalho

#### **B) Acervos e centros de documentação e memória**

José Daniel Craidy Simões - coordenação

Ana Cristina Lima Barreiros da Silva

Ana Cristina Braga

Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar

Leonardo Barci Castriota

**C) Formação continuada [para os arquitetos]**

Noemia Lucia Barradas Fernandes - coordenação

Vanessa Gayego Bello Figueiredo

Anne Elise Rosa Soto

**D) Educação patrimonial [para a sociedade]**

Ana Cristina Lima Barreiros da Silva – coordenação

Ana Cristina Braga

Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar

Viviane Oliveira de Jesus

**E) Articulação política**

Jeferson Dantas Navolar - coordenação

Ricardo Soares Mascarello

José Daniel Craidy Simões

Inês Martina Lersch

Levantamento sistematizado das ações já realizadas ou em realização pelos CAU/UF na área do patrimônio cultural. Para tanto, sugerimos que cada representante dos CAU/UF organize as informações nos quadros abaixo, identificando, quando houver, os valores investidos para o desenvolvimento destas ações.

<b>CAU</b>  <b>Estado: MG</b>	<b>Responsável pela informação:</b>	
<b>No seu CAU o tema do patrimônio cultural é tratado em que estrutura?</b>	( ) Comissão Especial ( ) Comissão Temporária ( ) Câmara Temática ( ) GT – Grupo de Trabalho ( ) Vinculado à Comissão Ordinária. Qual? <b>( X ) Vinculado à Comissão Especial. Qual? Comissão Especial de Patrimônio Cultural</b> ( ) Outros. Qual?	
<b>Programa, Projeto, Atividade...</b>	<b>Investimento em R\$ 2021/2023 (agosto)</b>	<b>Investimento Total</b>
<b>1.ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>		
Item não compreendido.		
<b>2.ACERVOS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA</b>		
Publicação realizada em parceria com o IEPHA/MG: “O Modernismo de Oscar Niemeyer em Minas Gerais: inventário dos projetos e obras do arquiteto”	R\$ 18.500,00	RS 18.500,00
<b>3.FORMAÇÃO CONTINUADA [PARA OS ARQUITETOS] / 4. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL [PARA A SOCIEDADE]</b>		
Evento virtual “Educação Patrimonial” - 2021	R\$ 200,00	R\$ 128.955,63
Evento virtual “Patrimônio Cultural - Legislação à Valorização” - 2021	R\$ 200,00	
Evento virtual “Requalificação e Ressignificação dos Bens Culturais” - 2021	R\$ 200,00	
Evento “Reflexões sobre o Patrimônio Brasileiro (Ouro Preto)” - 2022	R\$ 43.163,74	
Evento híbrido “Circuito urbano 2022”	R\$ 17.020,87	
Evento híbrido “Intervenções em Bens Patrimoniais” - 2022	R\$ 3.524,85	
Oficina de Tombamento e Patrimônio – Teoria, Prática e Aspectos Legais (Ipatinga) - 2023	R\$ 31.624,25	

Oficina de Tombamento e Patrimônio – Teoria, Prática e Aspectos Legais (Uberlândia) - 2023	R\$ 12.739,12	
Circuito Urbano 2023 - EIXO 2: PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS URBANAS - 2023	R\$ 8.093,30	
Oficina de Tombamento e Patrimônio – Teoria, Prática e Aspectos Legais (Uberaba) - 2023	R\$ 5.504,29	
Seminário Itinerante - Tombamento e Patrimônio (Juiz de Fora) - 2023	R\$ 4.626,31	
Oficina de Tombamento e Patrimônio – Teoria, Prática e Aspectos Legais (CasaCor Minas) - 2023	R\$ 829,45	
Oficina de Tombamento e Patrimônio - Teoria, Prática e Aspectos Legais (Belo Horizonte - MG) - 2023	R\$ 829,45	
Evento na Casa Cor BH – “O legado de José Eduardo Ferolla” - 2023	R\$ 400,00	
<b>5. ARTICULAÇÃO POLÍTICA</b>		
Termo de Cooperação Técnica com Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG)	R\$ 0,00	RS 0,00
Termo de Cooperação Técnica com Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte (FMC/PBH)	R\$ 0,00	
<b>Outras ações</b>		
Manter e Desenvolver as Atividades da Comissão Especial de Patrimônio Cultural 2021	R\$ 1.942,46	R\$ 273.634,85
Manter e Desenvolver as Atividades da Comissão Especial de Patrimônio Cultural 2022	R\$ 7.115,77	
Manter e Desenvolver as Atividades da Comissão Especial de Patrimônio Cultural 2023	R\$ 68.599,97	
Editais de Patrimônio 2023	R\$ 195.976,65	
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 421.090,48</b>

**Ricardo Mascarello**

Coordenador da Câmara Temática Nacional de Patrimônio Cultural CAU/BR

**Vanessa G. Bello Figueiredo**

Coordenadora adjunta da Câmara Temática Nacional de Patrimônio Cultural CAU/BR

## **Câmara Temática de Patrimônio Cultural CAU/BR**

### **Sistematização de ações nos CAU/UF**

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023 que Institui a Câmara Temática de Patrimônio Cultural no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR);

Considerando o Objetivo Geral de “Estimular a salvaguarda, a preservação e o fomento da produção da Arquitetura e Urbanismo do Patrimônio Cultural, material e imaterial, como parte da Política de Estado” e os objetivos específicos estabelecidos no anexo da Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023;

Considerando que o patrimônio arquitetônico é uma expressão da cultura, da memória e da identidade de um povo, parte integrante do ambiente construído e da paisagem urbana que deve ser preservado, valorizado e transmitido às futuras gerações;

Considerando os acúmulos das experiências já realizadas nos CAU/UF na valorização e qualificação da atuação profissional na área do patrimônio cultural, restauro, conservação, planejamento, assistência técnica, acervo e documentação, sensibilização e difusão para a sociedade;

Considerando as trocas e os acúmulos dos debates realizados em eventos promovidos pelo CAU, a exemplo do 1º e 2º Seminário Nacional de Patrimônio realizados em Ouro Preto e São Luís do Maranhão em 2022 e 2023, respectivamente;

Considerando as Recomendações de Ouro Preto, elaboradas a partir do 1º Seminário Nacional de Patrimônio realizados em Ouro Preto em 2022 aprovada em plenário do CAU/BR;

Considerando que em sua primeira reunião, realizada em 10 de agosto de 2023 na sede do CAU/SP e via MS Teams, e a segunda reunião, realizada em 18 de outubro de 2023, a Câmara Temática de Patrimônio Cultural, endossou o indicativo das Recomendações de Ouro Preto em fixar um percentual mínimo de investimentos obrigatórios na valorização e qualificação do exercício profissional do arquiteto e urbanista na área do patrimônio cultural e propôs estabelecer um Plano de Trabalho a partir de 5 eixos considerados prioritários para ação do CAU nesta área.

Após o diálogo, foram definidos 5 (cinco) GT - GRUPOS DE TRABALHO, com a finalidade de agilizar a organização de objetivos e diretrizes para os 5 eixos prioritários:

#### **A) Assistência técnica em patrimônio cultural**

Vanessa Gayego Bello Figueiredo - coordenação

Sérgio Marcelino da Motta Lopes

Ricardo Soares Mascarello

Márcio Coelho de Carvalho

#### **B) Acervos e centros de documentação e memória**

José Daniel Craidy Simões - coordenação

Ana Cristina Lima Barreiros da Silva

Ana Cristina Braga

Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar

Leonardo Braci Castriota

**C) Formação continuada [para os arquitetos]**

Noemia Lucia Barradas Fernandes - coordenação  
 Vanessa Gayego Bello Figueiredo  
 Anne Elise Rosa Soto

**D) Educação patrimonial [para a sociedade]**

Ana Cristina Lima Barreiros da Silva – coordenação  
 Ana Cristina Braga  
 Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar  
 Viviane Oliveira de Jesus

**E) Articulação política**

Jeferson Dantas Navolar - coordenação  
 Ricardo Soares Mascarello  
 José Daniel Craidy Simões  
 Inês Martina Lersch

Levantamento sistematizado das ações já realizadas ou em realização pelos CAU/UF na área do patrimônio cultural. Para tanto, sugerimos que cada representante dos CAU/UF organize as informações nos quadros abaixo, identificando, quando houver, os valores investidos para o desenvolvimento destas ações.

<b>CAU</b>  <b>Estado: Pará</b>	<b>Responsável pela informação:</b>  Ana Cristina Lopes Braga
<b>No seu CAU o tema do patrimônio cultural é tratado em que estrutura?</b>	( ) Comissão Especial ( ) Comissão Temporária ( ) Câmara Temática ( ) GT – Grupo de Trabalho (x) Vinculado à Comissão Ordinária. Qual? CPF (x) Vinculado à Comissão Especial. Qual? CPUA ( ) Outros. Qual?
<b>Programa, Projeto, Atividade...</b>	<b>Investimento em R\$ 2021/2023 (agosto)</b>
<b>1.ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>	
1.	
<b>2.ACERVOS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA</b>	
2. Projeto Arquitetos do Pará (produção de Mini Doc/vídeo com arquitetos que contribuíram com a formação e desenvolvimento da arquitetura no	14000,00 (cada)

Pará a partir da fundação da Escola de Arquitetura da UFPA em 1964). Episódios já lançados e disponíveis no YouTube do CAU-PA: #1 Alcyr Meira (2022) #2 Hélio Veríssimo (2023)	
<b>3.FORMAÇÃO CONTINUADA [PARA OS ARQUITETOS]</b>	
Capacitação em BIM: curso ofertado gratuitamente aos arquitetos que aplicaram o conhecimento obtido ao longo do curso utilizando as plantas técnicas do arquiteto Camillo Porto de Oliveira, referência de arquitetura moderna em Belém, gentilmente cedidas pelo Laboratório de Historiografia e Cultura Arquitetônica (LAHCA) da UFPA. (2023)	8400,00
<b>4.EDUCAÇÃO PATRIMONIAL [PARA A SOCIEDADE]</b>	
Em parceria com a UFPA, através do LAHCA, foram realizados dois eventos em 2023:	
1. Fórum do Patrimônio Moderno de Belém (ciclo de palestras e elaboração de documento sobre a importância da preservação e conservação do patrimônio moderno em Belém com encaminhamento aos órgãos de patrimônio (IPHAN, DPHAC e FUMBEL)	4000,00
2. Impressão de painéis sobre arquitetura moderna para evento paralelo ao ENANPUR ocorrido em Belém	500,00
<b>5. ARTICULAÇÃO POLÍTICA</b>	
Participação de 2 conselheiras do CAU -PA no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (2021-2023).	
<b>Outras ações</b>	
Concurso “Patrimônio em foco”. Concurso de fotografias com foco no patrimônio histórico do Pará. Evento com premiação presencial em 2021.	6000,00 em prêmios

**Ricardo Mascarello**

Coordenador da Câmara Temática Nacional de Patrimônio Cultural CAU/BR

**Vanessa G. Bello Figueiredo**

Coordenadora adjunta da Câmara Temática Nacional de Patrimônio Cultural CAU/BR



## Câmara Temática de Patrimônio Cultural CAU/BR Sistematização de ações nos CAU/UF

<b>CAU</b>	<b>Responsável pela informação:</b>			
<b>Estado: Pernambuco</b>	<b>Sérgio Motta Lopes</b>			
<b>No seu CAU o tema do patrimônio cultural é tratado em que estrutura?</b>	<input type="checkbox"/> Comissão Especial <input checked="" type="checkbox"/> Comissão Temporária <input type="checkbox"/> Câmara Temática <input type="checkbox"/> GT – Grupo de Trabalho <input type="checkbox"/> Vinculado à Comissão Ordinária. Qual? <input type="checkbox"/> Vinculado à Comissão Especial. Qual? <input type="checkbox"/> Outros. Qual?			
<b>Programa, Projeto, Atividade...</b>	<b>Investimento em R\$ 2021/2023 (agosto)</b>			
<b>1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>				
<b>2. ACERVOS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA</b>				
<b>3. FORMAÇÃO CONTINUADA [PARA OS ARQUITETOS]</b>				
<b>4. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL [PARA A SOCIEDADE]</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
1. Concurso de ideias “Desafios do Patrimônio Cultural” (desde 2020)	1ª edição R\$ 12.500,00	2ª edição R\$ 16.500,00	3ª edição R\$ 18.000,00	—
	R\$ 47.000,00			
2. Participação anual na “Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco”, org. pela FUNDARPE (desde 2021)	—	—	—	R\$ 1.215,00
	R\$ 1.215,00			
3. Publicações: ▪ “Raízes, razões, reflexões”, Marco Antônio Borsoi (2022, 1ª edição) ▪ “O Recife de frente e de perfil”, Tomás Lapa (2023, reedição revisada e ampliada)	—	—	Borsoi R\$ 42.044,00	Lapa R\$ 25.965,00
	R\$ 68.009,00			



5. ARTICULAÇÃO POLÍTICA	2020	2021	2022	2023
1. Ação "Protocolo de Boas Práticas da Salvaguarda" (a retomar)			—	
2. Participação em Conselhos de Patrimônio (atualmente: Conselho Estadual de Preservação e Conselho de Preservação de Olinda)			—	
3. Participação na CTPC/BR (desde jul. 2023)	—	—	—	R\$ 5.224,50
	R\$ 5.224,50			
6. OUTRAS AÇÕES				
TOTAIS	2020	2021	2022	2023 (jan. – set.)
Investimento Total	R\$ 12.500,00	R\$ 16.500,00	R\$ 60.044,00	R\$ 32.404,50
Percentagem resultante (investimento / receita corrente)	% 0,43	% 0,44	% 1,42	% 0,89

**Arq. Sérgio Motta Lopes**

Coordenador-adjunto da Comissão Temporária de Patrimônio Cultural CAU/PE  
Representante do CAU/PE na Câmara Temática Nacional de Patrimônio Cultural CAU/BR

# **Câmara Temática de Patrimônio Cultural CAU/BR**

## **Sistematização de ações nos CAU/UF**

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023 que Institui a Câmara Temática de Patrimônio Cultural no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR);

Considerando o Objetivo Geral de “Estimular a salvaguarda, a preservação e o fomento da produção da Arquitetura e Urbanismo do Patrimônio Cultural, material e imaterial, como parte da Política de Estado” e os objetivos específicos estabelecidos no anexo da Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023;

Considerando que o patrimônio arquitetônico é uma expressão da cultura, da memória e da identidade de um povo, parte integrante do ambiente construído e da paisagem urbana que deve ser preservado, valorizado e transmitido às futuras gerações;

Considerando os acúmulos das experiências já realizadas nos CAU/UF na valorização e qualificação da atuação profissional na área do patrimônio cultural, restauro, conservação, planejamento, assistência técnica, acervo e documentação, sensibilização e difusão para a sociedade;

Considerando as trocas e os acúmulos dos debates realizados em eventos promovidos pelo CAU, a exemplo do 1º e 2º Seminário Nacional de Patrimônio realizados em Ouro Preto e São Luís do Maranhão em 2022 e 2023, respectivamente;

Considerando as Recomendações de Ouro Preto, elaboradas a partir do 1º Seminário Nacional de Patrimônio realizados em Ouro Preto em 2022 aprovada em plenário do CAU/BR;

Considerando que em sua primeira reunião, realizada em 10 de agosto de 2023 na sede do CAU/SP e via MS Teams, e a segunda reunião, realizada em 18 de outubro de 2023, a Câmara Temática de Patrimônio Cultural, endossou o indicativo das Recomendações de Ouro Preto em fixar um percentual mínimo de investimentos obrigatórios na valorização e qualificação do exercício profissional do arquiteto e urbanista na área do patrimônio cultural e propôs estabelecer um Plano de Trabalho a partir de 5 eixos considerados prioritários para ação do CAU nesta área.

Após o diálogo, foram definidos 5 (cinco) GT - GRUPOS DE TRABALHO, com a finalidade de agilizar a organização de objetivos e diretrizes para os 5 eixos prioritários:

### **A) Assistência técnica em patrimônio cultural**

Vanessa Gayego Bello Figueiredo - coordenação

Sérgio Marcelino da Motta Lopes

Ricardo Soares Mascarello

Márcio Coelho de Carvalho

### **B) Acervos e centros de documentação e memória**

José Daniel Craidy Simões - coordenação

Ana Cristina Lima Barreiros da Silva

Ana Cristina Braga

Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar

Leonardo Braci Castriota

**C) Formação continuada [para os arquitetos]**

Noemia Lucia Barradas Fernandes - coordenação  
Vanessa Gayego Bello Figueiredo  
Anne Elise Rosa Soto

**D) Educação patrimonial [para a sociedade]**

Ana Cristina Lima Barreiros da Silva – coordenação  
Ana Cristina Braga  
Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar  
Viviane Oliveira de Jesus

**E) Articulação política**

Jeferson Dantas Navolar - coordenação  
Ricardo Soares Mascarello  
José Daniel Craidy Simões  
Inês Martina Lersch

Levantamento sistematizado das ações já realizadas ou em realização pelos CAU/UF na área do patrimônio cultural. Para tanto, sugerimos que cada representante dos CAU/UF organize as informações nos quadros abaixo, identificando, quando houver, os valores investidos para o desenvolvimento destas ações.

<b>CAU</b>  <b>Estado: Paraná</b>	<b>Responsável pela informação: Antonio Carlos Domingues da Silva (Assessor Institucional)</b>
<b>No seu CAU o tema do patrimônio cultural é tratado em que estrutura?</b>	( ) Comissão Especial ( ) Comissão Temporária ( ) Câmara Temática ( ) GT – Grupo de Trabalho ( ) Vinculado à Comissão Ordinária. Qual? ( ) Vinculado à Comissão Especial. Qual? ( X ) Outros. Qual? <b>Plenária do CAU/PR</b>
<b>Programa, Projeto, Atividade</b>  - Edital 001/2021 (Sem contemplados. Nenhum dos projetos apresentados atendeu ao Edital)  - Edital 001/2022 (Um projeto desistente)  - Edital 001/2023	<b>Investimento em R\$ 2021/2023 (agosto)</b> <b>95.000,00</b>  <b>240.000,00</b>  <b>200.000,00</b>
<b>1.ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>	

<b>2.ACERVOS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA</b>	
<b>3.FORMAÇÃO CONTINUADA [PARA OS ARQUITETOS]</b>	
1. Curso “ATHIS para moradias sustentáveis com autogestão” - (2022)	30.000,00
2. 7º CIAP - Congresso Internacional de Arquitetura da Paisagem: “A Função Social da Paisagem” - (2023)	30.000,00
<b>4.EDUCAÇÃO PATRIMONIAL [PARA A SOCIEDADE]</b>	
1. “Projeto Ser Cidade” - (2022) – Educação patrimonial para estudantes do ensino fundamental	30.000,00
2. Vídeo “A Arquitetura e o desejo – episódio 3” - (2022)	30.000,00
3. Oficina, publicação e exposição - “Do Não-lugar ao Lar: fragmentos em colagem como referência afetivo-espaciais” - (2023)	10.000,00
4. Elaboração de Jogo de Educação Urbanística - (2023)	30.000,00
5. Livro com depoimentos sobre a Arquitetura de Oscar Niemeyer: (O.N.100 IN: DEPOIMENTOS. A ARQUITETURA DE OSCAR NIEMEYER) - (2023)	40.000,00
6. Vídeo Orientativo sobre a Regulamentação da Lei Federal da ATHIS (Lei Federal Nº 11.888/2008) – (2023)	30.000,00
<b>5. ARTICULAÇÃO POLÍTICA</b>	
1. “Manual orientativo para o poder público na contratação de projetos via concurso público” - (2022)	40.000,00
2. “Vídeo Institucional para o poder público na contratação de projetos via concurso público”- (2022)	30.000,00
3. “Evento de lançamento de Manual Orientativo e Vídeo para promoção dos concursos públicos de projetos” - (2022)	10.000,00
<b>Outras ações</b>	
1. Festival de Arquitetura – Dia do Arquiteto – 15 de Dezembro - (2023)	10.000,00
2. Projeto de Restauro do Casarão Histórico de Guaraqueçaba/PR - (2023)	50.000,00

**Ricardo Mascarello**

Coordenador da Câmara Temática Nacional de Patrimônio Cultural CAU/BR

**Vanessa G. Bello Figueiredo**

Coordenadora adjunta da Câmara Temática Nacional de Patrimônio Cultural CAU/BR



## **Câmara Temática de Patrimônio Cultural CAU/BR**

### **Sistematização de ações nos CAU/UF**

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023 que Institui a Câmara Temática de Patrimônio Cultural no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR);

Considerando o Objetivo Geral de “Estimular a salvaguarda, a preservação e o fomento da produção da Arquitetura e Urbanismo do Patrimônio Cultural, material e imaterial, como parte da Política de Estado” e os objetivos específicos estabelecidos no anexo da Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023;

Considerando que o patrimônio arquitetônico é uma expressão da cultura, da memória e da identidade de um povo, parte integrante do ambiente construído e da paisagem urbana que deve ser preservado, valorizado e transmitido às futuras gerações;

Considerando os acúmulos das experiências já realizadas nos CAU/UF na valorização e qualificação da atuação profissional na área do patrimônio cultural, restauro, conservação, planejamento, assistência técnica, acervo e documentação, sensibilização e difusão para a sociedade;

Considerando as trocas e os acúmulos dos debates realizados em eventos promovidos pelo CAU, a exemplo do 1º e 2º Seminário Nacional de Patrimônio realizados em Ouro Preto e São Luís do Maranhão em 2022 e 2023, respectivamente;

Considerando as Recomendações de Ouro Preto, elaboradas a partir do 1º Seminário Nacional de Patrimônio realizados em Ouro Preto em 2022 aprovada em plenário do CAU/BR;

Considerando que em sua primeira reunião, realizada em 10 de agosto de 2023 na sede do CAU/SP e via MS Teams, e a segunda reunião, realizada em 18 de outubro de 2023, a Câmara Temática de Patrimônio Cultural, endossou o indicativo das Recomendações de Ouro Preto em fixar um percentual mínimo de investimentos obrigatórios na valorização e qualificação do exercício profissional do arquiteto e urbanista na área do patrimônio cultural e propôs estabelecer um Plano de Trabalho a partir de 5 eixos considerados prioritários para ação do CAU nesta área.

Após o diálogo, foram definidos 5 (cinco) GT - GRUPOS DE TRABALHO, com a finalidade de agilizar a organização de objetivos e diretrizes para os 5 eixos prioritários:

#### **A) Assistência técnica em patrimônio cultural**

Vanessa Gayego Bello Figueiredo - coordenação

Sérgio Marcelino da Motta Lopes

Ricardo Soares Mascarello

Márcio Coelho de Carvalho

#### **B) Acervos e centros de documentação e memória**

José Daniel Craidy Simões - coordenação

Ana Cristina Lima Barreiros da Silva

Ana Cristina Braga

Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar

Leonardo Braci Castriota

**C) Formação continuada [para os arquitetos]**

Noemia Lucia Barradas Fernandes - coordenação  
Vanessa Gayego Bello Figueiredo  
Anne Elise Rosa Soto

**D) Educação patrimonial [para a sociedade]**

Ana Cristina Lima Barreiros da Silva – coordenação  
Ana Cristina Braga  
Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar  
Viviane Oliveira de Jesus

**E) Articulação política**

Jeferson Dantas Navolar - coordenação  
Ricardo Soares Mascarello  
José Daniel Craidy Simões  
Inês Martina Lersch

Levantamento sistematizado das ações já realizadas ou em realização pelos CAU/UF na área do patrimônio cultural. Para tanto, sugerimos que cada representante dos CAU/UF organize as informações nos quadros abaixo, identificando, quando houver, os valores investidos para o desenvolvimento destas ações.

<b>CAU</b>  <b>Estado: RS</b>	<b>Responsável pela informação:</b>  Josiane Cristina Bernardi	
<b>No seu CAU o tema do patrimônio cultural é tratado em que estrutura?</b>	( ) Comissão Especial ( ) Comissão Temporária ( ) Câmara Temática ( ) GT – Grupo de Trabalho ( ) Vinculado à Comissão Ordinária. Qual? <b>( X ) Vinculado à Comissão Especial. Qual? Comissão Especial de Patrimônio Cultural</b> <b>( X ) Outros. Qual? Centro de Memória do CAU/RS</b>	
<b>Programa, Projeto, Atividade...</b>	<b>Investimento em R\$ 2021/2023 (agosto)</b>	<b>Investimento Total</b>

<b>1.ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>		
<b>2.ACERVOS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA</b>		
Reuniões da Comissão de Acervos	R\$ 45.620,33	R\$ 499.008,33
Equipamentos (Scanner de Grandes Formatos e 3D)	R\$ 166.360,00	
Materiais de Higienização e guarda	R\$ 7.806,00	
04 Mapotecas e 01 Mesa Higienização	R\$ 34.924,00	
Projeto Especial para Desenvolvimento e Implantação do Museu da Arquitetura e Urbanismo do RS	R\$ 100.000,00	
Guarda de Documentos	R\$ 144.298,00	
<b>3.FORMAÇÃO CONTINUADA [PARA OS ARQUITETOS]</b>		
<b>4.EDUCAÇÃO PATRIMONIAL [PARA A SOCIEDADE]</b>		
Webnário de Patrimônio Cultural (Evento On Line realizado em Pelotas, em 2021)	R\$ 25.000,00	R\$ 89.000,00
Caminhadas do Patrimônio em Porto Alegre (3 edições – 02 em 2022 e 01 em 2023)	R\$ 6.000,00	
Caminhadas do Patrimônio realizadas em 08 cidades do Interior do RS, em 2023 (Cruz Alta, Erechim, Bagé, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Sant'Ana do Livramento, Bento Gonçalves e Lajeado)	R\$ 28.000,00	
Editais de fotografia para impressão de calendário anual, em 2022 e 2023	R\$ 30.000,00	
<b>5. ARTICULAÇÃO POLÍTICA</b>		
<b>Outras ações</b>		
Comissão Especial de Patrimônio Cultural (Reuniões)	R\$ 64.928,31	R\$ 64.928,31
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 652.936,64</b>

**Ricardo Mascarello**

Coordenador da Câmara Temática Nacional de Patrimônio Cultural CAU/BR

**Vanessa G. Bello Figueiredo**

Coordenadora adjunta da Câmara Temática Nacional de Patrimônio Cultural CAU/BR

## **Câmara Temática de Patrimônio Cultural CAU/BR**

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023 que Institui a Câmara Temática de Patrimônio Cultural no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR);

Considerando o Objetivo Geral de “Estimular a salvaguarda, a preservação e o fomento da produção da Arquitetura e Urbanismo do Patrimônio Cultural, material e imaterial, como parte da Política de Estado” e os objetivos específicos estabelecidos no anexo da Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023;

Considerando que o patrimônio arquitetônico é uma expressão da cultura, da memória e da identidade de um povo, parte integrante do ambiente construído e da paisagem urbana que deve ser preservado, valorizado e transmitido às futuras gerações;

Considerando os acúmulos das experiências já realizadas nos CAU/UF na valorização e qualificação da atuação profissional na área do patrimônio cultural, restauro, conservação, planejamento, assistência técnica, acervo e documentação, sensibilização e difusão para a sociedade;

Considerando as trocas e os acúmulos dos debates realizados em eventos promovidos pelo CAU, a exemplo do 1º e 2º Seminário Nacional de Patrimônio realizados em Ouro Preto e São Luís do Maranhão em 2022 e 2023, respectivamente;

Considerando as Recomendações de Ouro Preto, elaboradas a partir do 1º Seminário Nacional de Patrimônio realizados em Ouro Preto em 2022 aprovada em plenário do CAU/BR;

Considerando que em sua primeira reunião, realizada em 10 de agosto de 2023 na sede do CAU/SP e via MS Teams, a Câmara Temática de Patrimônio Cultural, endossou o indicativo das Recomendações de Ouro Preto em fixar um percentual mínimo de investimentos obrigatórios na valorização e qualificação do exercício profissional do arquiteto e urbanista na área do patrimônio cultural e propôs estabelecer um Plano de Trabalho a partir de 5 eixos considerados prioritários para ação do CAU nesta área.

Após o diálogo, foram definidos 5 (cinco) GT - GRUPOS DE TRABALHO, com a finalidade de agilizar a organização de objetivos e diretrizes para os 5 eixos prioritários:

### **A) Assistência técnica em patrimônio cultural**

Vanessa Gayego Bello Figueiredo - coordenação  
Sérgio Marcelino da Motta Lopes  
Ricardo Soares Mascarello  
Márcio Coelho de Carvalho

### **B) Acervos e centros de documentação e memória**

José Daniel Craidy Simões - coordenação  
Ana Cristina Lima Barreiros da Silva  
Ana Cristina Braga  
Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar  
Leonardo Braci Castriota

### **C) Formação continuada [para os arquitetos]**

Noemia Lucia Barradas Fernandes - coordenação

Vanessa Gayego Bello Figueiredo  
Anne Elise Rosa Soto

**D) Educação patrimonial [para a sociedade]**

Ana Cristina Braga - coordenação  
Ana Cristina Lima Barreiros da Silva  
Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar  
Viviane Oliveira de Jesus  
Leonardo Braci Castriota

**E) Articulação política**

Jeferson Dantas Navolar - coordenação  
Ricardo Soares Mascarello  
José Daniel Craidy Simões  
Inês Martina Lersch

A proposta é de que os GTs levantem objetivos e diretrizes a serem recomendadas ao CAU/BR aos CAUs/UF, visando orientar os futuros investimentos obrigatórios em patrimônio cultural. Nesse sentido os objetivos e diretrizes ligados aos 5 eixos de trabalho priorizados não precisam ser documentos exaustivos, podem ser desenvolvidos em tópicos.

<b>1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM PATRIMÔNIO CULTURAL</b>
<b>Objetivos:</b>
<b>Diretrizes:</b>
<b>Observações:</b>

<b>2.ACERVOS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA</b>
--

<b>Objetivos:</b>
<b>Diretrizes:</b>
<b>Observações:</b>

<b>3.FORMAÇÃO CONTINUADA [PARA OS ARQUITETOS]</b>
<b>Objetivos:</b>
<b>Diretrizes:</b>
<b>Observações:</b>

<b>4.EDUCAÇÃO PATRIMONIAL [PARA A SOCIEDADE]</b>
<b>Objetivos:</b>
<b>Diretrizes:</b>
<b>Observações:</b>

<b>5.ARTICULAÇÃO POLÍTICA</b>
-------------------------------

<b>Objetivos:</b>
<b>Diretrizes:</b>
<b>Observações:</b>

Além disso, foi sugerido um levantamento mais sistematizado das ações já realizadas ou em realização pelos CAU/UF na área do patrimônio cultural. Para tanto, sugerimos que cada representante dos CAU/UF organize as informações nos quadros abaixo,

identificando, quando houver, os valores investidos para o desenvolvimento destas ações.

<b>CAU</b> <b>Estado: Santa Catarina</b>	<b>Responsável pela informação:</b>  <b>Cons. Anne Soto/ Presidência CAU/SC</b>
<b>No seu CAU o tema do patrimônio cultural é tratado em que estrutura?</b>  Comissão Especial de Política Urbana e Ambiental – CPUA	<input type="checkbox"/> Comissão Especial <input type="checkbox"/> Comissão Temporária <input type="checkbox"/> Câmara Temática <input type="checkbox"/> GT – Grupo de Trabalho <input type="checkbox"/> Vinculado à Comissão Ordinária. Qual? <input checked="" type="checkbox"/> Vinculado à Comissão Especial. Qual? CPUA <input type="checkbox"/> Outros. Qual?
<b>Programa, Projeto, Atividade...</b>	<b>Investimento em R\$</b>
1. Capacitação para Arquitetos e Urbanistas – Patrimônio Histórico (via edital do CAU com execução da ASBEA)	50.000,00
2. Palestras CAU Portas Abertas	19.938,29
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	

**Ricardo Mascarello**

Coordenador da Câmara Temática Nacional de Patrimônio Cultural CAU/BR

**Vanessa G. Bello Figueiredo**

Coordenadora adjunta da Câmara Temática Nacional de Patrimônio Cultural CAU/BR

# **Câmara Temática de Patrimônio Cultural CAU/BR**

## **Sistematização de ações nos CAU/SE**

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023 que Institui a Câmara Temática de Patrimônio Cultural no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR);

Considerando o Objetivo Geral de “Estimular a salvaguarda, a preservação e o fomento da produção da Arquitetura e Urbanismo do Patrimônio Cultural, material e imaterial, como parte da Política de Estado” e os objetivos específicos estabelecidos no anexo da Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023;

Considerando que o patrimônio arquitetônico é uma expressão da cultura, da memória e da identidade de um povo, parte integrante do ambiente construído e da paisagem urbana que deve ser preservado, valorizado e transmitido às futuras gerações;

Considerando os acúmulos das experiências já realizadas nos CAU/UF na valorização e qualificação da atuação profissional na área do patrimônio cultural, restauro, conservação, planejamento, assistência técnica, acervo e documentação, sensibilização e difusão para a sociedade;

Considerando as trocas e os acúmulos dos debates realizados em eventos promovidos pelo CAU, a exemplo do 1º e 2º Seminário Nacional de Patrimônio realizados em Ouro Preto e São Luís do Maranhão em 2022 e 2023, respectivamente;

Considerando as Recomendações de Ouro Preto, elaboradas a partir do 1º Seminário Nacional de Patrimônio realizados em Ouro Preto em 2022 aprovada em plenário do CAU/BR;

Considerando que em sua primeira reunião, realizada em 10 de agosto de 2023 na sede do CAU/SP e via MS Teams, e a segunda reunião, realizada em 18 de outubro de 2023, a Câmara Temática de Patrimônio Cultural, endossou o indicativo das Recomendações de Ouro Preto em fixar um percentual mínimo de investimentos obrigatórios na valorização e qualificação do exercício profissional do arquiteto e urbanista na área do patrimônio cultural e propôs estabelecer um Plano de Trabalho a partir de 5 eixos considerados prioritários para ação do CAU nesta área.

Após o diálogo, foram definidos 5 (cinco) GT - GRUPOS DE TRABALHO, com a finalidade de agilizar a organização de objetivos e diretrizes para os 5 eixos prioritários:

### **A) Assistência técnica em patrimônio cultural**

Vanessa Gayego Bello Figueiredo - coordenação

Sérgio Marcelino da Motta Lopes

Ricardo Soares Mascarello

Márcio Coelho de Carvalho

### **B) Acervos e centros de documentação e memória**

José Daniel Craidy Simões - coordenação

Ana Cristina Lima Barreiros da Silva

Ana Cristina Braga

Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar

Leonardo Braci Castriota

**C) Formação continuada [para os arquitetos]**

Noemia Lucia Barradas Fernandes - coordenação  
 Vanessa Gayego Bello Figueiredo  
 Anne Elise Rosa Soto

**D) Educação patrimonial [para a sociedade]**

Ana Cristina Lima Barreiros da Silva – coordenação  
 Ana Cristina Braga  
 Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar  
 Viviane Oliveira de Jesus

**E) Articulação política**

Jeferson Dantas Navolar - coordenação  
 Ricardo Soares Mascarello  
 José Daniel Craidy Simões  
 Inês Martina Lersch

Levantamento sistematizado das ações já realizadas ou em realização pelos CAU/UF na área do patrimônio cultural. Para tanto, sugerimos que cada representante dos CAU/UF organize as informações nos quadros abaixo, identificando, quando houver, os valores investidos para o desenvolvimento destas ações.

<b>CAU</b>  <b>Estado: SE</b>	<b>Responsável pela informação:</b>  Presidente Heloisa Diniz
<b>No seu CAU o tema do patrimônio cultural é tratado em que estrutura?</b>	( X ) Comissão Especial ( ) Comissão Temporária ( ) Câmara Temática ( ) GT – Grupo de Trabalho ( ) Vinculado à Comissão Ordinária. Qual? ( ) Vinculado à Comissão Especial. Qual? ( ) Outros. Qual?
<b>Programa, Projeto, Atividade...</b>	<b>Investimento em R\$ 2021/2023 (agosto)</b>
<b>1.ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>	
1.	
<b>2.ACERVOS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA</b>	
2.	
<b>3.FORMAÇÃO CONTINUADA [PARA OS ARQUITETOS]</b>	

<b>4. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL [PARA A SOCIEDADE]</b>	
Publicação de artigos no site do CAU/SE	0,00
Atividade – postagens sobre o Patrimônio Histórico e Cultural de Sergipe através do site do Instagram do CAU/SE	0,00
<b>5. ARTICULAÇÃO POLÍTICA</b>	
<b>Outras ações</b>	

**Ricardo Mascarello**

Coordenador da Câmara Temática Nacional de Patrimônio Cultural CAU/BR

**Vanessa G. Bello Figueiredo**

Coordenadora adjunta da Câmara Temática Nacional de Patrimônio Cultural CAU/BR

## **Câmara Temática de Patrimônio Cultural CAU/BR**

### **Sistematização de ações nos CAU/UF**

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023 que Institui a Câmara Temática de Patrimônio Cultural no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR);

Considerando o Objetivo Geral de “Estimular a salvaguarda, a preservação e o fomento da produção da Arquitetura e Urbanismo do Patrimônio Cultural, material e imaterial, como parte da Política de Estado” e os objetivos específicos estabelecidos no anexo da Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023;

Considerando que o patrimônio arquitetônico é uma expressão da cultura, da memória e da identidade de um povo, parte integrante do ambiente construído e da paisagem urbana que deve ser preservado, valorizado e transmitido às futuras gerações;

Considerando os acúmulos das experiências já realizadas nos CAU/UF na valorização e qualificação da atuação profissional na área do patrimônio cultural, restauro, conservação, planejamento, assistência técnica, acervo e documentação, sensibilização e difusão para a sociedade;

Considerando as trocas e os acúmulos dos debates realizados em eventos promovidos pelo CAU, a exemplo do 1º e 2º Seminário Nacional de Patrimônio realizados em Ouro Preto e São Luís do Maranhão em 2022 e 2023, respectivamente;

Considerando as Recomendações de Ouro Preto, elaboradas a partir do 1º Seminário Nacional de Patrimônio realizados em Ouro Preto em 2022 aprovada em plenário do CAU/BR;

Considerando que em sua primeira reunião, realizada em 10 de agosto de 2023 na sede do CAU/SP e via MS Teams, e a segunda reunião, realizada em 18 de outubro de 2023, a Câmara Temática de Patrimônio Cultural, endossou o indicativo das Recomendações de Ouro Preto em fixar um percentual mínimo de investimentos obrigatórios na valorização e qualificação do exercício profissional do arquiteto e urbanista na área do patrimônio cultural e propôs estabelecer um Plano de Trabalho a partir de 5 eixos considerados prioritários para ação do CAU nesta área.

Após o diálogo, foram definidos 5 (cinco) GT - GRUPOS DE TRABALHO, com a finalidade de agilizar a organização de objetivos e diretrizes para os 5 eixos prioritários:

#### **A) Assistência técnica em patrimônio cultural**

Vanessa Gayego Bello Figueiredo - coordenação

Sérgio Marcelino da Motta Lopes

Ricardo Soares Mascarello

Márcio Coelho de Carvalho

#### **B) Acervos e centros de documentação e memória**

José Daniel Craidy Simões - coordenação

Ana Cristina Lima Barreiros da Silva

Ana Cristina Braga

Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar

Leonardo Barci Castriota

**C) Formação continuada [para os arquitetos]**

Noemia Lucia Barradas Fernandes - coordenação  
Vanessa Gayego Bello Figueiredo  
Anne Elise Rosa Soto

**D) Educação patrimonial [para a sociedade]**

Ana Cristina Lima Barreiros da Silva – coordenação  
Ana Cristina Braga  
Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar  
Viviane Oliveira de Jesus

**E) Articulação política**

Jeferson Dantas Navolar - coordenação  
Ricardo Soares Mascarello  
José Daniel Craidy Simões  
Inês Martina Lersch

Levantamento sistematizado das ações já realizadas ou em realização pelos CAU/UF na área do patrimônio cultural. Para tanto, sugerimos que cada representante dos CAU/UF organize as informações nos quadros abaixo, identificando, quando houver, os valores investidos para o desenvolvimento destas ações.

<b>CAU</b> <b>Estado: São Paulo</b>	<b>Responsável pela informação:</b> Vanessa Bello
<b>No seu CAU o tema do patrimônio cultural é tratado em que estrutura?</b>	( X ) Comissão Especial ( ) Comissão Temporária ( ) Câmara Temática ( ) GT – Grupo de Trabalho ( ) Vinculado à Comissão Ordinária. Qual? ( ) Vinculado à Comissão Especial. Qual? ( ) Outros. Qual?
<b>Programa, Projeto, Atividade...</b>	<b>Investimento em R\$</b> <b>2021/2023 (agosto)</b>
<b>1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>	
1. Editais de Fomento - PAT Cultural – Programa de Assistência Técnica ao Patrimônio Cultural (13 projetos financiados, outros usos não habitacionais)	975.000,00
2. Editais de Fomento - ATHIS e Patrimônio Cultural (1 projeto financiado)	100.000,00
<b>2. ACERVOS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA</b>	

3. Editais de Fomento Difusão, Acervo e Memória (8 projetos financiados)	574.758,70
4. CTCMA – Comissão Temporária Centro de Memória e Acervo	-
<b>3. FORMAÇÃO CONTINUADA [PARA OS ARQUITETOS]</b>	
5. Encontro Anual Arquitetura, Urbanismo e Patrimônio Cultural em agosto Realização de 3 eventos (2021/22/23)	-
6. Editais de Boas Práticas TCC/TFG – projetando o Futuro (lote: patrimônio cultural)	-
7. Manual de Orientação à Políticas Municipais de Patrimônio Cultural (e-book e 1500 impressos)	18.000,00
8. Manual de Orientação ao Projeto de Restauro e Conservação (e-book e 1500 impressos)	27.000,00
9. Palestras de orientação profissional e institucional (Manuais) em IES, Prefeituras, Conselhos Municipais de Patrimônio: 35 palestras em 17 cidades (dezembro 2023) CONDEPHASV (São Vicente), Universidade São Francisco (Itatiba), Assoc. Engenheiros e Arquitetos (São José dos Campos), Universidade São Francisco (Campinas), Universidade São Francisco (Bragança Paulista), Prefeitura Santo André, IAUSP (São Carlos), UNIFATEA (Lorena), UNIFEV (Votuporanga), ESAMC (Santos), Faculdade Gran Tietê (Barra Bonita), Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Itanhaém (AEAA), Faculdade de arquitetura (Bebedouro), Subprefeitura da Penha (São Paulo), Feira do livro (Ribeirão Preto), Associação de Engenheiros e Arquitetos (Mogi das Cruzes), USCS (São Caetano do Sul), Associação de Engenheiros e Arquitetos (Santos).	-
10. Residência em AU – Patrimônio Cultural (em andamento parceria do CAU/SP com IPHAN) Bolsas para 20 estudantes de pós/ 12 meses, piloto em andamento para 2024 (recursos de capital).	R\$ 750.000,00  (para 2024)
<b>4. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL [PARA A SOCIEDADE]</b>	

11. Campanha Patrimônio Vivo (fotografias).	-
12. Editais CAU Educa – 1 projeto em patrimônio.	50.000,00
13. Eventos e Ações de Ocupação da Sede no Centro Histórico de SP.	-
14. Difusão: participação nas Jornadas do Patrimônio DPH-SP 2022/23.	-
15. Locação com vistas à aquisição de novas sedes no interior em imóveis tombados ou de interesse cultural. Ribeirão Preto e Campinas (pareceres da CPC-CAU/SP).	-
<b>5. ARTICULAÇÃO POLÍTICA</b>	
16. Ampliação de cadeiras em Conselhos Municipais de Patrimônio no ESP (de 1 para 10). Caçapava, Mogi das Cruzes, Ribeirão Preto, São Bernardo, Santo André, São Vicente, Suzano, Tatuí, Sorocaba, São José do Rio Preto.	-
17. Apoio a tombamentos, solicitações e ações de preservação, 12 solicitações apoiadas em 6 cidades: <ul style="list-style-type: none"> <li>· Catedral de N. Sra. Aparecida (Votuporanga);</li> <li>· Acervo museológico e arquivístico do Museu Florestal Octávio Vecchi – Parque Estadual Alberto Löfgren (São Paulo);</li> <li>· Chácara das Jaboticabeiras (São Paulo);</li> <li>· Campus Boqueirão (Univ. Católica Santos);</li> <li>· Parque Dr. Fernando Costa (São Paulo);</li> <li>· Companhia Têxtil São Martinho (Tatuí);</li> <li>· Bangalô dos Azevedos (Tatuí);</li> <li>· Espaço Itaú de Cinema (São Paulo);</li> <li>· Balneário Teotônio Vilela (Águas da Prata);</li> <li>· Ó do Borogodó (São Paulo);</li> <li>· Sede do Sindicato dos Metroviários (São Paulo);</li> <li>· Moinho São Jorge (Santo André).</li> </ul>	-
18. CTPC – Câmara Temática Nacional de Patrimônio Cultural CAU/BR Recomendação de 2% de aplicação no Patrimônio.	-

<b>6. VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL</b>	
19. Editais de Boas Práticas Profissional – construindo o presente	-
20. Concurso da Sede – Projetos de Restauro e adaptações (Prédio tombado escritório Ramos de Azevedo – recurso de capital)	1.000.000,00
<b>TOTAL receita corrente</b>	<b>R\$ 1.744.758,70 (representando 0,8% do orçamento nos últimos três anos)</b>
<b>TOTAL receita capital</b>	<b>R\$ 1.750.000,00 (2023/24)</b>

**Vanessa G. Bello Figueiredo**

Coordenadora CPC-CAU/SP

CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR

DADOS DA SISTEMATIZAÇÃO DAS AÇÕES DE PATRIMÔNIO DOS CAUS/UF (atualização em 28/02/24)

[ACESSO AOS RELATÓRIOS](#)

CAU/UF - Estrutura que trata da temática de Patrimônio Cultural	CE	MG	PA	PE	PR	RS	SC	SE	SP
Comissão Especial		X				X		X	X
Comissão Temporária				X					
Câmara Temática									
GT – Grupo de Trabalho	X*								
Vinculada a Comissão Ordinária			X*						
Vinculada a Comissão Especial			X*				X		
Centro de Memória						X*			

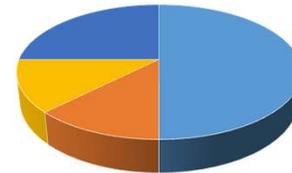
\* Grupo de Trabalho do CAU/CE sobre Patrimônio Histórico, criado em 17 de agosto de 2021 e encerrado em 17 de abril de 2022.

\* No caso do CAU/PA, vinculação à CPFI e à CPUA.

\* O centro de memória do CAU/RS, após um período como comissão temporária, também tem o formato de uma comissão permanente com membros externos.

Total de estruturas que tratam do Patrimônio	
Comissão Especial	4
Comissão Temporária	1
Câmara Temática	0
GT – Grupo de Trabalho	1
Vinculada a Comissão Ordinária e/ou Especial	2
Centro de Memória	1

Estruturas - Patrimônio



- Comissão Especial
- Comissão Temporária
- Câmara Temática
- GT – Grupo de Trabalho
- Vinculada a Comissão Ordinária e/ou Especial

INVESTIMENTO TOTAL EM AÇÕES DE PATRIMÔNIO

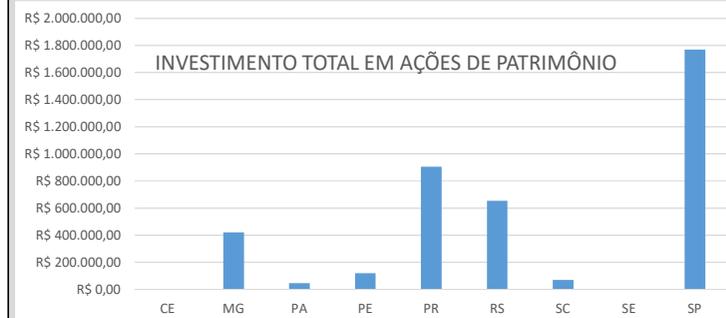
CAU/UF	CE	MG	PA	PE	PR	RS	SC	SE	SP
Assistência técnica	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.075.000,00
Acervos e centros de doc. e memória	0	18.500,00	28.000,00	0,00	0,00	499.008,33	0,00	0,00	599.785,60
Formação continuada [arquitetos]	0	0,00	8.400,00	0,00	60.000,00	0,00	50.000,00	0,00	795.000,00
Educação patrimonial [sociedade]	0	128.955,63	4.500,00	116.224,00	170.000,00	89.000,00	19.938,29	0,00	50.000,00
Articulação política	0	0,00	0,00	5.224,50	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras ações	0	273.634,85	6.000,00	0,00	595.000,00	64.928,31	0,00	0,00	1.000.000,00

Os valores de MG para formação continuada e educação patrimonial não estavam discriminados e foram todos incluídos em educação patrimonial

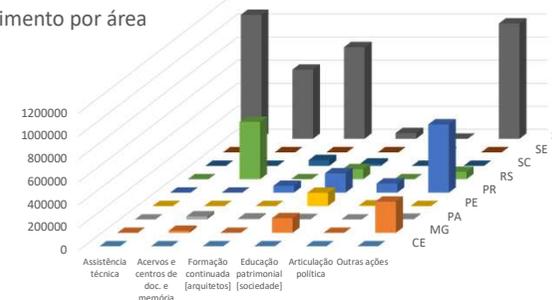
Os valores do PR referentes aos editais 001/2021, 001/2022 e 001/2023 do CAU/PR foram incluídos em outras ações

Os valores de SP incluem concurso da sede (com recursos de capital, em outras ações) e projeto de residência em AU para 2024 (formação continuada) que não estão incluídos no campo "investimento total"

Investimento total	R\$ 0,00	R\$ 421.090,48	R\$ 46.900,00	R\$ 121.448,50	R\$ 905.000,00	R\$ 652.936,64	R\$ 69.938,29	R\$ 0,00	R\$ 1.769.785,60
--------------------	----------	----------------	---------------	----------------	----------------	----------------	---------------	----------	------------------



Investimento por área



PERCENTUAL ORÇAMENTÁRIO INVESTIDO EM PATRIMÔNIO									
(CONSIDERADAS AS PREVISÕES ATUALIZADAS DAS RECEITAS CORRENTES DOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS)									
RECEITA CORRENTE	CE	MG	PA	PE	PR	RS	SC	SE	SP
ORÇAMENTO 2021		10.610.152,68	1.622.470,11	3.470.000,00	11.076.234,80	14.276.129,78	9.306.078,17		49.471.531,93
ORÇAMENTO 2022		13.152.358,89	2.217.096,75	4.346.685,72	13.051.857,48	18.434.283,93	11.440.757,10		59.115.114,20
ORÇAMENTO 2023		17.579.473,70	2.548.794,12	4.697.993,76	15.358.964,84	21.011.542,27	SEM DADOS		66.190.273,88
TOTAL 2021-2023		R\$ 41.341.985,27	R\$ 6.388.360,98	R\$ 12.514.679,48	R\$ 39.487.057,12	R\$ 53.721.955,98	R\$ 20.746.835,27		R\$ 174.776.920,01
PERCENTUAL INVESTIDO		1,02%	0,73%	0,97%	2,29%	1,22%	0,34%		1,01%



PERCENTUAL ORÇAMENTÁRIO INVESTIDO EM PATRIMÔNIO									
(CONSIDERADAS AS PREVISÕES ATUALIZADAS DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITALS DOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS)									
RECEITA CORRENTE + RECEITA DE CAPITAL	CE	MG	PA	PE	PR	RS	SC	SE	SP
ORÇAMENTO 2021			2.222.470,11	3.545.379,00	16.008.734,80	17.388.645,01	18.005.735,95		65.636.503,07
ORÇAMENTO 2022			3.217.096,75	4.599.685,72	18.326.560,90	24.813.583,80	22.661.825,29		69.291.114,20
ORÇAMENTO 2023			4.148.794,12	6.080.693,76	20.677.542,84	27.039.924,32	SEM DADOS		72.273.609,32
TOTAL 2021-2023			R\$ 9.588.360,98	R\$ 14.225.758,48	R\$ 55.012.838,54	R\$ 69.242.153,13	R\$ 40.667.561,24		R\$ 207.201.226,59
PERCENTUAL INVESTIDO			0,49%	0,85%	1,65%	0,94%	0,17%		0,85%



## O PATRIMÔNIO MATERIAL NO CEARÁ

O estado do Ceará teve um processo histórico de colonização tardio. Seus núcleos urbanos mais antigos se formaram apenas após 1700, impulsionados pela criação de gado que abastecia a indústria do charque. As adversidades climáticas do sertão e a escassez de recursos impactaram diretamente nas características do patrimônio edificado do estado, fazendo com que só recentemente tivesse seus primeiros sítios históricos reconhecidos pelo IPHAN após evolução dos conceitos adotados para reconhecimento cultural dos bens. Dos 4 sítios históricos tombados, 3 estão associados ao ciclo do gado, são eles: Icó (tombado em 1998), Sobral (tombado em 2000) e Aracati (2001). O 4º sítio, Viçosa do Ceará (tombada em 2003), teve origem em um aldeamento dos jesuítas.

Em termos de conservação desses sítios, o **Icó** foi contemplado pelo programa Monumenta logo após seu tombamento. O pouco vigor econômico da cidade contribui para sua relativa estabilidade urbana, ainda que com certos problemas administrativos. **Viçosa do Ceará** também apresenta relativa estabilidade, sendo a cidade cuja população mais tem preservado seus bens. **Sobral**, por sua vez, sempre teve maior vigor econômico e desde o seu tombamento que o município vem investindo em obras de restauro e conservação, seja igrejas ou museus.

**Aracati** passou por um processo de abandono gradativo do sítio histórico desde a década de 1980. A partir do ano de 2018, a administração municipal tem feito grandes investimentos no sítio histórico e fomentado sua revitalização, ainda que restem alguns poucos bens arruinados e uma igreja com graves problemas de conservação.

No ano de 2004 o IPHAN ampliou a sua abordagem ao tomar o conjunto natural dos Monólitos de **Quixadá** como patrimônio paisagístico, área que tem potencial para ser reconhecida como patrimônio da Humanidade, não fosse os problemas ambientais existentes na região (falta de interesse na criação de uma unidade de conservação, pressão da mineração, pressão da expansão urbana, etc.).

Atualmente a região do Cariri (região sul do estado) concentra boa parte das ações de registro do patrimônio imaterial como a Festa do Pau da Bandeira de Barbalha e diversas manifestações populares religiosas ou não. Impulsionados também pela importância do **Geopark Araripe**, a região da **Chapada do Araripe** teve formalizada sua candidatura para o registro como patrimônio da humanidade.

Antes dos tombamentos dos sítios históricos, o Ceará contava apenas alguns poucos bens, exclusivamente bens públicos, haviam sido tombados isoladamente (tanto pelo IPHAN quanto pela secretaria de cultura do estado), como igrejas, casas de câmara, teatros, mercados e farol.

E é dessa forma que se encontram tombados, até hoje, os bens materiais da capital, Fortaleza, cujo patrimônio material tem sido reconhecido de forma pontual e dispersa, fruto, muitas vezes, de ações individuais de gestores que tombaram por decreto e até hoje aguardam instrução de tombamento que regulamentem sua proteção.

Essa fragilidade tem gerado, nas últimas décadas, as mais graves polêmicas em Fortaleza sobre o tema que envolveram:

- demolição de bens tombados provisórios (casarão dos Gondim, Bangalô no Benfica, Fábrica Filomeno Gomes);
- demolição de bens já tomados (Centro Artístico Cearense);

- prescrição de processos de tombamento por negligência do poder executivo (residencial Iracema);
- tombamentos negados mesmo desrespeitando as decisões do conselho do patrimônio (Residência Benedito Macedo, Bangalô Aristides Capibaribe);
- arruinamento de bens tombados (Farol do Mucuripe, Escola Jesus Maria e José, Casa do Português, Lord Hotel)
- por fim, uma das mais graves tem sido uma obra pública de demolição de bem privado em área de grande pressão imobiliária (Hotel São Pedro), atualmente no primeiro mês de execução. Importante registrar que o conselho municipal aprovou o tombamento do bem, mas a decisão foi desrespeitada pelo poder executivo.

A capital e o estado possuem seus devidos conselhos de patrimônio que tem suas decisões desrespeitadas com bastante frequência. As secretarias de cultura tanto estadual quanto municipal possuem pouca atuação na política de preservação dos bens materiais, de forma que formou senso comum entre a população que apenas o IPHAN é o responsável pelo tombamento dos bens históricos, dada a baixa atuação da SECULT-CE (estadual) e SECULTFOR (capital).

Um termômetro importante que revela a falta de ação efetiva dos poderes estadual e da capital foi a lista de bens contemplados por investimentos do PAC seleções, anunciado no mês de março. Em todo o estado do Ceará, apenas 4 projetos foram contemplados sendo:

- Barbalha - projeto de restauro da criação do Museu da Festa do Pau Bandeira
- Fortaleza - projeto de restauro do Theatro José de Alencar
- Sobral - projeto de estruturação dos Sítios Arqueológicos da Pedra de Andorinha
- Viçosa do Ceará - projeto de restauro do Conjunto de Edificações Culturais

Ressalto que a única obra contemplada na capital é o teatro José de Alencar, equipamento do estado tombado a nível federal, cuja preservação tem sido assegurada por efetiva ação do próprio IPHAN.

Ainda que os mais graves problemas relacionados a bens culturais se concentrem na capital, o interior do estado guarda um acervo riquíssimo, de grande valor histórico, cultural, artístico e paisagístico composto por núcleos urbanos (Barbalha, Maranguape, Cococi, Saboeiro, etc), bens religiosos (Itans, Mata Fresca, Mapuá, igrejas da rota do gado, locais de peregrinação, etc), espaços de memória (campos de batalhas, revoltas, campos de concentração da seca), fazendas históricas, patrimônio ferroviário, entre outros que seguem pendentes de um trabalho relevante de inventariação, estudo, proteção, preservação e valorização.

Brasília, 05 de abril de 2024

Aos cuidados da Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR,

Assunto: Relato situação do patrimônio no DF

Brasília, com sua extensão de mais de 110 quilômetros quadrados, detém o título de maior área tombada do mundo, um testemunho da importância histórica e arquitetônica da capital brasileira. Além disso, é o único bem contemporâneo inscrito na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, destacando-se como um marco único no cenário mundial de preservação do patrimônio cultural.

A valorização da história local em Brasília vai além da mera preservação de edifícios e monumentos. Inclui também a criação de espaços para a construção de conhecimento e a troca de experiências, fortalecendo os laços entre o patrimônio local, nacional e internacional. Essa abordagem não apenas enriquece a educação ao valorizar as especificidades da história do Distrito Federal, mas também promove uma compreensão mais profunda e significativa da identidade cultural da cidade e da importância de preservar a história refletida nas edificações.

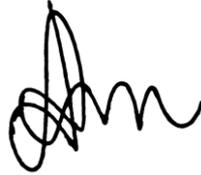
Um dos principais desafios enfrentados em Brasília é a especulação imobiliária, que muitas vezes resulta na violação das diretrizes de conservação estabelecidas para proteger o patrimônio arquitetônico da cidade. Nas icônicas superquadras, conhecidas por seus pilotis abertos e espaços de convivência, observa-se uma tendência preocupante de fechamento desses espaços com gradeamento, além de um paisagismo hostil que limita o acesso e a utilização pública. Além disso, a falta de controle sobre as expansões irregulares em espaços livres contribui para a descaracterização gradual do ambiente urbano.

Enquanto isso, a revitalização de monumentos emblemáticos, como o Teatro Nacional Cláudio Santoro, projetado por Oscar Niemeyer e decorado com os icônicos painéis de Athos Bulcão, destaca-se como um esforço para preservar e promover a identidade cultural da cidade. No entanto, ainda persiste uma lacuna no que diz respeito ao conhecimento e à valorização dos monumentos presentes em toda a Brasília, refletindo a necessidade de uma maior conscientização e engajamento da comunidade na proteção do patrimônio histórico da capital brasileira.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU/DF) desempenha um papel fundamental na orientação, disciplina e fiscalização do exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo na região, visando garantir a observância dos princípios éticos e disciplinares dos profissionais da área, além de promover o aperfeiçoamento da prática arquitetônica e urbanística. Dentro de sua competência institucional, o CAU/DF realiza ações informativas sobre questões de interesse público e atua como promotor de discussões e proposições relacionadas à Arquitetura e Urbanismo no contexto de políticas públicas, programas e iniciativas de interesse social e coletivo, alinhadas com os objetivos da profissão.

Nos últimos três anos, o CAU/DF tem desenvolvido iniciativas importantes para promover e valorizar a arquitetura de Brasília, por meio da criação da Comissão Temporária de Patrimônio e do Selo CAU/DF – Arquitetura de Brasília. Essas ações têm como objetivo reconhecer e destacar as edificações e espaços públicos que compõem o cotidiano da cidade, muitas vezes relegados a um papel secundário devido à sua exclusão da escala monumental que caracteriza a capital.

Desde a implementação do Selo CAU/DF, diversos edifícios foram laureados, incluindo blocos de superquadra, escolas públicas e privadas e edifícios de escritório, demonstrando o compromisso do Conselho em valorizar tanto os monumentos quanto a arquitetura não monumental de Brasília. A Comissão reconhece que os edifícios construídos nas primeiras décadas da cidade, mesmo fora do eixo monumental, desempenharam um papel essencial na formação da identidade urbana da capital, destacando a relevância desse conjunto arquitetônico para a imagem e a história da cidade.



Talita Alves Moraes e Rabelo  
Conselheira CAU/DF

## **Breve estado da arte do Patrimônio Cultural em Minas Gerais**

Flavio Carsalade

Minas Gerais tem uma grande tradição na área do patrimônio cultural. No início dos anos 1920 foi “descoberta” pelos modernistas como sendo o sítio onde a arte possuía traços eminentemente brasileiros (o mulato Aleijadinho, por exemplo), diferentemente da arte litorânea muito influenciada pela corte europeia. Essa consideração fez com que Ouro Preto fosse reconhecida como monumento nacional antes mesmo da criação do SPHAN em 1937. Esse órgão, assim que criado, imediatamente tombou uma série de cidades ditas “históricas” como Serro, Diamantina, São João del Rey e, mais tarde, Congonhas e Cataguases, esta última como pioneira do movimento moderno.

Minas Gerais, hoje, tem quatro patrimônios da humanidade, Ouro Preto, Diamantina, o Conjunto da Igreja Bom Jesus do Matozinhos, em Congonhas, e o Conjunto Moderno da Pampulha.

Graças ao programa ICMS Patrimônio Cultural, a preocupação com a eleição e conservação de patrimônios locais se espalhou por todo o estado, fazendo com que 92% dos 853 municípios mineiros tenham bens tombados e políticas municipais de patrimônio, contabilizando mais de 7.200 bens tombados no nível local. O programa, desenvolvido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais completa, em 2024, 27 anos de existência.

A capital, Belo Horizonte tem um importante trabalho na área da preservação de seu patrimônio, com instrumentos de proteção qualificados em conjuntos urbanos protegidos, com uma metodologia inovadora que combina o patrimônio material e imaterial. Além disso, apresenta uma legislação urbanística forte e regulamentações inovadoras dos instrumentos do Estatuto da Cidade, como a Transferência do Direito de Construir.

Por sua vez, o Ministério Público do estado também apresenta promotorias especializadas e ações muito importantes na área de Patrimônio Cultural, incluindo um trabalho muito eficiente na identificação e recuperação de obras de arte roubadas.

A academia é também muito atuante no campo patrimonial, com vários pesquisadores de renome nacional e uma participação efetiva nas discussões nacionais. Há programas de pós-graduação nas universidades públicas e particulares voltadas para o setor patrimonial. A UFMG sedia a presidência internacional da comissão científica do projeto Patrimônio Histórico Iberoamericano (PHI).

Dito assim, parece que temos um patrimônio altamente protegido, mas, no entanto, as ameaças são comuns às de outros estados do país, como a especulação imobiliária, uma enorme quantidade de bens deteriorados esperando recursos para restauro, ações políticas que contrariam as melhores práticas, dentre outras. No caso de MG, a mineração aparece como um agente extremamente degradante de nosso patrimônio cultural e ambiental, tendo como exemplo a recente ameaça de destruição de uma grande parte da serra do Curral, em Belo Horizonte, monumento tombado nacionalmente.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2024

## **Relatório sobre o Patrimônio Histórico no Pará**

### **Problemas:**

1. Estado de conservação precário: Muitas estruturas históricas estão em avançado estado de deterioração devido à falta de manutenção e ao tempo.
2. Falta de recursos: A preservação e restauração do patrimônio histórico exigem investimentos significativos, que nem sempre estão disponíveis devido às limitações orçamentárias.
3. Fragilidade estrutural: Algumas construções históricas correm o risco de desabamento devido à falta de cuidados com a estrutura, representando um perigo para a segurança pública.
4. Irregularidade com a documentação do imóvel.
5. Levantamento cadastral defasado.

### **Necessidades de apoio:**

1. Mobilização da sociedade: O envolvimento da comunidade local e de organizações da sociedade civil é essencial para promover a conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio e mobilizar recursos e apoio para iniciativas de conservação.
2. Parcerias público-privadas: A colaboração entre o poder público, empresas privadas e instituições de ensino e pesquisa pode viabilizar projetos de preservação e restauração do patrimônio histórico, aproveitando recursos e conhecimentos de diferentes setores.

### **Ações mais prioritárias:**

1. Levantamento e catalogação: Realizar um levantamento completo do patrimônio histórico do Pará, identificando os bens mais ameaçados e prioritários para intervenção.
2. Restauração emergencial: Priorizar a restauração emergencial das edificações e monumentos em estado crítico, visando evitar danos irreversíveis e garantir a segurança da população.
3. Educação patrimonial: Promover ações de educação patrimonial nas escolas e comunidades locais, incentivando o conhecimento e o respeito pelo patrimônio histórico e cultural do estado, apesar de iniciativas como Circular, Roteiro geo-turístico..., principalmente em Belém.

### **Ações positivas:**

1. Curso de graduação em preservação e restauro: Destaca-se a existência de um curso de graduação em preservação e restauro oferecido pela UFPA, que contribui para a formação de profissionais qualificados na área.
2. Projeto Circular: iniciativa que busca revitalizar o Centro Histórico de Belém e seu entorno por meio de atividades culturais e artísticas. Criado em 2013 por agentes culturais independentes, o projeto visa resgatar as relações de vizinhança e enfrentar problemas como violência e ausência de políticas públicas na região).
3. Roteiro geo-turístico (UFPA): visa promover a valorização da memória histórica e cultural de Belém, por meio da criação e implementação de roteiros turísticos temáticos. Reconhecido pelo IPHAN, o projeto foi premiado por sua contribuição para a preservação e divulgação do patrimônio cultural da cidade.

## Resumo sucinto do estado da arte do Patrimônio Cultural no Rio de Janeiro contextualização

O papel histórico do Rio de Janeiro na formação do Brasil, fez com que, o Estado, colecionasse um vasto patrimônio cultural, representativo de períodos de relevante importância histórica e cultural do Brasil.

Ao todo o Estado possui 231 bens tombados pelo IPHAN; dentre eles: 06 jardins históricos e parques, 14 conjuntos urbanos, 62 edificações, 13 equipamentos urbanos, 12 paisagens naturais, 10 bens integrados, e 04 coleções e acervos; patrimônio cultural muito representativo do Vice-Reinado, da Corte Imperial, e da República.

“Entre a montanha e o mar” a cidade do Rio de Janeiro, “a cidade maravilhosa” agrega os valores da paisagem natural à paisagem urbana, sendo a primeira área urbana, no mundo, a ter reconhecido o valor universal da sua paisagem. Em 2012 o Rio recebeu o título de Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural Urbana, da Unesco.

Assim como a cidade do Rio, a cidade de Paraty recebeu da Unesco em 2019 o título de reconhecimento como Patrimônio Mundial pelo seu sítio misto de Cultura e Biodiversidade.

A história do atual Estado do Rio de Janeiro está diretamente ligada à formação do Estado da Guanabara, em 1960, e à construção de Brasília para ser capital federal. Sua importância se reflete no seu relevante conjunto dos bens móveis e imóveis, públicos e particulares. Com o objetivo de garantir a preservação do patrimônio cultural do Rio de Janeiro, o decreto n. 346 de 31 de dezembro de 1964 cria a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA), cujas medidas de proteção preservam o patrimônio cultural mais abrangente e com significado específico do Estado. Em 1975, o DPHA passa a se chamar Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac); isso ocorre após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

Hoje o Inepac possui aproximadamente 1677 bens tombados abrangendo o interior do estado. Foram inventariadas as fazendas do Vale do Paraíba e tombados, entre outros, o Centro Histórico de Valença, o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Sítio Histórico de São Pedro da Aldeia e o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Centro Histórico de Miracema, por exemplo. Em 2008 o Inepac ganhou os escritórios Regionais da Região Serrana, das Baixadas Litorâneas, do Norte Fluminense e do Médio Paraíba, buscando um olhar mais próximo do patrimônio fora da capital.

Atualmente o patrimônio do Rio de Janeiro vem sendo alvo de grandes discussões no que tange a preservação de seu patrimônio cultural. Projetos como: do Mirante do Pasmado, da Tirolesa do Pão de Açúcar e do Jardim de Alah levantam discussões que vão além das diretrizes e determinações do poder público, que tem se afastado de seus próprios órgãos. E envolvem, ainda, a carência de um corpo técnico mais coeso e forjado com experiências a mais longo prazo, o que impede um maior aprofundamento nos debates que somem

prática e teoria e, conseqüentemente, um maior envolvimento e discussão dos impactos e mitigações das propostas pela sociedade civil.

A falta de manutenção preventiva recentemente vitimou o Museu Histórico Nacional, retratando de forma catastrófica este problema em nosso patrimônio, seja na esfera pública e/ou privada.

Não apenas no conjunto paisagístico e nos monumentos mais emblemáticos se deparam os problemas de conservação do patrimônio no Rio de Janeiro. Nossos conjuntos urbanos e nossa arquitetura vernacular também sofrem com o abandono de seus proprietários. Frequentemente noticiamos desabamentos e/ou incêndios que provocam o arruinamento de nosso patrimônio seja nos sobrados no Centro do Rio de Janeiro, nos casarões em Vassouras, e tantos outros.

Entender o patrimônio cultural brasileiro como um instrumento de cultura, educação e memória vem sendo um desafio não exclusivo do Rio ou do Brasil, mas uma discussão global, onde especialistas lutam para que estes não sirvam de “alegorias” para intervenções que coloquem a história e a memória em risco.

Mariana Vaz

## **RELATÓRIO SUCINTO DA SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ORGANIZADO POR TÓPICOS:**

1- Embora a Constituição Estadual do estado do Rio Grande do Sul indique que:

Art. 177. Os planos diretores, obrigatórios para as cidades com população de mais de vinte mil habitantes e para todos os Municípios integrantes da região metropolitana e das aglomerações urbanas, além de contemplar os aspectos de interesse local, de respeitar a vocação ecológica, o meio ambiente e o patrimônio cultural, serão compatibilizados com as diretrizes do planejamento do desenvolvimento regional. (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 44, de 16/06/04)

Há uma necessidade de aproximação entre os regimes urbanísticos dos planos diretores no atendimento de uma adequada ambientação do patrimônio cultural construído nas paisagens em processo de transformação ao longo do tempo;

2- Em diversas cidades do estado há um processo de diminuição das possibilidades de participação dos processos decisórios, tanto por conselhos que estão sendo reformulados, passando de conselhos deliberativos para conselhos consultivos, como também pela diminuição da presença de representantes da sociedade civil nos mesmos.

Embora constituição estadual de 1989 afirme em seu Art. 223 que “O Estado e os Municípios manterão, sob orientação técnica do primeiro, cadastro atualizado do patrimônio histórico e do acervo cultural, público e privado” a organização deste cadastro ainda não foi atendida pelo estado do Rio Grande do Sul, pois os bens patrimonializados nas cidades do estado ainda não foram organizados e disponibilizados pelo estado. Esta situação dificulta o reconhecimento dos cenários regionais, bem como o atendimento das necessidades naturais de manutenção e intervenção que visam a preservação deste numeroso conjunto. Este fator também cria dificuldades referentes a responsabilidade compartilhada sobre o patrimônio cultural edificado existente entre a sociedade e os entes públicos.

José Daniel Craidy Simões  
[Cons.jose.craidy@caurs.gov.br](mailto:Cons.jose.craidy@caurs.gov.br)  
51 992191944  
CAURS

## O PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTA CATARINA EM 2024

Este relatório busca, de maneira sucinta apresentar, dentro do panorama nacional, as questões relativas ao Patrimônio Cultural de Santa Catarina, sua identificação, característica e valor atribuído em contraponto com a expansão das suas cidades. De maneira geral, esse é um fato recorrente, não somente em SC, mas aqui, essa dinâmica pode servir de exemplo a seguir ou não, pelos demais estados brasileiros.

A “Santa e Bela Catarina”, como é chamada por muitos, foi colonizada por europeus, primeiramente, italianos, alemães, poloneses, portugueses e afro-descendentes, com o extermínio, quase total, dos povos indígenas, que aqui residiam, prosperou na ocupação desse território com seus modos de fazer e viver, adaptando-se às condições climáticas e desenvolvendo sua agricultura.

O Patrimônio Cultural Catarinense encontra-se impresso nas manifestações culturais religiosas, nos Patrimônios Arquitetônicos construídos pelas diferentes colônias europeias, que formaram suas cidades, bairros e regiões peculiares, nas paisagens rurais ainda preservadas, na culinária e nos poucos registros dos primeiros residentes e resistentes povos indígenas guaranis e xoklengs.

Não obstante a existência desses Patrimônios Catarinenses identificados, há muitos outros por identificar, sobretudo na região oeste do estado, onde há menor concentração da população e portanto, menor a informação e o interesse social de salvaguarda. Nas demais regiões do estado, talvez pela proximidade com o litoral, onde há maior fluxo de visitantes e maior concentração das Universidades, os exemplares dos Patrimônios Culturais encontram-se inventariados e acatados ou em processo de tombamento Municipais e/ou estaduais.

Na Câmara Temática Cidades Patrimônio de Todos, da gestão 2018/2020, do CAU/SC, foi identificada, como a principal problemática do Patrimônio Cultural do estado, a falta de conhecimento técnico adequado às ações e obras, de salvaguarda e de restauro de Ambientes Culturais, desde a identificação até às condutas técnicas de Conservação e Restauração. Essa foi a premissa que norteou a criação dos Cadernos da Cidade: um compêndio de informações reunidas, direcionadas aos cidadãos, estudantes, profissionais, gestores das cidades e ao Ministério Público. Disponibilizado em meio físico e virtual, buscou solucionar o déficit do conhecimento e informações técnicas em torno do Patrimônio Cultural Catarinense.

Atualmente a problemática já evoluiu para outro patamar, ou seja, o que vem afetando o Patrimônios Culturais Catarinenses, vêm sendo as elaborações e revisões dos Planos Diretores, que atingem diretamente as Áreas de Proteção Permanentes-APPs e Áreas de Proteção Cultural-APCs. Isso devido a pressão que exercem os empreendedores do mercado imobiliário e da construção civil, sobre os gestores públicos que planejam as cidades, principalmente na região central e no litoral catarinense, sob a égide da implementação do turismo.

Num panorama geral estamos testemunhando as APPs sendo fragmentadas e as APCs sendo descaracterizadas, em detrimento do avanço das obras de infraestruturas e dos empreendimentos imobiliários. Isso comprova a fragilidade dos gestores públicos que sucumbem aos interesses da classe empresarial, muitas vezes ignorando as determinações do “Estatuto das Cidades”, não garantindo os interesses da coletividade e levando o município a um patamar de insegurança jurídica.

Cabe salientar ainda que os eventos das mudanças climáticas, não estão sendo considerados nos mesmos Planos Diretores, sendo esse o motivo que levou o Ministério Público de Santa Catarina-MPSC, a lançar o documento da “Carta das Cidades de Santa Catarina”, alertando seus Gestores Municipais, para que considerem o tema, como diretriz prioritária, no planejamento de suas cidades.

Para concluir esse relato geral da situação atual do Patrimônio Cultural de Santa Catarina, vale dizer que a parceria estabelecida entre o CAU/BR e o IPHAN, lançou sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro, um novo olhar, dentro de uma perspectiva social e inclusiva, na recuperação de Ambientes Culturais, possibilitando e facilitando a Criação da Assistência Técnica em Patrimônio Cultural. E essa proposta encontrará terreno fértil, para seu cultivo aqui em Santa Catarina.

Suzana de Souza - CAU/SC  
Conselheira Titular

Florianópolis, 10 de abril de 2024.



PROCESSO	00146.000431/2024-05
INTERESSADO	CPUA-CAU/BR
ASSUNTO	Apoio ao corpo técnico de arquitetos e urbanistas do IPHAN em defesa de conjunto tombado na cidade de Recife

## PROPOSTA Nº 001/2024 – CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR

A CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO (CTP-CAU/BR), reunida ordinariamente, de forma virtual, no dia 10 de abril de 2024, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR nº 0137-04/2023, que institui a Câmara Temática de Patrimônio no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR);

Considerando a Deliberação nº 001/2024 da CPUA-CAU/BR, que homologa nomes para composição da Câmara Temática de Patrimônio – 2024;

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR nº 0145-003/2024, que recompõe a Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR;

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR nº 0146-005/2024, que inclui membros junto a Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR e designa a Coordenadora e o Coordenador-Adjunto;

Considerando o Objetivo Geral de “Estimular a salvaguarda, a preservação e o fomento da produção da Arquitetura e Urbanismo do Patrimônio Cultural, material e imaterial, como parte da Política de Estado” e os objetivos específicos estabelecidos no anexo da Deliberação Plenária DPOBR Nº 0137-04/2023;

Considerando que o patrimônio arquitetônico é uma expressão da cultura, da memória e da identidade de um povo, parte integrante do ambiente construído e da paisagem urbana que deve ser preservado, valorizado e transmitido às futuras gerações;

Considerando o Parecer Técnico nº 191/2023/COTEC e o Parecer Técnico nº 13/2024/COTEC/IPHAN-PE, que trouxeram, com os devidos critérios e justificativas, todos os elementos técnicos necessários que embasaram a não aprovação de intervenções no Marco Zero de Recife.

**PROPÕE:**

1 – Aprovar o apoio da Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR à Carta de apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU/PE) ao corpo técnico de arquitetos e urbanistas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em defesa do conjunto tombado na cidade de Recife, conforme documento anexo; e

2 – Tramitar esta proposta à CPUA-CAU/BR para aprovação e encaminhamento à Plenária, a fim de oficializar o apoio do CAU/BR.

Com **21 votos favoráveis** dos membros Graciete Guerra da Costa, Ricardo Soares Mascarello, Ian Soares de Oliveira Gomes, Edith Maria Nogueira de Araújo, Dinah Reiko Tutyia, Ernesto Regino Xavier de Carvalho, Gerson Amaral, Talita Alves Moraes e Rabelo, Aracelly Moreira Magalhães, Claudio Forte Maiolino, Mariana Vaz de Souza, Cíntia Camila Liberalino Viegas, Antonio Lopes Balau Filho, Nayhandra Cristhine Vieira Magalhães, José Daniel Craidy Simões, Suzana

de Souza, Viviane Oliveira de Jesus, Bruna Coelho Alves Meneses, João Eduardo Martins Dantas, Flávio de Lemos Carsalade, Inês Martina Lersch; **00 votos contrários; 00 abstenções e 10 ausências** dos membros Marcos Paulo Cereto, Genildo Coelho Hautequestt Filho, Renata Lima Barros, Grete Soares Pflueger, Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar, Rafael Leandro Rodrigues dos Santos, Ana Cristina Lopes Braga, Gabriella Donato de Oliveira Lima, Sérgio Marcelino da Motta Lopes e Maíra de Camargo Barros.

Brasília-DF, 10 de abril de 2024



Documento assinado eletronicamente por **GRACIETE GUERRA DA COSTA**, **Coordenador(a)**, em 30/04/2024, às 13:20, conforme Decreto N° 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço [caubr.gov.br/seicau](http://caubr.gov.br/seicau), utilizando o código CRC **13A29C6A** e informando o identificador **0204651**.

Setor de Edifícios Públicos Sul (SEPS), Quadra 702/902, Conjunto B, 2º Andar Edifício General Alencastro | CEP 70.390-025 - Brasília/DF

00146.000431/2024-05

0204651v18

**SÚMULA 1ª - CAUBR/SGM/CTP**

Em 22 de setembro de 2023.

**SÚMULA DA 01ª REUNIÃO TÉCNICA: CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR**

DATA	10 de agosto de 2023	HORÁRIO	09h às 13h
LOCAL	Híbrida. Sede do CAU/SP – Rua Quinze de Novembro, 194 – Centro Histórico MS TEAMS		

PARTICIPANTES	Ricardo Soares Mascarello Membro da CUPA-CAU/BR	Coordenador Participação presencial
	Vanessa Gayego Bello Figueiredo Membro do CAU/SP	Coordenadora Adjunta Participação presencial
	Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar Membro do CAU/MS	Membro Participação virtual
	Ana Cristina Braga Membro do CAU/PA	Membro Participação presencial
	Sérgio Marcelino da Motta Lopes Membro do CAU/PE	Membro Participação presencial
	Jeferson Dantas Navolar Membro do CAU/PR	Membro Participação presencial
	Noemia Lucia Barradas Fernandes Membro do CAU/RJ	Membro Participação presencial
	José Daniel Craidy Simões Membro do CAU/RS	Membro Participação presencial
	Anne Elise Rosa Soto Membro do CAU/SC	Membro Participação virtual
	Viviane Oliveira de Jesus Membro do CAU/SE	Membro Participação virtual
	Inês Martina Lersch Representante do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro	Membro Participação virtual
	Ana Cristina Lima Barreiros da Silva Membro da CPP-CAU/BR	Membro Participação presencial
	Márcio Coelho de Carvalho Especialista indicado pelo CAU/BR	Membro Participação presencial
	Maria Elisa Baptista Representante do CEAU-CAU/BR	Membro Participação virtual

Nadia Somekh  
Presidente do CAU/BR

Presencial

Jose Marcelo Guedes  
Membro da CPC-CAU/SP

Presencial

CONVIDADOS	Maria Alice Gaiotto Membro da CPC-CAU/SP	Virtual
	Maira de Camargo Barros Membro da CPC-CAU/SP	Presencial
	Raquel Furtado Schenkman Contier Membro da CPC-CAU/SP	Virtual
	Tatiana de Souza Gaspar Membro da CPC-CAU/SP	Virtual
	Lais Silva Amorim Membro da CPC-CAU/SP	Virtual
	Monica Frandi Ferreira Membro do Conselho Nacional de Arquivos	Virtual
	Márcia Elizabeth Martins Membro da CPC-CAU/RS	Presencial
	Felipe Garofalo Cavalcanti Gerente Financeiro do CAU/SP	Presencial
ASSESSORIA	Sergio Amadeus Leon Lopes Assistente Administrativo do CAU/SP	Presencial

### Comunicações

<b>Responsável</b>	Nadia Somekh
<b>Comunicado</b>	<p>A presidente do CAU/BR abriu a reunião tratando da importância da Câmara Temática, destacando como a memória pode ter um papel essencial na reconstrução do país. Ressaltou a importância de formar arquitetos em temas do patrimônio e a necessidade de sensibilização e mobilização em torno do assunto, observando também a relevância da Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS) nessa questão.</p> <p>Comunicou que foi formalizada a unificação da doação do acervo Miguel Pereira ao CAU/SP, o qual esteve em Brasília desde 2015. Ainda informou que obteve sinalização da diretora do Arquivo Nacional de um apoio de longo prazo aos projetos do CAU.</p> <p>Em relação à Câmara Temática, sublinhou que a ideia, de momento, deve ser a elaboração de um plano de trabalho, mesmo que sua continuidade venha a ser pensada apenas pela próxima gestão.</p>

<b>Responsável</b>	Ricardo Soares Mascarello
	<p>O conselheiro comentou sobre a composição da Câmara Temática (um membro da CPUA-CAU/BR, um membro da CPP-CAU/BR, um especialista indicado pelo CAU/BR, um representante do CEAU-CAU/BR, um representante do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro e um representante de cada CAU/UF), informando que nem todos os estados enviaram indicação de representante e que aos novos indicados será necessária a aprovação, em reunião, para formalização do ingresso.</p> <p>A seguir, cada um dos presentes (membros e convidados) teve a oportunidade de realizar uma breve apresentação pessoal e expor as experiências e expectativas em relação à Câmara Técnica. A destacar as seguintes comunicações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Felipe Garofalo Cavalcanti, gerente financeiro do CAU/SP, sintetizou os trabalhos efetuados até o momento pela Comissão Temporária do Centro de Memória e Acervo do CAU/SP (CTCMA-CAU/SP) para a instituição tornar-se um importante agente no direito à memória, relatou que já está em andamento o processo de contratação de especialista para inventariar o acervo Miguel Pereira e comunicou que, em razão da mudança de suas funções, não poderia permanecer na assessoria da Câmara Temática, passando o posto ao assistente administrativo Sergio</li> </ul>

Amadeus Leon Lopes, também do CAU/SP.

- Jeferson Dantas Navolar externou a opinião de que câmaras técnicas são um caminho rápido para buscar o convencimento da sociedade, do ensino e das autoridades, conforme experiência do CAU/PR que levou à decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que reconhece a realização de obras de Restauo em Patrimônio Histórico como atribuição privativa de arquitetos e urbanistas.

- Ana Cristina Lima Barreiros da Silva – Ressaltou a importância de vincular ao orçamento dos CAUs projetos voltados ao patrimônio cultural, seja em valorização profissional, assistência técnica, aprimoramento da formação ou acervo e memória, nos moldes de ATHIS. Ela lembrou que foi a CPP-CAU/BR que elaborou a minuta dos 2% obrigatórios em ATHIS e que o ideal seria sair da CPP-CAU/BR essa nova minuta sobre vinculação orçamentária ao patrimônio. Falou sobre o CAU/RO, no qual, apesar dos problemas do patrimônio em Rondônia (insensibilidade da sociedade civil e inclusive dos alunos de arquitetura), houve estímulo a projeto de lei criado a partir de sua tese de doutoramento, com alternativa ao projeto de memória do IPHAN no estado.

## Comunicado

- Vanessa Gayego Bello Figueiredo destacou que a Câmara Temática deve ter como objetivo gestar uma proposta, à Plenária do CAU/BR no final do ano, que possa orientar o planejamento orçamentário de 2024 para investir em ações de valorização do exercício profissional na área de patrimônio cultural. Reforçou a função social do arquiteto, também no campo do patrimônio e voltada à baixa renda, citando como o exemplo de fixar 2% do orçamento nos moldes do que foi feito pela CPP-CAU/BR em ATHIS mostra em que medida a garantia de um recurso definido pode ajudar a mobilizar uma questão, além de considerar que a existência de uma estrutura como a Câmara Temática no CAU/BR pode vir a fortalecer a questão do patrimônio nos CAUs/UF. Citou a iniciativa do CAU/SP no PAT Cultural, edital que busca fomentar a assistência técnica em patrimônio para a baixa renda, para além do uso de HIS, envolvendo também usos culturais, comerciais/serviços e institucionais em patrimônios industriais, ferroviários, modernos, em técnicas tradicionais, em patrimônios decoloniais e insurgentes (aqueles ligados aos povos originários e tradicionais, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, imigrantes, do trabalho etc).

Muitos membros ainda citaram iniciativas que têm impulsionado a consciência da preservação em seus respectivos estados, contribuindo com os objetivos da Câmara Temática.

- Ana Cristina Braga – Projeto de história oral sobre a formação no Pará, curso de graduação de preservação e reparo na UFPA e formação de um centro de memória a partir da doação de projetos arquitetônicos e urbanísticos à UFPA.

- José Daniel Craidy Simões – Foco acadêmico na interface entre o cultural e o econômico no bem de patrimônio, desdobrado em ações de sensibilização no estado, nas próprias comunidades. Centro de Memória do CAU/RS e iniciativas de concursos e eventos no estado;

- Inês Martina Lersch – Durante a transição do governo federal, entrega de documento do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro com políticas possíveis de serem implementadas. Análise de que o momento político pede que o CAU atue de forma propositiva e não apenas reativa.

- Noemia Lucia Barradas Fernandes – Projeto de história oral de gravar as experiências profissionais dos arquitetos do RJ, sobretudo os do interior. Projeto importante também por questões de políticas públicas.

- Monica Frandi Ferreira (convidada) – Projetos do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro com intuítos que abarcam inclusividade e diversidade que são levados às comunidades mediante a difusão em escolas públicas.

## ORDEM DO DIA

<b>1</b>	<b>RESOLUÇÃO Nº 225, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022</b>
<b>Fonte</b>	CPUA-CAU/BR
<b>Relator</b>	Ricardo Soares Mascarello
<b>Encaminhamento</b>	O conselheiro Ricardo Soares Mascarello sugeriu que a leitura da resolução, que altera o Regimento Geral do CAU, e dispõe sobre a formação e a função de câmaras temáticas, fosse feita posteriormente, em particular pelos membros, por causa do tempo exíguo da reunião.
<b>2</b>	<b>Minuta da proposta que consolida a Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR</b>
<b>Fonte</b>	CPUA-CAU/BR
<b>Relator</b>	Ricardo Soares Mascarello
<b>Encaminhamento</b>	Também em razão da pouca disponibilidade de tempo, ficou sugerido que os membros fizessem esta leitura individualmente.
<b>3</b>	<b>Construção e organização do plano de trabalho</b>
<b>Fonte</b>	CPUA-CAU/BR
<b>Relator</b>	Ricardo Soares Mascarello
	Ana Cristina Lima Barreiros da Silva se disponibilizou a adiantar uma minuta que trate da reserva de uma dotação orçamentária voltada ao Patrimônio, inspirada na existente em relação às questões de ATHIS e ficou responsável por levar essa demanda da Câmara Temática, já aprovada nas recomendações de Ouro Preto pelo Plenário do CAU/BR, à CPP – Comissão de Política Profissional do CAU/BR. Vanessa Gayego Bello Figueiredo destacou a importância da questão da vinculação orçamentária e enfatizou o pouco tempo disponível para a atuação da Câmara Temática (até dezembro de 2023), o que tornava prioridade a formação de grupos para agilizar os trabalhos. Jeferson Dantas Navolar expressou a opinião de que, além da divisão dos grupos, o mais importante no momento seria a mobilização política, pois alguns movimentos da sociedade e do governo estariam inclusive mais adiantados, tanto no escopo como no andamento, do que as pautas apresentadas pelo CAU, o que ensejaria o engajamento para ocupação do espaço da sociedade civil para ajudar e/ou pressionar o Estado.  Após o diálogo, foram definidos os grupos abaixo em 5 (cinco) eixos de trabalho. GT - GRUPOS DE TRABALHO:  <b>A) Assistência técnica em patrimônio cultural</b> Vanessa Gayego Bello Figueiredo - coordenação Sérgio Marcelino da Motta Lopes Ricardo Soares Mascarello Márcio Coelho de Carvalho  <b>B) Acervos e centros de documentação e memória</b> José Daniel Craidy Simões - coordenação Ana Cristina Lima Barreiros da Silva Ana Cristina Braga Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar Leonardo Barci Castriota (entrou posteriormente)  <b>C) Formação continuada [para os arquitetos]</b> Noemia Lucia Barradas Fernandes - coordenação

Vanessa Gayego Bello Figueiredo  
Anne Elise Rosa Soto

**D) Educação patrimonial [para a sociedade]**

Ana Cristina Lima Barreiros da Silva - coordenação  
Ana Cristina Braga  
Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar  
Viviane Oliveira de Jesus  
Leonardo Barci Castriota (entrou posteriormente)

**E) Articulação política**

Jeferson Dantas Navolar - coordenação  
Ricardo Soares Mascarello  
José Daniel Craidy Simões  
Inês Martina Lersch

Foi destacada repetidamente a importância de que não haja sobreposição entre os grupos para o bom andamento da Câmara Temática. O plano é de que os grupos levantem objetivos e diretrizes para os CAU/UF, sobretudo para pautar o CAU/BR na orientação dos futuros investimentos obrigatórios em patrimônio cultural. Nesse sentido, os objetivos e diretrizes ligados aos 5 eixos de trabalho priorizados não precisam ser documentos exaustivos e podem ser elaborados em tópicos. O objeto é construir um espaço de troca e orientação para que as experiências não dependam de um CAU específico ou de gestões específicas. Possíveis lacunas e sobreposições entre os grupos podem ser acertadas nas próximas reuniões.

Alguns membros sugeriram temas a serem considerados pelos grupos de trabalho. Sérgio Marcelino da Motta Lopes lembrou a questão do patrimônio modesto e não consagrado, que está normalmente à margem dos processos formais no IPHAN. Inês Martina Lersch recomendou que seja pensado como o CAU pode aumentar a contribuição com a formação e a pesquisa acadêmica. Diversos membros sugeriram, também frente à gama de experiências relatadas, a necessidade de mapear as ações e as diversas frentes de cada CAU/UF para posicionar e articular as políticas de patrimônio cultural. Nesse tópico, Ricardo Soares Mascarello sugeriu que os representantes façam uma apresentação do que está sendo desenvolvido em seu CAU/UF, e que as unidades que não indicaram representante possam receber uma comunicação para responder essa questão.

Após a discussão dos grupos de trabalho, foi realizada a escolha da coordenação e da coordenação adjunta da Câmara Temática. Em virtude da vinculação à CPOA-CAU/BR, o coordenador (pela resolução) precisa pertencer à comissão, também para posicionar-se na Plenária do CAU/BR, de modo que Ricardo Soares Mascarello foi escolhido coordenador para fazer o diálogo com o CAU/BR.

Como a assessoria é do CAU/SP e o evento inaugural ocorreu na sede do CAU/SP, o coordenador indicou para a coordenação adjunta Vanessa Gayego Bello Figueiredo, que foi aprovada por unanimidade dos presentes.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO SOARES MASCARELLO**,  
**Coordenador(a)**, em 07/11/2023, às 19:40, conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que  
regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço  
[caubr.gov.br/seicaub](http://caubr.gov.br/seicaub), utilizando o código CRC **2BD1FF7A** e informando o identificador **0083462**.



**SÚMULA 2ª - CAUBR/SGM/CTP**

Em 02 de outubro de 2023.

**SÚMULA DA 02ª REUNIÃO DA CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR**

<b>DATA</b>	18 de setembro de 2023	<b>HORÁRIO</b>	09h às 13h
<b>LOCAL</b>	Reunião virtual MS TEAMS		

<b>PARTICIPANTES</b>	Ricardo Soares Mascarello	Coordenador Membro da CPUA-CAU/BR
	Vanessa Gayego Bello Figueiredo	Coordenadora Adjunta Membro do CAU/SP
	Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar	Membro do CAU/MS
	Leonardo Barci Castriota	Membro do CAU/MG
	Sérgio Marcelino da Motta Lopes	Membro do CAU/PE
	Jeferson Dantas Navolar	Membro do CAU/PR
	Noemia Lucia Barradas Fernandes	Membro do CAU/RJ
	José Daniel Craidy Simões	Membro do CAU/RS
	Anne Elise Rosa Soto	Membro do CAU/SC
	Viviane Oliveira de Jesus	Membro do CAU/SE
	Fabiano Melo	Membro da CAU/PB
	Márcio Coelho de Carvalho	Especialista indicado pelo CAU/BR
Inês Martina Lersch	Representante do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro	
<b>ASSESSORIA</b>	Sergio Amadeus Leon Lopes	Assessor Técnico

**ORDEM DO DIA**

<b>1</b>	<b>Prorrogação da vigência da Câmara Temática de Patrimônio</b>
<b>Fonte</b>	CPUA-CAU/BR

<b>Relator</b>	Ricardo Soares Mascarello
<b>Encaminhamento</b>	O coordenador apresentou a sugestão de requisitar uma prorrogação de seis meses para a vigência da Câmara, a fim de contemplar o volume e a relevância do trabalho pretendido. Com a aprovação dos presentes, definiu-se que a solicitação formasse proposta de colegiado a ser encaminhada à CPUA/BR, para a reunião do dia 4 de outubro, e ao Plenário do CAU/BR, para a reunião dos dias 19 e 20 de outubro.

<b>2</b>	<b>Recomendações dos grupos de trabalho para orientar os futuros investimentos em patrimônio cultural pelo CAU/BR e pelos CAUs/UF</b>
<b>Fonte</b>	CPUA-CAU/BR

<b>Relator</b>	Ricardo Soares Mascarello
----------------	---------------------------

Os grupos de trabalho estabelecidos no encontro anterior trouxeram as suas propostas com os objetivos e as diretrizes concernentes aos cinco eixos prioritários definidos previamente. As propostas foram debatidas e ratificadas pelos presentes, que sistematizaram um documento de recomendações ao CAU/BR e aos CAUs/UF, visando orientar os futuros investimentos obrigatórios em patrimônio cultural. Decidiu-se que as recomendações (estruturadas conforme abaixo) também fossem incluídas na proposta de colegiado a ser encaminhada à CPUA/BR e ao Plenário do CAU/BR.

Recomendações dos GTs para orientar os futuros investimentos em patrimônio cultural pelo CAU/BR e CAUs/UF:

· ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM PATRIMÔNIO CULTURAL

Objetivos:

1. Promover a produção de conhecimento que oriente o exercício profissional e o seu aperfeiçoamento na área do patrimônio cultural;
2. Ampliar a valorização profissional por meio de fomentos do CAU para um conjunto diversificado de projetos de assistência técnica, com ênfase nas dimensões cultural, social e ambiental de Arquitetura e Urbanismo;
3. Fazer o trabalho do arquiteto e urbanista chegar à sociedade, especialmente às populações de baixa renda, diminuindo o estigma elitista da profissão;
4. Ampliar o conceito de direito à assistência técnica pública e gratuita para além de HIS – Habitação de Interesse Social, abrangendo outros usos e outras importantes áreas de interesse público e social e do exercício profissional no campo de arquitetura e urbanismo;
5. Ampliar o reconhecimento social da profissão, a visibilidade institucional e fortalecer a imagem do CAU na sociedade;
6. Sensibilizar, informar, educar e difundir conhecimentos e/ou troca de experiências com vista ao desenvolvimento e fortalecimento da Arquitetura e do Urbanismo e da preservação do patrimônio cultural.

Diretrizes:

DOS OBJETOS – A assistência técnica à preservação do patrimônio cultural poderá abranger:

- I. Todos os trabalhos de estudo urbanístico, paisagístico e arquitetônico, pesquisa, inventário, diagnóstico, planos e projetos em diversas escalas;
- II. Trabalhos de conservação, restauração, zeladoria, atualização tecnológica, adequação às normas vigentes, especialmente as de acessibilidade universal, eventuais ampliações e novas edificações necessárias ao uso compatível;
- III. Formação e atualização profissional nas áreas de preservação e conservação do patrimônio cultural, visando especialmente a assistência técnica e a inclusão

social, cultural e econômica, sobretudo voltada à economia criativa, ao turismo cultural e ao ecoturismo;

IV. Busca de inovação tecnológica na conservação e restauro, na formulação de metodologias de diagnóstico, prognóstico e projeto, assim como de métodos de caráter inclusivo que ampliem o processo participativo na elaboração e implementação de planos, projetos e atividades;

V. Formação da comunidade usuária para preservação, conservação e manutenção do patrimônio cultural;

VI. Diversidade de usos, tais como usos culturais, rurais, urbanos, habitação social, habitação, infraestruturas urbanas, mobilidade, saúde, educação, esportes, espaços livres, institucionais, religiosos, industriais, comerciais, de serviços e usos mistos;

VII. Diversidade tipológica ou de linguagens da arquitetura, tais como patrimônio colonial, eclético, neocolonial, neogótico, industrial, ferroviário, moderno, pós-moderno;

VIII. Conhecimento, difusão e formação para a diversidade de técnicas construtivas tradicionais, vernáculas, populares, pré-fabricadas ou modulares, com ênfase na experiência de canteiro de obras, canteiro-escola e detentores do saber;

IX. Direitos humanos, inclusão social e diversidade étnica, contemplando povos originários e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, imigrantes e migrantes, assim como o patrimônio ligado ao trabalho e ao(à) trabalhador(a);

X. Apoio às municipalidades e aos conselhos municipais na preservação e promoção do patrimônio cultural.

DO PÚBLICO-ALVO – Os projetos deverão considerar a não disposição de renda suficiente dos proprietários ou responsáveis legais pelo bem cultural, e/ou usuários, beneficiários ou público-alvo, para acesso aos serviços de assistência técnica à preservação do patrimônio cultural. Entende-se por não disponibilidade de renda suficiente:

I. Proprietários ou responsáveis legais (permissionários, concessionários, locatários ou outras formas jurídicas de posse) pessoa física com renda familiar até 6 (seis) salários mínimos;

II. Pessoa jurídica (proprietários, permissionários, concessionários, locatários ou outras formas jurídicas de posse) com renda ou faturamento mensal até 30% do valor geral dos serviços pleiteados para a assistência técnica;

III. À propriedade pública de municípios com menos de XX mil habitantes (a ser definido conforme as diferentes realidades dos estados brasileiros) não será necessária qualquer declaração pública que comprove a falta de recursos, pois entende-se que estes municípios já dispõem de arrecadação insuficiente para atuação na preservação do patrimônio cultural;

IV. No caso de bens de propriedade pública de municípios acima de 100 mil habitantes, estadual ou federal, a declaração de insuficiência de recursos deste proprietário público, acompanhada da devida justificativa diante do planejamento orçamentário do setor, departamento ou secretaria responsável.

DAS ESTRATÉGIAS PARA VALORIZAR E APRIMORAR O EXERCÍCIO PROFISSIONAL:

I. Garantir que as equipes executoras dos projetos de assistência técnica sejam coordenadas por arquitetos e urbanistas;

II. Garantir que as equipes executoras dos projetos de assistência técnica tenham ao menos 1 (um) profissional arquiteto e urbanista com, no mínimo, 5 anos de experiência em patrimônio cultural (coordenadores, consultores e/ou integrantes da equipe);

III. Oferecer oportunidades de estágio remunerado para estudantes de graduação em AU e/ou bolsas de pós-graduação a arquitetos e urbanistas por meio dos projetos de assistência técnica na área de preservação do patrimônio cultural;

IV. As equipes executoras dos projetos de assistência técnica podem ser multidisciplinares.

Observações:

A partir da experiência do CAU/SP que já executou 3 editais do PAT-Cultural, reforçamos que a assistência técnica em patrimônio cultural deve ter como público-alvo a baixa renda e contemplar também usos não residenciais, para além de HIS, pois os usos de habitação social em patrimônios culturais são escassos (infelizmente) na maioria das cidades brasileiras, enquanto usos culturais, institucionais, comerciais e de serviços aparecem com maior demanda e frequência. Deve-se incentivar os usos de HIS em patrimônios, mas não restringir os investimentos do CAU apenas a essa demanda, colaborando para ampliar a atuação do CAU em diferentes demandas de interesse público e social.

#### · ACERVOS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA

Objetivos:

1. Contribuir para preservar a história da produção da arquitetura e urbanismo no Brasil;
2. Promover a elaboração de acervos de arquitetura e urbanismo nos CAUs/UF;
3. Sistematizar a interligação dos acervos dos CAUs/UF de forma coordenada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR);
4. Contribuir para a criação de uma política nacional de salvaguarda da memória da arquitetura e do urbanismo brasileiros presente nos acervos de campo.

Diretrizes:

Diretrizes gerais para a elaboração de acervos de arquitetura e urbanismo nos CAUs/UF:

- I. Integrar a Rede Nacional de Acervos e o Sistema Nacional de Acervos de Arquitetura e Urbanismo;
- II. Discutir e elaborar diretrizes para as situações de saída de acervos do país;
- III. Viabilizar a cooperação técnica entre o CAU e o Arquivo Nacional, visando a capacitação técnica;
- IV. Investir na conservação de acervos físicos, assim como na digitalização de documentos, aplicando normas técnicas nacionais e internacionais;
- V. Normatizar a gestão dos acervos do CREA, estabelecendo uma parceria entre a Câmara Temática de Patrimônio e a COA – Comissão de Organização e Administração do CAU/BR;
- VI. Estabelecer relações entre o CAU/BR, os CAUs/UF e a RELARQ – Rede Latinoamericana de Acervos de Arquitetura;
- VII. Compor equipes técnicas capacitadas em arquivologia, museologia e história para atuar nos acervos de arquitetura e urbanismo de cada CAU/UF;
- VIII. Estruturar ambientes (espaços físicos) que atendam as atividades de recepção e triagem de acervos, higienização técnica, recuperação, restauração de documentos, digitalização, guarda, disponibilização à pesquisa e exposições;
- IX. Organizar, disponibilizar e interligar os acervos dos CAUs/UF utilizando o software livre Tainacan, ferramenta capaz de catalogar, organizar, armazenar e compartilhar informações de forma adaptável às necessidades de cada CAU/UF.

Observações:

Os processos que envolvem recepção, aquisição, organização, reconhecimento, conservação, exposição e disponibilização de acervos podem servir de referência para a difusão de conhecimentos desenvolvidos em pesquisas, projetos, estudos,

levantamentos e execuções de arquitetura e urbanismo reunidos sobre estes documentos.

Os objetivos e diretrizes deste documento constituem parâmetros para a formação de centrais de acervos nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo das unidades federativas (CAUs/UF). Busca-se estabelecer uma estratégia para a organização desses espaços, oferecendo apontamentos que permitam o conhecimento e a difusão desse importante patrimônio documental da arquitetura e urbanismo brasileiros.

A partir da experiência do CAU/RS, reconhece-se no Software livre Tainacan uma importante ferramenta para organização, disponibilização e interligação de todos os acervos dos CAUs/UF. Por ser um software livre, o Tainacan não tem custos de instalação ou atualização, podendo ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído sem nenhuma restrição. O Tainacan contribui para a preservação e comunicação da produção cultural na Internet, por meio da gestão e compartilhamento de acervos. Além de catalogar, organizar, armazenar e compartilhar informações, é adaptável às necessidades de cada CAU/UF, permitindo a personalização de coleções, pois oferece uma série de recursos customizáveis, como a criação de coleções, metadados, itens, filtros e outros.

## Encaminhamento

### · FORMAÇÃO CONTINUADA (PARA OS ARQUITETOS)

Objetivos:

1. Promover a formação continuada, a atualização e a especialização que orientem e aperfeiçoem o exercício profissional na área do patrimônio cultural, atendendo a uma demanda objetiva para atualização dos arquitetos e urbanistas;
2. Promover novos conhecimentos e experiências aos arquitetos e urbanistas;
3. Promover maior contribuição de arquitetos e urbanistas para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural;
4. Reforçar o exercício ético da profissão, sua importância e seu interesse público;
5. Promover e reforçar a relevância do profissional arquiteto e urbanista na esfera pública (municipal, estadual e federal), no campo da preservação do patrimônio cultural.

Diretrizes:

DOS OBJETOS – A formação continuada em patrimônio cultural poderá abranger:

- I. As diversas escalas de atuação do arquiteto e urbanista, desde a escala territorial à edificação e aos bens móveis;
- II. Patrimônios urbanos, ambientais, paisagísticos, arquitetônicos, naturais, imateriais e paisagens culturais;
- III. Pesquisa, inventário, diagnóstico, planos, projetos e obras;
- IV. Fomento de publicações, tais como manuais, guias ou cartilhas de orientação e aperfeiçoamento profissional na área de patrimônio cultural;
- V. Trabalhos de conservação, restauração, atualização tecnológica, canteiro de obras, técnicas construtivas tradicionais, adequação às normas vigentes, especialmente as de segurança das edificações e as de acessibilidade universal.

DO PÚBLICO-ALVO – O público-alvo serão arquitetos e urbanistas formados.

DAS ESTRATÉGIAS PARA IMPLEMENTAR AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA:

- I. Promover cursos de extensão, com carga horária mínima de 30h;
- II. Promover cursos de aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 120h;
- III. Promover cursos de especialização *latu sensu* ou residência em AU, com carga horária mínima de 360h;

- IV. Os cursos de aperfeiçoamento, especialização e/ou residência em AU devem desenvolver atividades teóricas, práticas, visitas técnicas e *in loco*;
- V. Garantir que as equipes executoras dos projetos de formação continuada sejam coordenadas por arquitetos e urbanistas;
- VI. As equipes executoras dos projetos de formação continuada podem ser multidisciplinares;
- VII. Viabilizar parcerias com IES públicas ou privadas, instituições públicas, fundações, OSCs ou ONGs;
- VIII. O CAU poderá empenhar recursos financeiros para viabilizar parcerias com a finalidade da formação continuada para arquitetos e urbanistas;
- IX. O CAU poderá oferecer oportunidades de bolsas de pós-graduação a arquitetos e urbanistas em parceria, em projetos de formação continuada.

Observações:

Estas ações devem ser articuladas às Comissões de Ensino e Formação do CAU/BR e de cada CAU/UF.

No Estado de São Paulo, apenas 43% dos profissionais realizaram alguma formação após concluída a graduação (CAU/BR, 2020).

#### · EDUCAÇÃO PATRIMONIAL (PARA A SOCIEDADE)

Objetivos:

1. Diminuir a distância entre a educação formal e o cotidiano das pessoas, levando em consideração as especificidades da dinâmica cultural local e as necessidades do seu público-alvo, reforçando a ideia de que o binômio cultura-educação é indissociável;
2. Ampliar o conceito de Patrimônio para além do bem material, abrangendo questões sociais, ambientais e econômicas e valorizando as diversidades locais, o sentido de pertencimento e a identidade cultural;
3. Valorizar a atuação do profissional arquiteto e urbanista na preservação patrimonial, aproximando suas ações das demandas da sociedade em todos os níveis;
4. Ampliar o conhecimento sobre os patrimônios culturais (arquitetônico, urbanístico, paisagístico) para a sociedade;
5. Fortalecer os vínculos das comunidades com seu patrimônio cultural, incentivando a participação social em todas as etapas da preservação dos bens;
6. Fomentar a articulação entre educação patrimonial e projetos de intervenções em suas diversas escalas;
7. Assegurar que as ações de educação patrimonial com foco na sociedade permitam a valorização e a consequente preservação do patrimônio e a aproximação da sociedade com os profissionais arquitetos e urbanistas, diminuindo o estigma elitista da profissão.

Diretrizes:

DO PÚBLICO-ALVO – O público-alvo será a sociedade em geral, em especial crianças e jovens.

DAS ESTRATÉGIAS EM AÇÕES EDUCACIONAIS:

- I. Realização de cursos, oficinas, palestras e seminários sobre temas relacionados ao patrimônio arquitetônico, abordando aspectos históricos, estéticos, técnicos, legais e sociais;
- II. Promoção de visitas guiadas, exposições, publicações e materiais audiovisuais que divulguem e valorizem o patrimônio arquitetônico existente no território

nacional, regional e local;

III. Estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas que atuam na área do patrimônio cultural, como o IPHAN, as universidades, os museus e as organizações da sociedade civil;

IV. Apoio e incentivo a projetos e iniciativas de educação patrimonial que envolvam a participação da comunidade na identificação, no reconhecimento e na apropriação do patrimônio arquitetônico;

V. Criação e manutenção de um canal de comunicação e informação sobre o patrimônio arquitetônico no site e nas redes sociais do Conselho de Arquitetura, disponibilizando conteúdos educativos, notícias, eventos e oportunidades na área;

VI. Fomentar a Educação Patrimonial por meio do CAU Educa, destacando o tema do Patrimônio Cultural no programa já existente no CAU e tê-lo como referência para elaboração de ações e publicações voltadas à Educação Patrimonial.

**DAS ESTRATÉGIAS PARA VALORIZAR E APRIMORAR O EXERCÍCIO PROFISSIONAL:**

I. Garantir que as equipes executoras dos projetos de educação patrimonial sejam coordenadas por arquitetos e urbanistas;

II. Garantir que as equipes executoras dos projetos de educação patrimonial tenham ao menos 1 (um) profissional arquiteto e urbanista com, no mínimo, 5 anos de experiência em patrimônio cultural (coordenadores, consultores e/ou integrantes da equipe);

III. Oferecer oportunidades de estágio remunerado para estudantes de graduação em AU e/ou bolsas de pós-graduação a arquitetos e urbanistas por meio dos projetos de educação patrimonial a serem propostos na área de preservação do patrimônio cultural;

IV. Formar equipes multidisciplinares na execução dos projetos de educação patrimonial.

Observações:

Entende-se Cultura como:

*“[...] processo global em que não se separam as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem, em que não se deve privilegiar o produto – habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra – em detrimento das condições históricas, socioeconômicas, étnicas e ecológicas em que tal produto se encontra inserido”. (BRANDÃO, 1996, p.47).*

#### · ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Objetivos:

1. Aproximar o CAU/BR e os CAUs/UF de instituições públicas do executivo, legislativo e judiciário em todo o Brasil;

2. Promover ações, projetos, planos e instrumentos de gestão e financiamento articulados às políticas públicas na área de patrimônio cultural de forma articulada com instituições públicas do executivo, legislativo e judiciário em todo o Brasil;

3. Viabilizar instrumentos legais articulados às instituições públicas do executivo, legislativo e judiciário em todo o Brasil visando orientar o exercício profissional e a fiscalização na área do patrimônio cultural.

Diretrizes:

DO PÚBLICO-ALVO – O público-alvo serão as instituições públicas do executivo, legislativo e judiciário nas diferentes esferas governamentais.

DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS – As ações prioritárias são:

I. Formalização, por parte do CAU/BR, da decisão judicial, transitada e julgada em

última instância, que define como atribuição privativa dos AUs a atividade sobre o patrimônio edificado (origem no CAU/PR);

II. Ação junto ao Ministério das Cidades para apoio e efetivação da financeirização da proposta aprovada no novo programa 'Minha Casa, Minha Vida' que prevê incentivo às ações nos Centros Históricos;

III. Ação junto ao Ministério da Fazenda de apoio e efetivação da proposta de isenção tributária para ações e atividades junto aos Centros Históricos;

IV. Regulamentação do artigo 24 da Lei Federal 12.378/2012;

V. Regulamentação, por parte da COA/BR, sobre o recebimento e tratamento dos acervos de AU e documentos recebidos pelos CAUs oriundos dos CREAs;

VI. Articulação junto ao Ministério da Cultura, IPHAN e Comissão de Cultura do Congresso Nacional;

VII. Articulações do CAU junto ao Ministério Público;

VIII. Mobilização junto aos CAUs/UF para que atuem em conjunto com os órgãos de preservação estaduais e municipais, especialmente quanto à ampliação de representação do CAU nesses colegiados.

Observações:

Estas ações devem ser articuladas às Comissões de Relações Institucionais do CAU/BR e de cada CAU/UF.

**SÚMULA - 3ª - CAUBR/SGM/CTP**

Em 12 de janeiro de 2024.

**SÚMULA DA 03ª REUNIÃO DA CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR**

<b>DATA</b>	27/10/2023	<b>HORÁRIO</b>	09h00 às 13h00
<b>LOCAL</b>	MS Teams		

<b>PARTICIPANTES</b>	Ricardo Soares Mascarello	Coordenador Membro da CUPA-CAU/BR
	Vanessa Gayego Bello Figueiredo	Coordenadora Adjunta Membro do CAU/SP
	Ana Cristina Lima Barreiros da Silva	Membro da CPP-CAU/BR
	Ana Cristina Braga	Membro do CAU/PA
	Anne Elise Rosa Soto	Membro do CAU/SC
	Inês Martina Lersch	Representante do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro
	Jeferson Dantas Navolar	Membro do CAU/PR
	José Daniel Craidy Simões	Membro do CAU/RS
	Leonardo Barci Castriota	Membro do CAU/MG
	Márcio Coelho de Carvalho	Especialista indicado pelo CAU/BR
	Ricardo Silveira Castor	Membro do CAU/MT
	Sérgio Marcelino da Motta Lopes	Membro do CAU/PE
	Jeferson Dantas Navolar	Membro do CAU/PR
	Viviane Oliveira de Jesus	Membro do CAU/SE

<b>ASSESSORIA</b>	André Ferreira de Magalhães
-------------------	-----------------------------

<b>Comunicações</b>	
<b>Responsável</b>	Ricardo Soares Mascarello
<b>Comunicados</b>	<p><b>PRORROGAÇÃO DA CTPC</b></p> <p>Informou que foi aprovada na Reunião Plenária de Setembro do CAU/BR, a prorrogação da CTPC por mais 6 meses.</p> <p><b>RECURSOS DESTINADOS A PATRIMÔNIO CULTURAL</b></p> <p>Foi aprovado no Plenário do CAU/BR que os recursos disponíveis para Patrimônio Cultural serão de 3% dentro das Diretrizes Orçamentárias.</p> <p><b>ACERVOS</b></p> <p>A CUPA-CAU/BR aprovou o ACT com o Arquivo Nacional para questão de capacitações e encaminhamentos com relação aos acervos</p>

## ORDEM DO DIA

<b>1</b>	<b>Apresentação da Sistematização das ações desenvolvidas pelos CAU/UF</b>
<b>Fonte</b>	
<b>Relator</b>	Ricardo Soares Mascarello
	<p>O coordenador da CTPC solicitou que os membros apresentem as ações voltadas ao Patrimônio Cultural que os CAU/UF desempenharam até então.</p> <p><b>Ações do CAU/SP</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- 13 projetos financiados por meio do PAT Cultural. Investimento de R\$975.000,00;</li><li>- Edital ATHIS e Patrimônio Cultural, com valor de R\$100.000,00;</li><li>- Editais de Fomento Difusão, Acervo e Memória com 8 projetos financiados. Investimento de R\$574.758,70;</li><li>- Criação da Comissão Temporária Centro Documentação, Acervo e Memória;</li><li>- Realização de 3 eventos anuais de Arquitetura, Urbanismo e Patrimônio Cultural.</li><li>- Editais de Boas Práticas TCC/TFG;</li><li>- Manual de Orientação às Políticas Municipais de Patrimônio Cultural, com valor de R\$18.000,00;</li><li>- Manual de Orientação ao Projeto de Restauro e Conservação, no valor de R\$27.000,00;</li><li>- Realização de 24 palestras de orientação profissional e Institucional em 12 cidades do estado;</li><li>- Acordo de Cooperação com o IPHAN para concessão de bolsas de estudo em Residência em AU, com investimento previsto de R\$750.000,00 para 2024;</li><li>- Campanha Patrimônio Vivo, com recebimento de fotografias;</li><li>- Edital CAU Educa com 1 projeto voltado ao Patrimônio, com investimento de R\$50.000,00;</li><li>- Eventos e Ações de Ocupação da Sede no Centro Histórico de SP;</li><li>- Participação nas Jornadas do Patrimônio do DPH-SP;</li><li>- Aquisição de novas sedes no interior em imóveis tombados ou de interesse cultural;</li><li>- Ampliação de cadeiras em Conselhos Municipais de Patrimônio de 1 para 11;</li><li>- Apoio a 12 solicitações de tombamento e ações de preservação em 6 cidades;</li><li>- Participação ativa na CTPC;</li><li>- Editais de Boas Práticas Profissionais – Construindo o presente;</li><li>- Concurso da Sede – Projetos de Restauro e Adaptações, com investimento aproximado de R\$1.000.000,00.</li></ul> <p><b>Ações do CAU/PA</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Projeto “Arquitetos do Pará” com produção de Mini documentários com AU que contribuíram com a formação e desenvolvimento da Arquitetura no Pará, com investimento de R\$14.000,00 cada vídeo;</li><li>- Capacitação em BIM, com investimento de R\$8.400,00;</li><li>- Fórum de Patrimônio Moderno em Belém com ciclo de palestras e elaboração de documento sobre a importância da preservação e conservação do Patrimônio moderno</li></ul>

em Belém. Investimento de R\$4.000,00;

- Impressão de painéis sobre Arquitetura moderna para evento paralelo ao ENANPUR. Investimento de R\$500,00;

- Participação de 2 Conselheiras do CAU/PQ no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (2021-23);

- Concurso "Patrimônio em Foco". Concurso de fotografias com foco no patrimônio histórico do Pará. Investimento de R\$6.000,00 em prêmios.

A Conselheira Vanessa Bello informou que a CTPC pretende consolidar um relatório com os balanços dos CAU/UF e disse ser muito importante elaborar um gráfico com o que cada CAU/UF investiu em valores absolutos e porcentagens do orçamento, pois é muito importante para fortalecimento da câmara e reivindicar os 2% de investimento.

#### **Ações do CAU/RO**

- Residência em AU no Conjunto de residências de dos funcionários da Estrada de Ferro Madeira Mamoré;

- Prêmio TCC em Patrimônio e reuniões com coordenadores de curso;

#### **Ações do CAU/PE**

- Concurso de ideias "Desafios do Patrimônio Cultural". Investimento de R\$47.000,00;

- Ação "Protocolo de Boas Práticas da Salvaguarda";

- Participação em Conselhos de Patrimônio;

- Participação anual na "Semana de Patrimônio Cultural de Pernambuco". Investimento R\$1.215,00;

- Participação na CTPC/BR. Investimento R\$5.224,50.

#### **Ações do CAU/MG**

- Campanha de Valorização da Arquitetura e Urbanismo "Transversalidades", tendo um dos eixos o Patrimônio;

- Fiscalização de licitações, com impugnação de licitações que não garantiam a exclusividade de participação de AU;

- Apoio e coorganização de 2 eventos nacionais: "Seminário Nacional de Direito e Patrimônio Cultural" e "Painel Boas Práticas para Preservação do Patrimônio", dentro do 9º FIPA;

- Oficinas de tombamento e patrimônio;

- Edital de Chamamento público para apoio em Patrimônio Cultural. Investimento de R\$200.000,00 dividido em 10 projetos contemplados;

- Discussão com o Governo do Estado, no sentido de regulamentação de política de acervos de Arquitetura e Urbanismo junto com o Arquivo Público Mineiro.

#### **Ações do CAU/CE**

- Criação do Grupo de Trabalho de Patrimônio em 2021 com parceria com Ministério Público nas ações de instrução de processo, tombamento, fiscalização, denúncias, entre outras ações;

#### **Ações do CAU/SE**

- Publicação de artigos no site e Instagram do CAU/SE;

## **Encaminhamento**

### **Ações do CAU/SC**

- Instituição de uma Câmara Temática de Patrimônio estadual;
- Produção de um Caderno Técnico de Patrimônio, lançado em 2021, sendo apresentado no Seminário de Ouro Preto;
- Curso de Formação e Capacitação em Patrimônio Histórico em parceria com a AsBEA. Investimento R\$50.000,00;
- Projeto “CAU de Portas Abertas”, com palestras na área de Patrimônio Cultural. Investimento de R\$20.000,00.

### **Ações do CAU/PR**

- Instituição de uma Câmara Temática de Patrimônio estadual;
- Representação permanente no Conselho Municipal de Patrimônio Cultural;
- Mapeamento dos municípios que possuem legislação de Patrimônio Cultural, com identificação de bens tombados;
- Fiscalização ativa de bens tombados;

### **Ações do CAU/RS**

- Equipamentos, estrutura e insumos para recebimento e guarda de acervos. Investimento de R\$499.008,33;
- Webinar de Patrimônio Cultural. Investimento de R\$25.000,00;
- Caminhadas do Patrimônio realizadas em 8 cidades do interior do RS. Investimento de R\$6.000,00;
- Editais de fotografia para impressão de calendário anual em 2022 e 2023. Investimento de R\$30.000,00;
- Comissão Especial de Patrimônio Cultural. Investimento de R\$64.928,31.

Finalizadas as falas, o coordenador sugeriu continuar buscando as informações dos CAU/UF que não encaminharam as ações.

O membro Jeferson Navolar sugeriu ações internas para organizar articulações com o governo federal.

Também sugeriu que a CTPC trabalhe no assunto de atribuição profissional.

**SÚMULA DA 04ª REUNIÃO DA CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR**

<b>DATA</b>	21/11/2023	<b>HORÁRIO</b>	09h00 às 13h00
<b>LOCAL</b>	MS Teams		

<b>PARTICIPANTES</b>	Ricardo Soares Mascarello	Coordenador Membro da CPUA-CAU/BR
	Vanessa Gayego Bello Figueiredo	Coordenadora Adjunta Membro do CAU/SP
	Fabiano Melo	Membro do CAU/PB
	Anne Elise Rosa Soto	Membro do CAU/SC
	José Daniel Craidy Simões	Membro do CAU/RS
	Ricardo Silveira Castor	Membro do CAU/MT
	Sérgio Marcelino da Motta Lopes	Membro do CAU/PE
	Noemia Lucia Barradas Fernandes	Membro do CAU/RJ
	Viviane Oliveira de Jesus	Membro do CAU/SE

<b>ASSESSORIA</b>	Sergio Amadeus Leon Lopes
-------------------	---------------------------

**ORDEM DO DIA**

<b>1</b>	<b>Seminário TOPOS da FAU/UnB</b>
<b>Fonte</b>	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
<b>Relatoria</b>	Ricardo Soares Mascarello
<b>Encaminhamento</b>	<p>O coordenador Ricardo Mascarello falou sobre o evento do 2º Seminário TOPOS – Acervos e arquivos de Urbanismo: saberes, manejos e feitos. O evento será realizado na FAU/UnB, nos dias 28 e 29 de março de 2024, e contará com a presença de pesquisadores divididos em três mesas e eixos temáticos.</p> <p>Posto que os objetos do Seminário são de interesse da Câmara Temática de Patrimônio, os membros julgaram que seria oportuno solicitar ao menos dois espaços para representação no evento. O conselheiro Sérgio Mota ressaltou que é melhor solicitar uma inserção nas mesas já existentes do que a criação de uma nova mesa, para a participação da Câmara não ter a aparência de constituir um evento à parte.</p> <p>Decidiu-se a indicação do conselheiro José Daniel Craidy para participação na mesa 1 (Eixo Temático 1: Saberes – Acervos e Arquivos de Urbanismo para quem e para quem?) e dos conselheiros Ricardo Mascarello e Vanessa Bello para participação na mesa 3 (Eixo Temático 3: Feitos – Casos, experiências e perspectivas).</p>
<b>2</b>	<b>Protocolo de intenções com o Arquivo Nacional</b>
<b>Fonte</b>	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
<b>Relatoria</b>	Ricardo Soares Mascarello
<b>Encaminhamento</b>	Foi apresentada a minuta do protocolo de intenções a ser celebrado entre o CAU/BR e o Arquivo Nacional, com leitura da cláusula segunda, que trata do objeto e dos objetivos específicos do acordo. A expectativa é que o documento passe pela Plenária do CAU/BR ainda neste ano.



	<p>A conselheira Vanessa Bello sublinhou a importância de tentar incluir, nesse protocolo de intenções, o máximo possível do conteúdo do documento dos eixos prioritários definidos pela Câmara Temática, e sugeriu que na cláusula segunda poderia estar inclusa a formação de uma rede de apoio técnico nacional.</p> <p>Com efeito, como a discussão transita pela necessidade de capacitação e de apoio técnico do arquivo nacional (como nas questões de conservação, organização e estruturação de acervos), a coordenadora adjunta destacou que o protocolo de intenções não deveria ficar restrito ao CAU/BR, para que seja possível viabilizar uma rede de acervos com os CAUs/UF, também envolvendo os escritórios descentralizados, nos estados que os possuam.</p>
<b>3</b>	<b>Estratégias e ações dos GTs</b>
<b>Fonte</b>	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
<b>Relatoria</b>	Ricardo Soares Mascarello
<b>Encaminhamento</b>	<p>Ao longo da reunião, foram elencadas diversas iniciativas de CAUs estaduais que, na opinião dos membros, poderiam ser nacionalizadas, tais quais o uso do software Tainacan, no CAU/RS, e o projeto piloto para bolsas de residência em arquitetura e urbanismo, no CAU/SP. Também foram destacadas diligências para a abertura de novos espaços para a guarda de acervos e outras tratativas de cooperação.</p> <p>Nesse sentido, as estratégias propostas orbitaram a ideia de integração desses movimentos, em nome de uma rede nacional para a questão dos acervos e do patrimônio, e a busca por tentar inserir, nos protocolos de intenções e nos acordos de cooperação discutidos, o quanto possível da agenda da Câmara Temática, conforme expressa, sobretudo, no documento dos cinco eixos prioritários.</p> <p>Foi lembrado ainda o debate suscitado, em reuniões anteriores, pelo conselheiro Jeferson Navolar acerca de estratégias da Câmara Temática quanto ao PAC no novo eixo Minha Casa, Minha Vida em centros urbanos e áreas históricas. Foi decidido que seria relevante, depois de esclarecer com o conselheiro (que não conseguiu estar presente) o que está sendo desenhado pela CRI-CAU/BR, realizar uma reunião com o tema ou, preferencialmente, organizar um evento próprio e específico.</p> <p>Como a pauta é muito densa e como houve um represamento de dados censitários, a coordenadora adjunta advogou que seria muito profícuo um evento com especialistas nessa questão da habitação nos centros urbanos, com convite ao Ministério Público, que também têm interesse em aprofundar-se nos dados disponíveis, e a outras autoridades cuja presença também facilite o encaminhamento das soluções propostas e desdobramentos futuros.</p>
<b>4</b>	<b>Plano de trabalho até junho de 2024</b>
<b>Fonte</b>	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
<b>Relatoria</b>	Ricardo Soares Mascarello
<b>Encaminhamento</b>	<p>O coordenador, Ricardo Mascarello, avaliou que é possível um evento organizado pela Câmara Temática, com uso dos recursos da CPUA Itinerante. No entanto, destacou que, dada a importância da questão, seria importante montar com calma esse seminário, com definição clara, por exemplo, do número de mesas e dos especialistas convidados. Ele se prontificou a levar ao</p>



	<p>CAU/BR a proposta de criação desse evento, talvez no segundo trimestre de 2024.</p> <p>Por fim, foi destacada a importância de produzir um relatório sucinto, ainda no final de 2023, para apresentar o bom andamento dos trabalhos da Câmara Temática de Patrimônio nesses primeiros meses de funcionamento, contendo as súmulas das reuniões, os documentos propostos e o compilado dos dados coletados sobre as ações de patrimônio nos CAUs/UF.</p>
<b>5</b>	<b>Cronograma de reuniões</b>
<b>Fonte</b>	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
<b>Relatoria</b>	Ricardo Soares Mascarello
<b>Encaminhamento</b>	<p>Ficou estabelecido que o coordenador e a coordenadora adjunta devem definir um cronograma para as reuniões de 2024, já firmado que a reunião de março deve acontecer em formato híbrido, no dia 29/03/2024, para compactar viagens e ocorrer simultaneamente às datas do 2º Seminário TOPOS em Brasília.</p> <p>Os conselheiros Sérgio Motta e Noemia Barradas ficaram incumbidos de averiguar a possibilidade de encaixar outras reuniões com eventos em seus respectivos estados no primeiro semestre de 2024. Foi destacado que essa estratégia é relevante não apenas para colocar o CAU dentro dos eventos, como para mostrar um pouco do que o Conselho está fazendo e trocar informações com outros especialistas na questão do Patrimônio.</p>

**SÚMULA DA 05ª REUNIÃO DA CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR**

DATA	11 de dezembro de 2023	HORÁRIO	09h às 13h
LOCAL	MS Teams		

PARTICIPANTES	Ricardo Soares Mascarello	Coordenador
	Vanessa Gayego Bello Figueiredo	Coordenadora adjunta
	Ricardo Silveira Castor	Membro
	Sérgio Marcelino da Motta Lopes	Membro
	Jeferson Dantas Navolar	Membro
	Noemia Lucia Barradas Fernandes	Membro
	José Daniel Craidy Simões	Membro
	Viviane Oliveira de Jesus	Membro
	Ana Cristina Lima Barreiros da Silva	Membro
	Márcio Coelho de Carvalho	Membro
ASSESSORIA	Sergio Amadeus Leon Lopes Assistente Técnico Administrativo do CAU/SP	

**Leitura e aprovação das súmulas da 3ª e da 4ª reunião**

Encaminhamento	Súmulas aprovadas.
----------------	--------------------

**Comunicações**

Responsável	Coordenador Ricardo Mascarello
Comunicado	<p>O coordenador da Câmara Temática de Patrimônio comunicou a mudança de data para os dias 04 e 05 de abril do 2º Seminário TOPOS – Acervos e arquivos de Urbanismo: saberes, manejos e feitos. Também relatou que teve uma reunião com a pesquisadora que está organizando o seminário, a quem esclareceu que o CAU precisa constar como um dos organizadores para poder entrar com o auxílio de recursos, e que sobre isso a professora não viu nenhum problema e ficou de dar um retorno.</p> <p>A coordenadora adjunta Vanessa Gayego Bello Figueiredo e o membro José Daniel Craidy Simões, cujas participações foram solicitadas, respectivamente, para as mesas nº 3 e nº 1 do evento, informaram já ter recebido os e-mails da organização, que, além do convite à apresentação, também encaminhavam pedido para escrita de um artigo para publicação em livro. A data para envio de versão preliminar do artigo é a de 24 de fevereiro. Foi destacada a importância de ambos assinarem os artigos como participantes da Câmara de Patrimônio e de destacar, nos textos, as iniciativas da Câmara.</p>

**ORDEM DO DIA**

1	<b>Cronograma das reuniões de 2024</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Coordenador Ricardo Mascarello



Encaminhamento	<p>Os membros delinearão um calendário para o primeiro semestre de 2024. Na projeção efetuada, a reunião de abril coincidiria com a participação em evento que será realizado na FAU/UnB, nos dias 04 e 05 de abril, o 2º Seminário TOPOS – Acervos e arquivos de Urbanismo: saberes, manejos e feitos. Já a reunião de maio seria concomitante ao seminário sobre a questão da habitação nos centros históricos, que a Câmara pretendia organizar nos dias 02 e 03 de maio.</p> <p>No entanto, conforme determinação do CAU/BR, o calendário está suspenso e as reuniões de janeiro e fevereiro, canceladas, pois não há como realizar uma convocação enquanto a comissão proponente da Câmara não estiver composta. A nova composição da CUPA-CAU/BR ocorre no dia 18 de janeiro, e a primeira reunião, no dia 31 de janeiro, quando devem ser definidos os novos membros da Câmara Temática de Patrimônio, cuja nomeação ainda deve ser homologada pelo Plenário do CAU/BR nos dias 22 e 23 de fevereiro.</p>
----------------	--

<b>2</b>	<b>Compilação de dados da sistematização das ações em Patrimônio</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Assessor da Câmara Sergio Amadeus Leon Lopes
Encaminhamento	<p>O assessor da Câmara de Patrimônio, Sergio Lopes, apresentou a compilação de dados efetuada a partir do preenchimento, pelos representantes de alguns dos CAUs/UF, do documento para sistematização das ações em patrimônio (o compilado completo pode ser acessado neste <a href="#">link</a>). Alguns dados serviram para municiar o debate dos membros da Câmara, conforme segue.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- A percepção de que, entre os sete estados que afirmaram ter uma comissão tratando do tema do Patrimônio, apenas em Pernambuco a comissão é temporária, fez com que o representante do CAU/PE, Sérgio Marcelino da Motta Lopes, rememorasse o reiterado incômodo que lhe causa esse caráter temporário, que passa a imagem de um tema de menor relevância, sendo que sempre lhe foi alegado que o motivo decorre do regimento do CAU/BR. Sugeriu, ainda, que a Câmara talvez possa discutir e propor qual seria o melhor enquadramento para as comissões de patrimônio de CAU/UF, no que a coordenadora adjunta, Vanessa Gayego Bello Figueiredo, manifestou a convicção de que o CAU deve ter comissões especiais de patrimônio, uma vez que o tema patrimônio não é transitório e, sobretudo a partir das recomendações para a obrigatoriedade de 2% do investimento, precisariam existir comissões que operacionalizem o tema permanentemente.</li><li>- Também ficou aparente a necessidade de uma maior uniformização dos dados e como os nove estados que os encaminharam ainda estão distantes dessa porcentagem de investimento preconizada pela Câmara Temática de Patrimônio.</li></ul>
<b>3</b>	<b>Reunião com o IPHAN e termo de parceria</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Coordenador Ricardo Mascarello



Encaminhamento	<p>O coordenador Ricardo Mascarello destacou que o CAU/BR está próximo de três acordos de cooperação – com o IPHAN, com o Ministério da Cultura e com o Arquivo Nacional – que ele espera que continuem a ser potencializados na próxima gestão. Na última reunião com o IPHAN, que contou com a participação de membros da Câmara de Patrimônio, foram efetuadas as últimas sugestões para o documento final, restando apenas as partes celebrarem o acordo, o que deve acontecer ainda em dezembro de 2023.</p> <p>A partir disso, foi salientada a importância da Câmara contribuir com esse processo de cooperação, também realizando ações vinculadas ao IPHAN. O conselheiro Jeferson Navolar mostrou-se otimista com as perspectivas decorrentes desses acordos e da existência desta primeira Câmara Temática no CAU/BR, posta a experiência exitosa que as câmaras representaram no Paraná, afirmando que esses modelos devem ser replicados, inclusive contando com colegas de fora do corpo de conselheiros, para que o CAU possa mobilizar os arquitetos e urbanistas, e a própria sociedade, mais do que tem conseguido até o momento.</p> <p>Os acordos de cooperação também seriam relevantes, no contexto da reprovável realidade política instaurada no país desde o governo anterior com a enorme dimensão dos valores reservados às emendas parlamentares, para que o CAU possa apresentar-se como um elo de ligação entre o Executivo e o Legislativo, costurando uma agenda de projetos conjuntos de interesse também dessas instituições federais que possa sensibilizar e dar base técnica ao uso de parte desses recursos do Legislativo.</p>
----------------	---

4	<b>Organização de seminário sobre a questão da habitação nos centros históricos</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Coordenador Ricardo Mascarello
Encaminhamento	<p>Os membros debateram a estrutura, a organização e os objetivos do seminário que a Câmara Temática de Patrimônio idealizou sobre a questão da habitação nos centros históricos.</p> <p>Estrutura: Foi sugerido que uma parte do seminário apresentasse um panorama geral, colocando em discussão as políticas federais, e a outra parte focasse em alguns estudos de caso. Respectivamente, foram aventados os nomes abaixo para possível participação.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- O IPHAN e o Ministério das Cidades, com a temática da reabilitação de áreas centrais; o Ipea, que está trabalhando na tabulação dos dados que o IBGE está disponibilizando (com a sugestão de convite ao técnico de Planejamento e Pesquisa Renato Balbim, que, dentro da instituição, trata do tema da habitação); e a Caixa Econômica Federal, para abordar o tema da locação social.</li><li>- Um representante da prefeitura de Recife (PE), cidade em que já há um histórico de ações de intervenção no centro e onde a Caixa Econômica Federal iniciou um projeto piloto; um representante da prefeitura de São Paulo (SP) que possa falar sobre a aplicação da “Lei do Retrofit”; um representante da prefeitura de São Luís (MA), que está executando um programa de revitalização do centro histórico em</li></ul>



parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no projeto Procidades.

Organização:

- Data e local: Foram sugeridas as datas de 02 e 03 de maio para a realização do evento. Para o local, foram cogitadas as cidades de Vassouras e Petrópolis, no RJ, mas a perspectiva de convidar autoridades implicou a preocupação de diminuir o tempo de deslocamento, o que levou a proposta para a cidade de Brasília (DF) ou, preferencialmente, se possível, para o Rio de Janeiro (RJ).

- Como um evento sem transmissão ao vivo tem menor repercussão, ao passo que uma transmissão aberta exige maior infraestrutura, foi indicado pelo conselheiro Sérgio da Motta Lopes que o evento pudesse abrir inscrições em determinada plataforma para que os inscritos pudessem acompanhar e interagir ao vivo, inclusive para permitir a participação de outros conselheiros que não façam parte da Câmara e/ou não possam comparecer.

Objetivos: Ressaltou-se que o objetivo principal do evento não seria o de fazer exposições, mas o de colocar em debate os projetos apresentados. Nesse sentido, seria importante convidar o Ministério Público Federal e incluir ao menos um membro da Câmara de Patrimônio como debatedor em cada uma das mesas. Igualmente, seria relevante a designação a cada mesa de um ou dois relatores para registro e sistematização dos debates, a fim de auxiliar a proposição de eventuais encaminhamentos. Com efeito, o evento poderia servir não apenas para discutir algumas iniciativas e sensibilizar o poder público, como também para a Câmara apresentar, como produto final ao CAU/BR no término atual da sua vigência, um importante documento de relatoria que pudesse, inclusive, sugerir novas diretrizes.

5	<b>Relatório 2023 da Câmara de Patrimônio</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Coordenador Ricardo Mascarello
Encaminhamento	Foi reforçada a intenção de organizar um relatório sobre as atividades realizadas em 2023, contendo todos os documentos produzidos pela Câmara, destacadamente a proposta das Recomendações para futuros investimentos em patrimônio cultural pelo CAU/BR e CAUs/UF, com os cinco eixos prioritários. Também integrariam o relatório as súmulas das reuniões e os documentos de sistematização das ações em patrimônio cultural preenchidos pelos CAUs/UF (juntamente com o arquivo de compilação desses dados), além de um breve texto de apresentação.



### SÚMULA DA 06ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR

DATA	29 de fevereiro de 2024	HORÁRIO	16h às 18h
LOCAL	MS Teams		

PARTICIPANTES	Graciete Guerra da Costa	Coordenadora Membro da CPUA-CAU/BR
	Ricardo Soares Mascarello	Coordenador-adjunto Especialista do CAU/BR
	Edith Maria Nogueira de Araújo	Membro do CAU/AL
	Dinah Reiko Tutyia	Membro do CAU/AP
	Ernesto Regino Xavier de Carvalho	Membro do CAU/BA
	Lucas Ribeiro Rozzoline Muniz	Membro do CAU/CE
	Talita Alves Morais e Rabelo	Membro do CAU/DF
	Genildo Coelho Hautequestt Filho	Membro do CAU/ES
	Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar	Membro do CAU/MS
	Ana Cristina Lopes Braga	Membro do CAU/PA
	Sérgio Marcelino da Motta Lopes	Membro do CAU/PE
	Aracelly Moreira Magalhães	Membro do CAU/PI
	Cíntia Camila Liberalino Viegas	Membro do CAU/RN
	Antonio Lopes Balau Filho	Membro do CAU/RO
	Nayhandra Cristhine V. Magalhães Costa	Membro do CAU/RR
	José Daniel Craidy Simões	Membro do CAU/RS
	Suzana de Souza	Membro do CAU/SC
	Viviane Oliveira de Jesus	Membro do CAU/SE
	Maíra de Camargo Barros	Membro do CAU/SP
	João Eduardo Martins Dantas	Membro da CPP-CAU/BR
CONVIDADOS	Ian Soares de Oliveira Gomes	Membro do CAU/AC
	Marcos Paulo Cereto	Membro do CAU/AM
	Jeanne Christine Versari F. Sapata	Coord.-adjunta da CPUA-CAU/BR
ASSESSORIA	Sergio Amadeus Leon Lopes	

\* Os representantes do CAU/AC e do CAU/MA, bem como os postos de coordenadora e de coordenador adjunto oficialmente estavam pendentes de aprovação na Plenária do CAU/BR em 21 e 22 de março.

#### Comunicações

Responsável	Membros da Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Comunicado	A reunião foi iniciada com uma breve apresentação dos membros da Câmara.

#### ORDEM DO DIA

1	<b>Abertura: apresentação do diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN, Andrey Schlee</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Conselheira Graciete Guerra da Costa

Encaminhamento	Não ocorreu a apresentação porque o diretor Andrey Rosenthal Schlee não pode comparecer em razão de convocação para participar de reunião com a Ministra da Cultura no mesmo horário.
<b>2</b>	<b>Definição da coordenação e da coordenação adjunta da Câmara de Patrimônio</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Membros da Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Encaminhamento	<p>Posto que o Regimento do CAU/BR exija que a coordenação das câmaras temáticas seja exercida por um membro titular da comissão permanente à qual a câmara esteja vinculada, a conselheira Graciete da Costa, como integrante da CPUA-CAU/BR, foi definida como a nova coordenadora.</p> <p>Sugeriu-se, e foi aprovado pelos presentes, o nome do conselheiro Ricardo Mascarello para a coordenação adjunta, a fim de facilitar a necessária continuidade dos trabalhos iniciados pela composição anterior da Câmara.</p>
<b>3</b>	<b>Calendário de reuniões em 2024 e análise da possibilidade de prorrogação do prazo da Câmara de Patrimônio</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Membros da Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Encaminhamento	<p>Como a maioria dos membros ainda está iniciando o contato com a atuação e a documentação da Câmara de Patrimônio, a coordenadora julgou prudente que a discussão sobre a prorrogação do prazo, que no momento se encerra em junho de 2024, fosse postergada para outra reunião, mesmo que seja inevitável que essa prorrogação se faça necessária.</p> <p>Quanto ao calendário até o mês de junho, os presentes aprovaram as datas que haviam sido definidas pela composição anterior durante a reunião de dezembro. A saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· 11 de março, segunda-feira (virtual);</li> <li>· 05 de abril, sexta-feira (híbrida, em Brasília, em concomitância com evento na FAU/UnB, o 2º Seminário TOPOS – Acervos e arquivos de Urbanismo: saberes, manejos e feitos);</li> <li>· 02 de maio, quinta-feira (a princípio, híbrida, conjuntamente ao seminário que a Câmara de Patrimônio pretende organizar); e</li> <li>· 18 de junho, terça-feira (virtual).</li> </ul> <p>O turno de realização (manhã/tarde) deve ser definido em contato entre os membros antes das reuniões.</p> <p>Algumas datas ainda podem sofrer alterações.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· O formato e o local da reunião de 02 de maio dependeria da realização ou do adiamento do seminário que a Câmara pretendia organizar nos dias 02 e 03 de maio.</li> <li>· A reunião de 18 de junho, por sugestão da coordenadora, poderia ser híbrida e coincidir com a reunião de coordenadores de CED, em João Pessoa, no dia 12 de junho.</li> </ul>
<b>4</b>	<b>Organização de seminário sobre a questão da habitação nos centros históricos</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Membros da Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR

Encaminhamento	<p>O coordenador adjunto Ricardo Mascarello fez uma breve apresentação acerca do projeto, delineado pela composição anterior da Câmara, de organização de um seminário no tema do Patrimônio, com os recursos da CPOA itinerante.</p> <p>A questão da habitação nos centros históricos fora escolhida com base na conjuntura política e no grande desafio que a atual situação desses centros representa, transformando-a em uma das questões mais prementes do momento, também abordada por algumas ações do governo federal, como a isenção tributária e o Minha Casa, Minha Vida. A ideia seria reunir pesquisadores, instituições e órgãos governamentais para fortalecer a questão e discutir algumas das iniciativas adotadas.</p> <p>No entanto, como a data, no início de maio, já está muito próxima, a Câmara poderia rediscutir o tema do seminário e os objetivos almejados, e realizá-lo após a prorrogação, no segundo semestre. Nesse sentido, a coordenadora, Graciete da Costa, ressaltou a importância de integrar ações e aproveitar os acordos de cooperação técnica firmados, organizando o evento em comum acordo com o IPHAN, por exemplo. Por isso, sugeriu que o tema não fosse decidido nesta reunião e que cada membro pudesse refletir em contribuições sobre a organização desse seminário, lembrando o tema das mudanças climáticas como outra questão de grande projeção no momento.</p> <p>O representante do CAU/PE, Sérgio da Motta Lopes, registrou que a Câmara já havia elencado alguns projetos que poderiam ser pautados para discussão no evento, dentre os quais a experiência do aluguel social no centro histórico de Recife, e que, nesse caso, já foi realizado contato com os atores envolvidos, tanto na Caixa Econômica Federal como na Prefeitura de Recife, e que, caso a ideia prospere, eles poderiam ser convidados.</p>
----------------	---

5	<b>Relatório 2023 da Câmara de Patrimônio</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Conselheiro Ricardo Soares Mascarello
Encaminhamento	<p>O coordenador adjunto Ricardo Mascarello fez uma síntese sobre os trabalhos da Câmara de Patrimônio em 2023 e destacou, como documento mais relevante, as <i>Recomendações para orientar os futuros investimentos em patrimônio cultural pelo CAU/BR e CAUs/UF</i> (<a href="#">link</a>), que organizou as discussões da Câmara em 5 eixos prioritários, listando os objetivos e as diretrizes de cada eixo. Citou ainda as planilhas em que foram registradas as ações da gestão anterior no tema do Patrimônio em cada CAU/UF (<a href="#">link</a>), possibilitando uma melhor visualização do cenário como um todo no CAU.</p> <p>Todavia, em razão do horário da reunião já estar esgotado, foi solicitado que a apresentação mais detalhada desses documentos e o relato das atividades em 2023 seja realizado em futura reunião.</p>

## EXTRAPAUTA

6	<b>Participação no 2º Seminário TOPOS – Acervos e arquivos de Urbanismo: saberes, manejos e feitos</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Conselheiro José Daniel Craidy Simões

Encaminhamento

O representante do CAU/RS, José Daniel Craidy, expressou a sua preocupação com o cumprimento dos compromissos previamente assumidos pela Câmara, dentre os quais a sua participação, bem como da antiga representante do CAU/SP, Vanessa Bello, respectivamente nas mesas 1 e 3 de evento a ser realizado na FAU/UnB, o “2º Seminário TOPOS – Acervos e arquivos de Urbanismo: saberes, manejos e feitos” ([site](#) do evento), incluindo a produção de um capítulo de livro em que eles devem tratar das experiências do CAU/RS e do CAU/SP em relação aos acervos, as quais se espera que possam levar a um projeto nacional. No entanto, destacou que mesmo com a responsabilidade de representar a Câmara e, por extensão, o CAU em um evento de alto nível e relevância, com a presença de grandes pesquisadores da área, eles não têm recebido o necessário respaldo, pois além do tempo e esforço despendido na produção do texto, ainda terão, no que se desenha até o momento, que custear a própria viagem para participação no evento.

A coordenadora Graciete da Costa explicou que tem evitado alterar qualquer ponto que tenha sido decidido pela antiga composição da Câmara, relatou como os recursos do apoio institucional foram utilizados para a participação de um especialista internacional e da pesquisadora Ana Fernandes da Faculdade de Arquitetura da UFBA, e que essa questão do pagamento da viagem dos representantes da Câmara de Patrimônio ficou como única pendência. Por isso, comprometeu-se a voltar a solicitar esse custeio e a fazer o que puder para que o problema seja resolvido satisfatoriamente.



Documento assinado eletronicamente por **GRACIETE GUERRA DA COSTA, Coordenador(a)**, em 30/04/2024, às 13:20, conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço [caubr.gov.br/seicau](http://caubr.gov.br/seicau), utilizando o código CRC **D47C07BD** e informando o identificador **0218643**.



### SÚMULA DA 07ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR

DATA	11 de março de 2024	HORÁRIO	09h às 13h
LOCAL	Videoconferência		

PARTICIPANTES	Graciete Guerra da Costa	Coordenadora Membro da CPUA-CAU/BR
	Ricardo Soares Mascarello	Coordenador-adjunto Especialista do CAU/BR
	Ian Soares de Oliveira Gomes	Representante do CAU/AC
	Edith Maria Nogueira de Araújo	Representante do CAU/AL
	Ernesto Regino Xavier de Carvalho	Representante do CAU/BA
	Talita Alves Moraes e Rabelo	Representante do CAU/DF
	Genildo Coelho Hautequestt Filho	Representante do CAU/ES
	Grete Soares Pflueger	Representante do CAU/MA
	Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar	Representante do CAU/MS
	Rafael Leandro Rodrigues dos Santos	Representante do CAU/MT
	Ana Cristina Lopes Braga	Representante do CAU/PA
	Sérgio Marcelino da Motta Lopes	Representante do CAU/PE
	Aracelly Moreira Magalhães	Representante do CAU/PI
	Cíntia Camila Liberalino Viegas	Representante do CAU/RN
	Antonio Lopes Balau Filho	Representante do CAU/RO
	Nayhandra Cristhine Vieira Magalhães Costa	Representante do CAU/RR
	José Daniel Craidy Simões	Representante do CAU/RS
	Suzana de Souza	Representante do CAU/SC
	Viviane Oliveira de Jesus	Representante do CAU/SE
	Maíra de Camargo Barros	Representante do CAU/SP
Bruna Coelho Alves Meneses	Representante do CAU/TO	
João Eduardo Martins Dantas	Representante da CPP-CAU/BR	
Inês Martina Lersch	Representante Fórum de Entidades	
ASSESSORIA	Sergio Amadeus Leon Lopes	Assistente Técnico-Administrativo CAU/SP

\* Os representantes do CAU/AC, do CAU/MA, do CAU/TO e do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, bem como os postos de coordenadora e de coordenador adjunto oficialmente estavam pendentes de aprovação na Plenária do CAU/BR em 21 e 22 de março.

#### Leitura e aprovação das súmulas da 06ª Reunião Ordinária

**Encaminhamento** Súmula lida e aprovada pelos membros.

#### ORDEM DO DIA

1	<b>Apresentação dos membros da Câmara</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Graciete Guerra da Costa
Encaminhamento	Os membros que não estiveram presentes na primeira reunião da Câmara em 2024 fizeram uma breve apresentação pessoal.

2	<b>Relatório 2023 da Câmara de Patrimônio</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Ricardo Soares Mascarello
Encaminhamento	<p>O coordenador adjunto, Ricardo Soares Mascarello, explicou as motivações que levaram à criação da Câmara e realizou uma síntese dos trabalhos por ela efetuados em 2023, destacando o documento de <i>Recomendações para orientar os futuros investimentos em patrimônio cultural pelo CAU/BR e CAUs/UF</i>, e seus cinco eixos prioritários, que também serviram como metodologia de trabalho, com a divisão dos membros em grupos específicos. Citou também o documento de <i>Sistematização das ações de CAU/UF</i> que possibilitou um diagnóstico quantitativo e qualitativo dos investimentos em patrimônio, e que, como não foi respondido por todos os CAUs/UF, talvez pudesse ser solicitado novamente por essa nova composição. Por fim, elencou como importante avanço a aprovação do percentual de 3% de investimento orçamentário na área de patrimônio e explicou como o seminário que a Câmara pretendia organizar em maio, e que será postergado pela proximidade da data, focaria a questão da habitação nos centros históricos, por ser um dos assuntos mais relevantes e desafiadores do momento, também com o objetivo de uma aproximação com o governo federal e outros entes que atuam no tema.</p> <p><b>A coordenadora Graciete Guerra da Costa sugeriu como encaminhamento que cada membro prepare, até a próxima reunião, um relatório sucinto, de apenas uma lauda, acerca da situação do patrimônio em seu estado, destacando os problemas, a existência ou não de recursos, as necessidades de apoio e as ações mais prioritárias. Nesse sentido, o coordenador adjunto sublinhou que talvez fosse importante combinar uma planilha de perguntas, a fim de padronizar as respostas e organizar melhor as informações obtidas.</b></p>
3	<b>Protocolos de intenções e acordos de cooperação: Arquivo Nacional, IPHAN e IPEA</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Ricardo Soares Mascarello
Encaminhamento	<p>Ricardo Mascarello fez uma breve exposição sobre os protocolos de intenções e os acordos de cooperação celebrados pelo CAU/BR na área de patrimônio. O intuito da apresentação foi o de situar e dar ciência aos novos membros da Câmara, posto que os documentos de cooperação com o Arquivo Nacional e com o IPHAN já haviam sido apresentados e discutidos nas reuniões da Câmara em 2023.</p>
4	<b>Participação no 2º Seminário TOPOS – Acervos e arquivos de Urbanismo: saberes, manejos e feitos</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	José Daniel Craidy Simões
Encaminhamento	<p>O conselheiro José Daniel Craidy Simões informou que as dificuldades que expôs na reunião anterior foram sanadas e agradeceu a contribuição da coordenadora Graciete pela agilidade da resposta às pendências.</p> <p>Comunicou que os demais compromissos assumidos foram finalizados, com a conclusão do texto em colaboração com a antiga representante do CAU/SP na Câmara, Vanessa Gayego Bello Figueiredo, versando sobre as experiências do CAU/SP e do CAU/RS na questão dos acervos.</p> <p>Também destacou a presença na Câmara da professora Inês Martina Lersch, que, além de membro da Câmara, participará do seminário Topos representando a UFRGS.</p> <p><b>No dia 26/03, foi encaminhada à Presidência do CAU/BR solicitação para que um convite oficial seja enviado aos CAUs/UF, a fim de que os estados que queiram enviar seus representantes ao Seminário Topos possam fazê-lo.</b></p>

5	<b>Temas da Câmara de Patrimônio</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Membros da Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Encaminhamento	<p>Os membros avaliaram e mantiveram os temas dos grupos de trabalho que, em 2023, foram organizados com a finalidade de agilizar a organização de objetivos e diretrizes para os 5 eixos prioritários da Câmara.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Assistência técnica em patrimônio cultural</li> <li>· Acervos e centros de documentação e memória</li> <li>· Formação continuada (para os arquitetos)</li> <li>· Educação patrimonial (para a sociedade)</li> <li>· Articulação política</li> </ul> <p>O conselheiro Ricardo Mascarello ressaltou que os acordos de cooperação do CAU/BR não têm relação direta com os grupos, que representam uma metodologia de trabalho interna da Câmara, que pode ser alterada quando os membros julgarem conveniente.</p> <p>Avaliou-se que alguns temas que não foram citados quando do planejamento inicial desses grupos, como as mudanças climáticas e os ODSs, pontuados pela coordenadora Graciete, na realidade perpassam todos os temas constituídos, de modo que não precisam formar um grupo à parte.</p> <p><b>A coordenadora Graciete sugeriu que, após a reunião, os membros refletissem em quais assuntos gostariam de participar mais ativamente (portanto sem prejuízo caso queiram contribuir em quaisquer outros temas) para que os novos grupos de trabalho sejam formados até a reunião de abril.</b></p>

## EXTRAPAUTA

6	<b>Apoio ao corpo técnico de arquitetos e urbanistas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em defesa de conjunto tombado em Recife</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Sérgio Marcelino da Motta Lopes
Encaminhamento	<p>O conselheiro Sérgio Marcelino da Motta Lopes apresentou um caso urgente para buscar o endosso da Câmara Temática de Patrimônio a uma manifestação contrária a uma intervenção em bem tombado no marco zero de Recife – a construção de um restaurante que insere no bem tombado uma réplica de um zepelim. A intervenção fora reprovada em uma manifestação do corpo técnico do IPHAN, que foi, no entanto, desconsiderada pela superintendência do órgão e pela Prefeitura.</p> <p>Os membros Sérgio da Motta Lopes, Graciete Guerra da Costa e Cíntia Viegas ficaram responsáveis por elaborar um documento de apoio ao corpo técnico.</p> <p><b>Posteriormente, para agilizar a questão, o representante do CAU/PE sugeriu que a Câmara endossasse carta do CAU/PE, já devidamente avaliada pela assessoria jurídica do CAU/PE e aprovada por unanimidade pelos conselheiros pernambucanos.</b></p>



Documento assinado eletronicamente por **GRACIETE GUERRA DA COSTA, Coordenador(a)**, em 30/04/2024, às 13:20, conforme Decreto N° 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5° da Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço [caubr.gov.br/seicau](http://caubr.gov.br/seicau), utilizando o código CRC **4940D80C** e informando o identificador **0219112**.





### SÚMULA DA 08ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR

DATA	10 de abril de 2024	HORÁRIO	09h às 13h
LOCAL	Videoconferência		

PARTICIPANTES	Graciete Guerra da Costa	Coordenadora Membro da CUPA-CAU/BR
	Ricardo Soares Mascarello	Coordenador-adjunto Especialista do CAU/BR
	Ian Soares de Oliveira Gomes	Representante do CAU/AC
	Edith Maria Nogueira de Araújo	Representante do CAU/AL
	Dinah Reiko Tutyia	Representante do CAU/AP
	Ernesto Regino Xavier de Carvalho	Representante do CAU/BA
	Gerson Amaral	Representante do CAU/CE
	Talita Alves Morais e Rabelo	Representante do CAU/DF
	Aracelly Moreira Magalhães	Representante do CAU/PI
	Claudio Forte Maiolino	Representante do CAU/PR
	Mariana Vaz de Souza	Representante do CAU/RJ
	Cíntia Camila Liberalino Viegas	Representante do CAU/RN
	Antonio Lopes Balau Filho	Representante do CAU/RO
	Nayhandra Cristhine Vieira Magalhães Costa	Representante do CAU/RR
	José Daniel Craidy Simões	Representante do CAU/RS
	Suzana de Souza	Representante do CAU/SC
	Viviane Oliveira de Jesus	Representante do CAU/SE
	Bruna Coelho Alves Meneses	Representante do CAU/TO
	João Eduardo Martins Dantas	Representante da CPP-CAU/BR
Flávio de Lemos Carsalade	Representante do CEAU-CAU/BR	
Inês Martina Lersch	Representante do Fórum de Entidades	
ASSESSORIA	Sergio Amadeus Leon Lopes	
	Assistente Técnico-Administrativo CAU/SP	

#### Leitura e aprovação das súmulas da 07ª Reunião Ordinária

**Encaminhamento** Súmula lida e aprovada pelos membros.

#### ORDEM DO DIA

1	<b>Plano de trabalho da Câmara</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Graciete Guerra da Costa
Encaminhamento	A coordenadora Graciete Guerra da Costa preparou uma versão inicial do plano de trabalho e o encaminhou à CUPA-CAU/BR à espera de contribuições. Quando retornar com as sugestões da comissão, o plano de trabalho será compartilhado com os membros da Câmara para ser pautado na próxima reunião.

2	<b>Notícias do 2º Seminário TOPOS – Acervos e arquivos de Urbanismo: saberes, manejos e feitos</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	José Daniel Craidy Simões e Inês Martina Lersch
Encaminhamento	<p>Os membros da Câmara que estiveram presentes no Seminário TOPOS relataram as suas impressões, destacando a relevância do evento e da visita técnica ao centro de memória da Câmara dos Deputados. Também propuseram algumas reflexões.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• José Daniel Craidy Simões lembrou que um arquivo de arquitetura e urbanismo não se resume a documentos textuais e pode ser mais amplo, contendo outros tipos documentais, como fotografias; e que o objetivo dos arquivos não se limita apenas a um aspecto museológico de exposição, pois também possui um peso documental de prova.</li> <li>• Inês Martina Lersch citou o debate sobre a permanência dos acervos de arquitetura e urbanismo no Brasil e argumentou que os acervos, como produção cultural, devem ter relação com seu o território. Ainda destacou a importância que teria a existência de mais editais de pesquisa no tema.</li> </ul>
3	<b>Calendário de reuniões</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Membros da Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Encaminhamento	<p>Foram definidas novas datas para as próximas reuniões da Câmara.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 06 de maio, segunda-feira, das 09h às 13h, virtual</li> <li>• 17 de junho, segunda-feira, das 09h às 13h, virtual</li> </ul>
4	<b>Apoio ao corpo técnico de arquitetos e urbanistas do IPHAN em defesa de conjunto tombado na cidade de Recife</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Membros da Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Encaminhamento	<p>Deferida a nota elaborada pelo CAU/PE em apoio ao corpo técnico de arquitetos e urbanistas do IPHAN em defesa de conjunto tombado na cidade de Recife. Por unanimidade dos presentes, foi aprovada proposta que seguirá à CPTA-CAU/BR para aprovação e encaminhamento à Plenária, a fim de buscar apoio oficial do CAU/BR.</p> <p>Proposta nº 001/2024-CTP-CAU/BR (0204651) - Apoio ao corpo técnico de arquitetos e urbanistas do IPHAN em defesa de conjunto tombado na cidade de Recife.</p>
5	<b>Editais em acervos e em apoio para eventos na área de Patrimônio</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Ricardo Mascarello
Encaminhamento	<p>Ricardo Soares Mascarello defendeu a ideia de que a Câmara de Patrimônio deve apoiar e participar (com a sugestão de diretrizes) da construção de um edital na questão dos acervos e de outro para apoio a eventos na área de Patrimônio. Destacou que o momento é oportuno para construir um edital em acervos que possa privilegiar as cinco regiões do Brasil, talvez com o objetivo de um dia constituir ao menos um centro de memória por região do país. Por unanimidade, os membros presentes aprovaram que estão de acordo com o incentivo à existência desses editais.</p>
6	<b>Data e proposta para o Seminário de Patrimônio da CTP/CPUA-CAU/BR</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR

Relator	Ricardo Mascarello
Encaminhamento	<p>O coordenador adjunto Ricardo Soares Mascarello explicou qual era o intuito da Câmara ao colocar as habitações de interesse social nos centros históricos como tema do Seminário que pretende organizar, destacando o objetivo de convidar autoridades do governo federal e outras instituições para aproximar e estimular o governo em relação ao assunto.</p> <p>Ressaltou que seria importante definir em breve o mês de realização do evento, a fim de que o tema possa ser definido pela nova composição da Câmara e o Seminário organizado com tranquilidade.</p> <p>A coordenadora Graciete Guerra da Costa informou que, no momento, existem três propostas para eventos na área de Patrimônio que estão na CPOA e na Presidência do CAU/BR, para serem aprovados.</p>

7	<b>ICOMOS (International Council on Monuments and Sites)</b> <b>Simpósio científico: “Revisitando a Carta de Veneza: Perspectivas críticas e desafios contemporâneos”; Ouro Preto, novembro de 2024</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Flávio Carsalade
Encaminhamento	<p>Foi aprovado, por unanimidade dos presentes, o apoio ao evento do ICOMOS, que será realizado na cidade de Ouro Preto, nos dias 13 a 15 de novembro. Trata-se de um simpósio científico com o tema <i>Revisiting the Venice Charter: Critical Perspectives and Contemporary Challenges</i>. Como ilustrado por Flavio Carsalade, o evento propõe, por ocasião dos 60 anos da Carta de Veneza, uma leitura crítica da Carta, em conjunto com outras convenções internacionais, incorporando visões e epistemologias do Sul global.</p>

8	<b>Informes</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Membros da Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Encaminhamento	<p>Claudio Forte Maiolino, representante do CAU/PR, fez uma apresentação em que destacou o amplo desconhecimento que existe, entre os profissionais, da legislação referente ao Patrimônio e às atribuições de arquitetos e urbanistas. Afirmou que o seu projeto é compartilhar em todas as instâncias, que as ferramentas para fiscalizar a arquitetura, impedindo todos os não arquitetos de exercerem a arquitetura, já existem, notadamente a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, a partir da Resolução 1.010/2005 e da Lei Federal 12.378/2010, em recurso movido pelo CAU/PR, definiu que a realização de obras de restauro em Patrimônio Histórico é atribuição privativa de arquitetos e urbanistas. O representante da Bahia, Ernesto Regino Xavier de Carvalho debateu com Claudio Forte Maiolino acerca da atribuição privativa de arquitetos e urbanistas. A representante de Santa Catarina, Suzana de Souza, destacou seu apoio às reivindicações das atribuições privativas dos arquitetos.</p>



Documento assinado eletronicamente por **GRACIETE GUERRA DA COSTA, Coordenador(a)**, em 21/05/2024, às 15:27, conforme Decreto N° 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5° da Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço [caubr.gov.br/seicau](http://caubr.gov.br/seicau), utilizando o código CRC **27E6BFCC** e informando o identificador **0219144**.

**SÚMULA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR**

<b>DATA</b>	06 de maio de 2024	<b>HORÁRIO</b>	09h às 13h
<b>LOCAL</b>	Videoconferência		

<b>PARTICIPANTES</b>	Graciete Guerra da Costa	Coordenadora Representante da CUPA-CAU/BR
	Ricardo Soares Mascarello	Coordenador-adjunto Especialista do CAU/BR
	Ian Soares de Oliveira Gomes	Representante do CAU/AC
	Edith Maria Nogueira de Araújo	Representante do CAU/AL
	Dinah Reiko Tutuya	Representante do CAU/AP
	Ernesto Regino Xavier de Carvalho	Representante do CAU/BA
	Gerson Amaral	Representante do CAU/CE
	Genildo Coelho Hautequestt Filho	Representante do CAU/ES
	Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar	Representante do CAU/MS
	Sérgio Marcelino da Motta Lopes	Representante do CAU/PE
	Aracelly Moreira Magalhães	Representante do CAU/PI
	Claudio Forte Maiolino	Representante do CAU/PR
	Mariana Vaz de Souza	Representante do CAU/RJ
	Cíntia Camila Liberalino Viegas	Representante do CAU/RN
	Antonio Lopes Balau Filho	Representante do CAU/RO
	Nayhandra Cristhine Vieira Magalhães Costa	Representante do CAU/RR
	José Daniel Craidy Simões	Representante do CAU/RS
	Suzana de Souza	Representante do CAU/SC
	Viviane Oliveira de Jesus	Representante do CAU/SE
	Maíra de Camargo Barros	Representante do CAU/SP
Bruna Coelho Alves Meneses	Representante do CAU/TO	
João Eduardo Martins Dantas	Representante da CPP-CAU/BR	
<b>CONVIDADOS</b>	Nivaldo Vieira de Andrade Junior	Coordenador Geral da Comissão Organizadora do ArquiMemória 6
	Samantha Nahon Bittencourt	Conselheira do CAU/PA
	Vanessa Gayego Bello Figueiredo	Coordenadora-adjunta da Câmara Temática de Patrimônio em 2023
<b>ASSESSORIA</b>	Sergio Amadeus Leon Lopes	
	Assistente Técnico Administrativo – CAU/SP	

**Leitura e aprovação das súmulas da 08ª Reunião Ordinária**

<b>Encaminhamento</b>	Súmula lida e aprovada pela maioria dos membros.
-----------------------	--

**Comunicações**

<b>Responsável</b>	Graciete Guerra da Costa
<b>Comunicado</b>	A coordenadora da Câmara iniciou a reunião prestando solidariedade aos membros e convidados oriundos do Rio Grande do Sul. Foi realizado um minuto de silêncio em homenagem às vítimas das tragédias climáticas no estado.

**ORDEM DO DIA**

<b>1</b>	<b>Apresentação do diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN, Andrey Schlee</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Graciete Guerra da Costa
Encaminhamento	Não ocorreu a apresentação. A coordenadora Graciete Guerra da Costa tentará uma reaproximação com o convidado para que a apresentação possa ocorrer em uma nova data, posta a importância da parceria com o IPHAN.
<b>2</b>	<b>Apoio ao ArquiMemória 6 – Encontro Internacional sobre preservação do patrimônio edificado – Salvador, Bahia</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Nivaldo Vieira de Andrade Junior
Encaminhamento	<p>O Coordenador Geral da Comissão Organizadora do ArquiMemória 6 fez uma breve exposição sobre o evento, salientando que se trata de um evento misto que congrega profissionais e acadêmicos que versam sobre a questão da preservação do patrimônio edificado. Falou sobre os eixos do evento e as formas de participação e discorreu, sobretudo, acerca do tema da 6ª edição, “Democracia, diversidade e reconstrução”, ressaltando a centralidade da defesa da democracia para que o patrimônio seja preservado na sua diversidade, após diversos ataques e retrocessos nos anos recentes, e para que seja confrontada a questão, ainda pendente no país, dos lugares de memória da ditadura; mostrou que esse apelo à diversidade está expresso no próprio símbolo escolhido para o evento; e destacou que se trata de um momento de debater a reconstrução (tanto do patrimônio, em virtude de guerras, incêndios e eventos climáticos, como das políticas públicas, após o sucateamento nos últimos anos).</p> <p>Foi aprovado, por unanimidade, que a Câmara de Patrimônio apoie o evento de todos os modos possíveis.</p>
<b>3</b>	<b>Aprovação do Plano de Trabalho</b>
Fonte	CPUA-CAU/BR
Relator	Graciete Guerra da Costa
Encaminhamento	<p>A tabela do plano de trabalho elaborado pela CPUA-CAU/BR, que já havia sido enviada para conhecimento dos membros, foi projetada na reunião. A coordenadora Graciete Guerra da Costa explicou que o plano buscou seguir ao máximo o que já havia sido sugerido pela composição da Câmara de Patrimônio em 2023 e que, se por um lado a Câmara não pode aprovar nem inserir no plano de trabalho temas que ainda não estejam consolidados, por outro lado, o plano é um documento dinâmico, que pode sofrer alterações ao longo do tempo, na medida das necessidades e das demandas da Câmara de Patrimônio.</p> <p>Diante disso, o plano de trabalho foi aprovado pela maioria dos presentes. Registra-se que o conselheiro José Daniel Craidy Simões expressou voto contrário,</p>



	por considerar que a relevância do tema mereceria um debate mais aprofundado e mais participativo.
<b>4</b>	<b>Composição dos grupos de trabalho da Câmara Temática de Patrimônio</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Membros da Câmara de Patrimônio
Encaminhamento	<p>Os membros presentes que ainda não o haviam feito se inscreveram nos cinco grupos de trabalho organizados a partir dos eixos prioritários para agilizar as discussões da Câmara – Assistência técnica em patrimônio cultural, Acervos e centros de documentação e memória, Formação continuada (para os arquitetos), Educação patrimonial (para a sociedade) e Articulação política. Após debate, foi decidido que a coordenação de cada GT será definida internamente em cada grupo conforme eles se encontrem e definam as suas dinâmicas.</p> <p>Composição atual – <a href="#">Composição dos GTs - 2024.xlsx</a></p>
<b>5</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ <b>Data e proposta para o Seminário de Patrimônio da CTP/CPUA-CAU/BR</b></li><li>▪ <b>SEMINÁRIO – LEGADOS E LIÇÕES: UM OLHAR SOBRE 60 ANOS DA CARTA DE VENEZA, Câmara Temática com o CAU/PE</b></li></ul>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Graciete Guerra da Costa
Encaminhamento	<p>Todos os membros presentes nesse momento da reunião aprovaram o apoio ao evento em Pernambuco. As datas pré-definidas para o evento são 13/08 e 14/08, dentro da programação da Semana de Patrimônio da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE).</p> <p>Foi aprovada proposta para o seminário da Câmara, mas foi acordado que sejam reunidos mais dados antes da aprovação definitiva de uma data. A conselheira Maíra de Camargo Barros destacou que é importante que as datas sejam escolhidas com cuidado para que eventos não coincidam, considerando a realização do evento anual, organizado pela Comissão de Patrimônio Cultural do CAU/SP, em agosto, mês do Patrimônio.</p>
<b>6</b>	<b>Informes</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Membros da Câmara de Patrimônio
Encaminhamento	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Suzana de Souza</li></ul> <p>Apresentou uma demanda que o CAU/SC solicitou que fosse debatida pela Câmara, e gostaria de pautar em uma futura reunião uma apresentação sobre o tema. O objetivo da demanda é que o CAU/BR possa determinar que, na presença do conservador e do restaurador em uma obra de restauro, ele esteja devidamente filiado a uma associação profissional, na rede local.</p>



- Mariana Vaz de Souza

Perguntou sobre a possibilidade de que os membros da Câmara recebam descontos ou isenções nos eventos que estão apoiando. A representante de Sergipe, Viviane de Jesus, comprometeu-se a dar um retorno a respeito do ArquiMemória 6, no qual faz parte da comissão organizadora.

- Viviane Oliveira de Jesus

Pedi esclarecimentos sobre o documento solicitado quanto ao estado do patrimônio nos estados. Informou que, estando fora da gestão, tem dificuldades em informar-se sobre o que o CAU/UF pensa e quer do tema atualmente, e que solicitou informações ao CAU/SE que ainda não foram respondidas, a partir do que gostaria de saber se pode redigir o documento com o próprio conhecimento ou se necessita da oficialidade do Conselho. A coordenadora Graciete Guerra da Costa sugeriu que o estado da arte elaborado contenha a nota de que ela solicitou essas informações, e que o relato seja elaborado conforme o conhecimento pessoal, pois o principal é reunir os descritivos sobre a situação de momento do patrimônio nos estados, e não sobre os planos das gestões dos CAU/UF.

- José Daniel Craidy Simões

Falou sobre a situação terrível que vive o Rio Grande do Sul, especialmente o interior do estado. Salientou a importância, diante da gravidade da situação, de ter informações sobre a presença das autoridades na calamidade, o que, em sua opinião, torna a questão eminentemente política, queira-se ou não.

- Bruna Coelho Alves Meneses

Informou que, para o relatório do estado da arte do patrimônio em seu estado, solicitou informações diretamente ao IPHAN, assinando essa solicitação como integrante da Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR. E sugeriu aos demais membros que pensem em adotar a mesma ideia.

- Ian Soares de Oliveira Gomes

Sugeriu que a reunião de agosto ocorra em formato híbrido, nos 12 ou 13, para ser realizada em data próxima ao seminário em Pernambuco. A coordenadora Graciete verificará essa possibilidade com a CPUA-CAU/BR.

**SÚMULA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE PATRIMÔNIO DO CAU/BR**

DATA	17 de junho de 2024	HORÁRIO	09h às 13h
LOCAL	Videoconferência		

PARTICIPANTES	Graciete Guerra da Costa	Coordenadora Representante da CUPA-CAU/BR
	Ian Soares de Oliveira Gomes	Representante do CAU/AC
	Ernesto Regino Xavier de Carvalho	Representante do CAU/BA
	Talita Alves Moraes e Rabelo	Representante do CAU/DF
	Genildo Coelho Hautequestt Filho	Representante do CAU/ES
	Renata Lima Barros	Representante do CAU/GO
	Grete Soares Pflueger	Representante do CAU/MA
	Rafael Leandro Rodrigues dos Santos	Representante do CAU/MT
	Ana Cristina Lopes Braga	Representante do CAU/PA
	Claudio Forte Maiolino	Representante do CAU/PR
	Mariana Vaz de Souza	Representante do CAU/RJ
	Cíntia Camila Liberalino Viegas	Representante do CAU/RN
	Antonio Lopes Balau Filho	Representante do CAU/RO
	Nayhandra Cristhine Vieira Magalhães Costa	Representante do CAU/RR
	José Daniel Craidy Simões	Representante do CAU/RS
	Suzana de Souza	Representante do CAU/SC
	Maíra de Camargo Barros	Representante do CAU/SP
	Bruna Coelho Alves Meneses	Representante do CAU/TO
	João Eduardo Martins Dantas	Representante da CPP-CAU/BR
Flávio de Lemos Carsalade	Representante do CEAU-CAU/BR	
Inês Martina Lersch	Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro	
CONVIDADOS	Ana Carla Cruz Pedrosa	Nova representante do CAU/AM
	Laura Beatriz Lage	Representante do CAU/MG
	Adriana Capretz Borges da Silva Manhas	Convidada para representação do CAU/AL
ASSESSORIA	Sergio Amadeus Leon Lopes	
	Assistente Técnico Administrativo – CAU/SP	

**Leitura e aprovação das súmulas da 09ª Reunião Ordinária**

<b>Encaminhamento</b>	Súmula lida e aprovada pela maioria dos presentes.
-----------------------	--

**ORDEM DO DIA**

<b>1</b>	<b>Apresentação do Relatório de 2023/2024, para contribuições e aprovação</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Membros da Câmara
Encaminhamento	Foi apresentada a versão inicial do relatório, referente às atividades da Câmara em 2023, e discutido quais documentos e informações principais, em relação às



	atividades em 2024, ainda devem constar para a finalização do texto, que deve ser apreciado na Plenária do CAU/BR nos dias 27 e 28 de junho, em razão do fim da vigência atual da Câmara Temática. Os membros presentes aprovaram essa versão preliminar do relatório e as inclusões sugeridas.
<b>2</b>	<b>DOCOMOMO N-NE, de 3 a 5 de outubro, em Campina Grande (PB)</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Graciete Guerra da Costa
Encaminhamento	A organização do evento solicitou o apoio da Câmara de Patrimônio, envolvendo um apoio financeiro de pequena dimensão. Os membros aprovaram a solicitação.
<b>3</b>	<b>Seminário da Câmara Temática de Patrimônio em Olinda (PE), nos dias 13 e 14 de agosto de 2024</b>
Fonte	CPUA-CAU/BR
Relator	Graciete Guerra da Costa
Encaminhamento	<p>A coordenadora expressou que a criação de eventos exige a busca de parcerias relevantes (no caso, com o CAU/PE) e que ficou a cargo da Câmara Temática o custeio de um palestrante nacional e outro internacional (respectivamente, Andrey Rosenthal Schlee e Eugenia Maria Azevedo Salomão). Também informou que, por tratar-se do evento coorganizado pela Câmara, todos os membros serão convocados, e não apenas convidados, com auxílio aos CAU/UF para que todos possam enviar os seus representantes.</p> <p>➤ Os membros aprovaram a realização do evento com o suporte técnico e financeiro da Câmara de Patrimônio</p> <p>Foram feitas algumas sugestões para o evento. Suzana de Souza solicitou que possa haver um espaço (apresentação ou mural) a respeito do processo de revitalização do centro histórico de Florianópolis, posto que a questão também se relaciona ao tema do seminário, que é a revisão histórica da Carta de Veneza. Flávio Carsalade sugeriu que, ao final do evento, seja elaborado um documento de recomendações. A coordenadora Graciete Guerra da Costa informou que, além desse documento, também ambiciona que o seminário possa originar um livro contendo os artigos das apresentações (com ISBN, em formato digital e impresso), inclusive para consolidar em uma publicação as atividades da Câmara de Patrimônio.</p>
<b>4</b>	<b>Solicitação de Suzana de Souza, representante de SC, em relação aos conservadores e restauradores</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Suzana de Souza
Encaminhamento	A representante de Santa Catarina relatou que é membro da Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ACCR) e que a associação está apresentando ao CAU uma proposta de parceria, sem envolvimento de custos financeiros, para facilitar a aproximação entre os arquitetos e os conservadores e restauradores envolvidos nas atividades de conservação e restauro de bens móveis integrados às edificações. Por isso,



solicitou que a ACCR tenha um espaço para apresentar à Câmara Temática o trabalho realizado por essas associações em diversos estados do país.

A proposta foi bem acolhida pelos membros: José Daniel Craidy citou a importância de agregar conhecimento aos canteiros, pois os arquitetos precisam atuar com os campos de conhecimento complementares ofertados pelos profissionais de restauração; Flávio Carsalade elencou problemas que a questão ainda pode enfrentar, como a inexistência de amparo legal que obrigue os profissionais a participar dessas associações e a inexistência de um conselho que os abrigue, mas ressaltou, como colocado, respectivamente, por Ernesto de Carvalho e Claudio Maiolino, a importância da valorização desses profissionais de formação técnica e a necessidade dos arquitetos apararem as arestas da relação de suas atividades com a de outros profissionais, como engenheiros, restauradores e arqueólogos.

A Câmara aprovou a solicitação apresentada por Suzana de Souza. Por tratar-se da última reunião na atual vigência e pelo fato da coordenadora Graciete Guerra da Costa ter agenda prevista em Florianópolis, foi decidido que o melhor caminho seria organizar um diálogo presencial entre a coordenadora e a associação, reunião que, porventura, possa ser acompanhada virtualmente pelos demais membros que tenham interesse no tema.

5	<b>Informes</b>
Fonte	Câmara Temática de Patrimônio do CAU/BR
Relator	Membros da Câmara de Patrimônio
Encaminhamento	<ul style="list-style-type: none"><li>○ Inês Martina Lersch</li></ul> <p>Perguntou sobre o apoio ao ArquiMemória 6, se é somente institucional ou também financeiro e se os membros têm alguma isenção. A coordenadora Graciete respondeu que o apoio se dará com diárias e passagens, mas que ainda não é possível saber quanto. Citou a intenção de usar todo o recurso ainda disponível para a Câmara em apoios até o final de junho.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>○ Mariana Vaz de Souza</li></ul> <p>Expressou preocupação sobre a questão dos grupos de trabalho, que ainda não se reuniram para dar início às suas atividades, e sugeriu que fosse realizada a eleição dos coordenadores de cada grupo. Flávio Carsalade propôs que fossem escolhidos coordenadores provisórios, apenas para iniciar a primeira reunião.</p> <p>A coordenadora Graciete lembrou decisão de reunião anterior, que definiu que a eleição seria feita internamente em cada grupo, mas renovou os apelos de que os membros se inscrevam nos GTs e se reúnam, além de que enviem o relato sobre estado da arte do patrimônio em seu estado. Também esclareceu que, mesmo com o final do atual prazo de vigência, não pode ser permitida a paralisação dos trabalhos, pois a Câmara logo será renovada pela Plenária do CAU/BR.</p>



- Rafael Leandro Rodrigues dos Santos

Informou que foi aprovada a realização de um Fórum sobre o patrimônio no Mato Grosso, que as conversas para organização e escolha de palestrantes já estão bem avançadas e que a intenção é realizar um evento amplo, com participação de profissionais, gestores públicos e sociedade, com o intuito de, ao final, elaborar uma carta sobre o patrimônio mato-grossense contendo diretrizes de como as partes devem articular-se nos próximos anos para efetivamente conseguir realizar algumas ações. Solicitou que o evento, que ocorrerá em agosto, seja pautado em reunião quando a Câmara de Patrimônio for reestruturada, para que ele possa detalhá-lo melhor e solicitar o apoio da Câmara.